



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV — Nº 002

TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 1990

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 2ª SESSÃO, EM 19 DE FEVEREIRO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nºs 49 a 59/90, 61/90 (nºs 1.005, 1.010 e 1.013/89, 3, 4/90, 13, 14/90, 18 a 21/90 e 34/90, na origem) restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— Nºs 62 a 68/90 (nºs 56 a 62/90, na origem), de agradecimento de comunicações.

— Nºs 60/90, 69 a 71/90 (nºs 28/90, 63 a 65/90, na origem), de retificações de lei.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 72/90 (nº 74/90, na origem) referente à escolha do Sr. Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar.

— Nº 73/90 (nº 75/90, na origem), referente à escolha do Sr. Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Embaixador designado do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à ordem Soberana e Militar de Malta.

— Nº 74/90 (nº 76/90, na origem), referente à escolha do Sr. Marco César Meira Naslausky, Embaixador designado do Brasil junto ao Reino da Bélgica, para cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

— Nº 75/90 (nº 77/90, na origem), referente à escolha do Sr. Affonso Arinos de Mello-Franco, Embaixador designado do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

— Nº 77/90 (nº 73/90, na origem), referente à escolha do Sr. Aderbal Costa, Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil em Granada.

— Nº 78/90 (nº 83/90, na origem), referente à escolha do Dr. Eduardo Victor Pires Gonçalves para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em vaga destinada a membro do Ministério Público da Justiça Militar, decorrente da aposentadoria do Dr. Ruy de Lima Pessoa.

1.2.2 — Aviso do Ministro do Interior

— Nº 8/GM/90, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério do Interior sobre quesitos constantes do Requerimento nº 580/89, do Senador Jutahy Magalhães.

1.2.3 — Aviso do Ministro dos Transportes

— Nº 647/CAP/GM/89, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério dos Transportes sobre quesitos constantes do Requerimento nº 595, de 1989, do Senador José Ignácio Ferreira.

1.2.4 — Aviso do Ministro da Aeronáutica

— Nº 1/GM-7/26, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério da Aeronáutica sobre quesitos constantes do Requerimento nº 628, de 1989, do Senador Jutahy Magalhães.

1.2.5 — Aviso do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

— Nº 1.025/89, encaminhando informações prestadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 584, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça.

1.2.6 — Mensagem do Senhor Governador do Distrito Federal

— Nº 31/90-DF (nº 5/90, na origem), encaminhando ao Senado Federal o Projeto de Lei do DF nº 6/90, que autoriza a desafetação de bem de uso comum do povo, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.

EXPEDIENTE **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04

Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem: 2.200-exemplares.

1.2.7 — Ofício do Governador do Estado do Amapá

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado.

1.2.8 — Ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 194/89, comunicando a aprovação, sem emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 210/89 (nº 3.565/89, naquela Casa), que dispõe sobre o critério de reajustamento do valor das obrigações relativas aos contratos de alienação de bens imóveis não abrangidos pelas normas do Sistema Financeiro da Habitação, a que se refere a Lei nº 7.774, de 8 de junho de 1989.

— Nº 196/89, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74/89 (nº 3.457/89, naquela Casa), que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e dá outras providências.

— Nº 197/89, comunicando a aprovação sem emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 378/89 (nº 4.349/89, naquela Casa), que acrescenta parágrafo único ao art. 185 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

— Nº 199/89, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 80/89 (nº 3.306/89, naquela Casa), que altera o art. 3º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a Tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, e dá outras providências.

— Nº 2/90, comunicando a aprovação e remessa à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 378/89 (nº 4.349/89, naquela Casa), que acrescenta parágrafo único ao art. 185 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

1.2.9 — Comunicação da Presidência

— Abertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do DF nº 6/90, lido anteriormente.

1.2.10 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 5/90, de autoria do Senador Afonso Sancho, que dispõe sobre a progressão funcional na carreira do Magistério superior e dá outras providências.

1.2.11 — Comunicações da Liderança do PFL

— Referente à substituição do Deputado Francisco Dornelles pelo Deputado José Tinoco na Comissão Mista destinada ao estudo e à elaboração dos pareceres da Medida Provisória nº 132/90.

— Referente à substituição do Deputado José Tinoco pelo Deputado Francisco Dornelles, na Comissão Mista destinada ao estudo e à elaboração dos pareceres da Medida Provisória nº 130/90.

1.2.12 — Requerimento

— Nº 8/90, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando a retirada em caráter definitivo da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 1988, que requer ampla fiscalização, pela Comissão de Fiscalização e Controle, das atividades e condições da Indústria de Transporte Aéreo Regular objetivando a propositura de medidas definitivas para sanear essa indústria no Brasil e evitar novas e dispendiosas experiências de estatização.

1.2.13 — Comunicações da Presidência

— Aprovação, pela Comissão Diretora, em reunião de 17 do corrente, do Requerimento nº 754/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando informações à Secretaria da Cultura do Governo do Distrito Federal.

— Recebimento da Mensagem nº 76/90 (nº 84/90, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica sua ausência do País nos dias 28 de fevereiro e 1º de março do corrente e, novamente, no dia 11 de março.

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, dia 20, às 18 horas

e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.14 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA
— Comparecimento do Presidente José Sarney à sessão de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, no corrente ano.

O SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o comparecimento do Presidente José Sarney à sessão inaugural da presente sessão legislativa do Congresso Nacional.

1.2.15 — Comunicação da Liderança do PSDB

— Referente à substituição do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame pelo Deputado Darcy Deitos, como membro suplente, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 130.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 59, de 1989, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dá nova redação ao art. 375 do Regimento Interno. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada nos termos regimentais.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MÁRIO MAIA — Prisões de trabalhadores rurais em Sena Madureira-AC.

SENADOR AFONSO SANCHO — Primeira entrevista coletiva concedida pelo Presidente eleito Fernando Collor de Mello.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Abertura política no leste europeu. Libertação do líder Nelson Mandela. Invasão do Panamá pelos Estados Unidos. Encaminhando à Mesa requerimento de censura pela invasão do Panamá por tropas norte-americanas.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Matéria publicada na imprensa sobre a demissão de 180.000 servi-

dores pelo novo governo. Extinção do DNOCS.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — Carta de repúdio de Araguaína-TO, em protesto contra a intervenção estadual naquele município.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo com apresentação de emenda subscrita pelo Senador Fer-

nando Henrique Cardoso ao Projeto de Lei do Senado nº 199/89.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Austregésilo de Athayde, proferido na sessão de 12-9-89.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 2ª Sessão, em 19 de fevereiro de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Mendes Canale, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Jarbas Passarinho — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Marcondes Gadelha — Mansueto de Lavor — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Nelson Carneiro — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Carlos Chiarelli — José Fogaça

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafas de Projetos de Lei sancionados:

Nº 49/90 (nº 1.005/89, na origem), de 27 de dezembro de 1989, referente ao Projeto de Lei nº 49, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000,00.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.985, de 27 de dezembro de 1989.)

Nº 50/90 (nº 1.010/89, na origem), de 28 de dezembro de 1989, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1989 (nº 3.736/89,

na Casa de origem), que dispõe sobre a redução de incentivos fiscais.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.988, de 28 de dezembro de 1989.)

Nº 51/90 (nº 1.013/89, na origem), de 28 de dezembro de 1989, referente ao Projeto de Lei nº 86, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00, para os fins que especifica.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.946, de 20 de dezembro de 1989.)

Nº 52/90 (nº 3/90, na origem), de 3 de janeiro de 1990, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1989 (nº 2.012/89, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público do Trabalho, que cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.991, de 3 de janeiro de 1990.)

Nº 53/90 (nº 4/90, na origem), de 3 de janeiro de 1990, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1989 (nº 1.453/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.992, de 3 de janeiro de 1990.)

Nº 54/90 (nº 13/90, na origem), de 5 de janeiro de 1990, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1989 (nº 3.154/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limita o número de Zonas de Processamento de Exportações — ZPE, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.)

Nº 55/90 (nº 14/90, na origem), de 5 de janeiro de 1990, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1989 (nº 1.828/89, na

Casa de origem), que inclui a Categoria de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.994, de 5 de janeiro de 1990.)

Nº 56/90 (nº 18/90, na origem), de 9 de janeiro último, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 1989, que dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.995, de 9 de janeiro de 1990.)

Nº 57/90 (nº 19/90, na origem), de 9 de janeiro último, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1989, que faculta a utilização, nos exercícios seguintes, do remanescente de autorizações para operações de crédito.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.996, de 9 de janeiro de 1990.)

Nº 58/90 (nº 20/90, na origem), de 11 de janeiro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara, nº 77, de 1989-Complementar (nº 177/89, na Casa de origem), que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.)

Nº 59/90 (nº 21/90, na origem), de 11 de janeiro último referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1989 (nº 4.288/84, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Nacional do Carvão, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.997, de 11 de janeiro de 1990.)

Nº 61/90 (nº 34/90, na origem), de 31 de janeiro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei nº 54, de 1989-CN, que estima a Receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 1990.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990.)

De agradecimento de comunicações:

Nº 62/90 (nº 56/90, na origem), de 13 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 649, 676, 696, 698, 699, 835, 837, 838, 844, 845, 853, 886, 887, 903, 905, 908 e 927, de 1989.

Nº 63/90 (nº 57/90, na origem), de 13 do corrente, referente ao encaminhamento, à Presidência da República, de novo autógrafo da Resolução nº 57, de 1989.

Nº 64/90 (nº 58/90, na origem), de 13 do corrente, referente à promulgação das Resoluções nºs 89, 93, e 95, de 1989.

Nº 65/90 (nº 59/90, na origem), de 13 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 359, de 1982, 293, de 1987, 265, de 1988, 820, 832, 846, 847, 848, 858, 915, 916, 918, 919, 921, 923, 924, 925 e 926, de 1989.

Nº 66/90 (nº 60/90, na origem), de 13 do corrente, referente ao encaminhamento, à Presidência da República, de novo autógrafo da Resolução nº 55, de 1989.

Nº 67/90 (nº 61/90, na origem), de 13 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Resoluções nºs 94, 96 e 104, de 1989.

Nº 68/90 (nº 62/90, na origem), de 13 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 472, de 1985, 422, de 1988, 60, 264 e 333, de 1989.

De retificações de lei:

Nº 60/90 (nº 28/90, na origem), de 18 de janeiro do corrente ano, referente à retificação da Lei nº 7.988, de 28 de dezembro de 1989, que "dispõe sobre a redução de incentivos fiscais".

Nº 69/90 (nº 63/90, na origem), de 13 do corrente, referente à retificação da Lei nº 7.888, de 20 de novembro de 1989.

Nº 70/90 (nº 64/90, na origem), de 13 do corrente, referente à retificação da Lei nº 7.984, de 27 de dezembro de 1989.

Nº 71/90 (nº 65/90, na origem), de 13 do corrente, referente à retificação da Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 72, DE 1990 (Nº 74/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 52 (item IV) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar, nos termos do art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 1990. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell

Belém/PA, 25 de novembro de 1931.

Filho de Samuel Wallace Macdowell e

Maria Anita Amazonas Macdowell.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 19 de julho de 1954.

Segundo Secretário, antigidade, 24 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, antigidade, 22 de novembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 15 de outubro de 1974.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional, 1963/64.

Assistente do Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1964/65.

Chefe da Divisão do Tratado da Bacia do Prata, 1972/73.

Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1973/77.

Ottawa, Terceiro Secretário, 1957/59.

Ottawa, Encarregado de Negócios, 1958.

Buenos Aires, Vice-Cônsul, 1959/61.

Buenos Aires, Cônsul-Adjunto, 1961.

Buenos Aires, Encarregado, 1960/61.

La Paz, Segundo Secretário, 1961/63.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1962 e 1963.

Beirute, Segundo Secretário, 1965/66.

Beirute, Primeiro Secretário, 1966/68.

Teerã, Primeiro Secretário, 1967.

Bonn, Primeiro Secretário, 1968/71.

Bonn, Encarregado de Negócios, 1968 e 1969.

Paris, UNESCO, Ministro-Conselheiro, 1977/85.

Paris, UNESCO, Encarregado, 1978, 1980,

1981, 1983, 1984 e 1985.

Tóquio, Cônsul-Geral, 1985/86.

Buenos Aires, Cônsul-Geral, 1987/88.

Bangkok, Embaixador, 1988/1990.

Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, 1964 (secretário.)

Reunião Brasileira para Assuntos Automobilísticos, ALALC, São Paulo, 1964 (participante).

Reunião do Ministro de Estado das Relações Exteriores, com os Embaixadores junto aos Países das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1969 (participante).

I Reunião do Grupo de Trabalho em Educação dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1972 (chefe).

Reunião Especial do Grupo de Peritos financeiros dos Países da Bacia do Prata, 1972 (chefe).

I Reunião do Grupo de Peritos em Saúde dos Países da Bacia do Prata, La Paz, 1972 (chefe).

V Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972 (delegado-suplente).

IV Reunião do Grupo de Trabalho de Peritos do Projeto A-4 (navegação) dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1973 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, Georgetown, 1973 (chefe).

V Reunião para a Elaboração do Acordo entre o Brasil e a Bolívia, no campo dos hidrocarbonetos, siderurgia e outros projetos industriais correlatos, La Paz, 1974 (delegado).
Comitiva Presidencial no encontro com o Presidente da Bolívia, Cochabamba, 1974 (membro).

Negociações com a Colômbia para o Acordo sobre Cooperação em Matéria Carbonífera, Rio de Janeiro, 1974 (delegado).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores do Equador, Brasília, 1974.

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Técnica, Brasília, 1974 (subchefe).

Sessão Brasileira do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, 1974 (membro).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Brasília, 1975.

I Reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasil-Suriname, Brasília, 1975 (chefe).

Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de sugerir a formulação de uma posição brasileira com vista à abertura de negociações com o Peru e o Chile para o fornecimento constante e regular do mercado brasileiro de Cobre, Brasília, 1975 (coordenador).

III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1975 (chefe).

III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1975 (chefe).

Negociações com as autoridades Peruanas e Chilenas para o fornecimento de Cobre ao Brasil, Lima e Santiago, 1975 (chefe).

Comitiva do Ministro de Estado do Peru, 1975 (membro).

Missão Especial às Festividades de Celebração da Independência do Suriname, Paramaribo, 1975 (delegado).

Missão Especial às Cerimônias de Celebração do Sesquicentenário da Independência da Bolívia, La Paz, 1975 (delegado).

I Reunião do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, Santa Cruz, 1976 (delegado).

Reunião sobre o fornecimento de Metais Não-Ferrosos Peruanos ao Brasil e de Produtos Agrícolas Brasileiros ao Peru, Lima, 1976 (chefe).

Negociações com a Bolívia no quadro do Acordo de Complementação Industrial, La Paz, 1976 (delegado).

Reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasileiro-Peruano para a Amazônia, Iquitos, 1976 (chefe).

Comitiva Presidencial no encontro com o Presidente do Peru, Fronteira Amazônica, 1976 (membro).

Negociações Comerciais com o Equador, Quito, 1976 (chefe).

Negociações com a Colômbia para o Acordo sobre Cooperação em Matéria Carbonífera, Bogotá, 1976 (chefe).

II Sessão Ordinária do Comitê Internacional do direito do Autor, Genebra, 1977 (chefe).

XXII Sessão do Comitê Executivo da União de Berna, Paris, 1977 (chefe).

XX Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1979 (delegado-suplente).

III Sessão do Comitê Executivo para a Criação do Museu da Nubia da Civilização Egípcia do Cairo, Paris, 1983 (chefe).

Conferência Intergovernamental sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais, Paris, 1983 (chefe).

Conferência Internacional de Apoio à Luta do Povo de Namíbia pela sua Independência, Paris, 1983 (subchefe).

IV Sessão Extraordinária da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1982 (delegado).

XXII Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1983 (delegado).

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha do Mérito, Grande Oficial, Peru.

Ordem do Mérito, Grande Oficial, Peru.

Ordem do Sol, Grande Oficial, Peru.

Ordem de São Carlos, Grande Oficial, Colômbia.

Ordem do Mérito, Oficial, RFA.

O Embaixador Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell se encontra nesta data no exer-

cício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 14 de fevereiro de 1990. — **Guilherme Fausto da Cunha Bastos**, Chefe da Divisão do Pessoal.

(*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

MENSAGEM Nº 73, DE 1990

(Nº 75/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o Art. 52 (item IV) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Embaixador designado do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, nos termos do Art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 01 de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, foram reconhecidos por essa Casa, que aprovou sua indicação para a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano em votação publicada no Diário do Congresso do dia 05 de outubro de 1989. Encaminho anexa informação do Ministério das Relações Exteriores sobre o Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso.

Brasília, em 14 de fevereiro de 1990. — **José Sarney**.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae

Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

Rio de Janeiro /RJ, 07 de agosto de 1940.

Filho de Luiz Assumpção Paranhos Velloso e

Lília Coutinho Paranhos Velloso.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBR.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND — UB.

II Curso de Economia Cafeeira, IBC.

Terceiro Secretário, 07 de novembro de 1962.

Segundo Secretário, antiguidade, 22 de novembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 13 de janeiro de 1975.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 15 de abril de 1978.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1984.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1963.

Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1963/65.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1971/74.

Auxiliar do Chefe do Departamento Econômico, 1973/74.

À disposição do Gabinete do Ministro de Estado, 1974.

Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1975/76.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1977/79.

À disposição do Secretariado das Nações Unidas — Gabinete do Diretor-Geral para o Desenvolvimento e a Cooperação Econômica Internacional (dezembro de 1984 a março de 1985).

Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1985.

Chefe do Departamento das Américas, 1985/88.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1988/89.

Londres, Terceiro Secretário, 1965/66.

Londres, Segundo Secretário, 1966/68.

México, Segundo Secretário, 1969/71.

México, Chefe do SEPRO, 1969.

Nova York, ONU, Ministro-Conselheiro, 1979/84.

Nova York, ONU, Encarregado de Negócios, 1979/82.

Comissão de Exame da Situação de Empresas Concessionárias de Energia Elétrica, 1963 (membro).

II Sessão do Comitê preparatório da UNCTAD, Genebra, 1963 (assessor).

I Sessão do Conselho da OIC, Londres, 1963 (assessor).

XLII e XLIII Sessões do Conselho Internacional do Trigo e Conferência dos Governos Signatários do Protocolo de Prorrogação do Acordo Internacional do Trigo de 1962, Londres, 1965 (delegado-suplente).

XXI Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1966 (delegado-suplente).

Reuniões das Organizações Econômicas sediadas em Londres (Organização Internacional do Café, Conselheiro Internacional do Açúcar, Conselheiro Internacional do Trigo, Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, no período de junho de 1965 a novembro de 1968 (representante-permanente-suplente do Brasil)).

Reunião "ad-hoc" da FAO sobre Fibras Duras, Roma, 1966 (delegado).

XVIII Assembléia do Grupo Internacional de Estudos sobre Borracha, Lagos, 1966 (delegado-suplente).

XIX Assembléia do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, São Paulo, 1967 (delegado).

LXXXI Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Haia, 1967 (delegado).

Reunião do Grupo Exploratório da UNCTAD sobre Borracha, Genebra, 1967 (delegado).

XX Assembléia do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Paris, 1968 (delegado).

Conferência da ONU sobre o Açúcar de 1968 (I Sessão), Genebra, 1968 (delegado).
 Conferência da ONU sobre o Açúcar de 1968 (II Sessão), Genebra, 1968 (delegado).
 Reunião da UIOOT, preparatória da criação da OMT, México, 1970 (delegado).
 XIX Sessão do Conselho da OIC, Londres, 1971 (delegado-suplente).
 X Reunião da CECLA, Brasília, 1971 (assessor do Secretário-Geral).
 XII Reunião da CECLA, Lima, 1971 (delegado).
 Reunião Ministerial do Grupo dos "77", Lima, 1971 (delegado-suplente).
 III UNCTAD, Santiago, 1972, (delegado-suplente).
 Reunião de Coordenação Itamaraty/Petrobrás, Roma, 1972 (Secretário-Geral).
 XX Sessão do Conselho da OIC, Londres, 1972 (delegado-suplente).
 Reunião do Grupo dos "24" do FMI, Washington, 1972 (delegado-suplente).
 Conferência da ONU sobre o Açúcar, Genebra, 1973 (delegado).
 Negociações Açucareiras Internacional entre Países produtores, Madrid e Sisney, 1973 (delegado).
 Assembléia da Aliança dos Produtores de Cacaú, Salvador, 1973 (Secretário-Geral).
 XVI Reunião da CECLA, Brasília, 1973 (Secretário de Coordenação).
 Segunda Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Coordenação Econômica e Técnica, Brasília, 1973 (delegado).
 Visita do Presidente do IBC à Colômbia, 1974 (membro).
 Reunião de Café, Punta Arenas, Costa Rica, 1974 (delegado).
 Reunião da Empresa "CAFEMONDIAL", Paris, 1974 (representante do Itamaraty).
 Preparativos da viagem oficial do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos ao Brasil, México, 1974.
 XXIX Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1974 (assessor).
 Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em visita oficial ao Senegal, 1974 (membro).
 Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em visita oficial a Portugal, 1974 (membro).
 Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em visita oficial à Costa do Marfim e à República Federal da Alemanha, 1975 (membro).
 VII Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1975 (delegado-suplente).
 XXX Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1975 (assessor).
 Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em visita oficial ao Reino Unido, França e Itália, 1975 (membro).
 Comitiva do Senhor Presidente da República em visita à França, Reino Unido e Japão, 1976 (membro).
 XXXI Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1976, (assessor).

Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional (CIEC).
 Paris, Sessão de Abertura (1975) e Sessão de Encerramento (1976) (membro).
 XXXII Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1977 (assessor).
 IX Reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, Assunção, 1977 (secretário-geral).
 Comitiva Presidencial em visita à República Federal da Alemanha, 1978 (membro).
 XXXIII Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1978 (assessor).
 Reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, Punta del Este, 1978 (secretário-geral).
 V Sessão da Comissão sobre Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1979 (delegado).
 II e III Sessões do Comitê Preparatório para elaboração da Estratégia Internacional do Desenvolvimento para a III Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 1979 (delegado).
 VI Sessão do Comitê sobre Recursos Naturais, Istambul, 1979 (delegado).
 II Sessão Regular (ECOSOC), Genebra, 1979 (delegado).
 Reunião Extraordinária, a nível ministerial, e XIII Sessão Especial do Comitê Plenário da CEPAL, Nova Iorque 1979 (delegado).
 XXXIV Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1979 (delegado-suplente).
 I Sessão Organizacional, ECOSOC, Nova Iorque, 1980 (delegado).
 II Sessão Regular, ECOSOC, Genebra, 1980 (delegado).
 I Sessão do Comitê Intergovernamental sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova York, 1980 (delegado).
 I e II Sessões do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Renováveis de Energia, Nova Iorque e Genebra, 1980 (chefe).
 IV, V e VI Sessões do Comitê Preparatório para a elaboração da Estratégia Internacional do Desenvolvimento para a III Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 1980 (chefe).
 IX e X Sessões do Grupo de Trabalho Intergovernamental encarregado da elaboração de um Código de Conduta para Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1980 (chefe).
 I, II e III Sessões substantivas do Comitê Plenário, como Comitê Preparatório para o lançamento das Negociações Globais Relativas à Cooperação Econômica Internacional para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 1980 (delegado).
 XX Sessão do Comitê sobre Programa e Coordenação (CPC), Nova Iorque, 1980 (delegado).
 XI Sessão Especial Comitê da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1980 (delegado).
 Sessão Especial do Comitê Plenário da CEPAL, Nova Iorque, 1980 (delegado).
 XXXV Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1980 (delegado-suplente).

IX Sessão do Grupo de Trabalho da Comissão de Empresas Transnacionais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, encarregado da elaboração de um projeto de código de Conduta Internacional para Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1980 (chefe).
 Segunda Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de energia, Genebra, 1980 (chefe).
 XII Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental da Comissão de empresas transnacionais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, encarregado da elaboração de um Código de Conduta para as Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1980 (chefe).
 XIV Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental da Comissão de Empresas Transnacionais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Nova Iorque, 1981 (chefe).
 Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, Sessão Organizacional Nova Iorque, I (Nova Iorque), e II (Genebra), Sessões Regulares de 1981 (delegado).
 XXI Sessão do Comitê de Programas e Coordenação (CPC), Nova Iorque, 1981 (chefe).
 III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, Nova Iorque, 1981 (chefe).
 Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, Caracas, 1981 (delegado).
 Reunião conjunta dos Comitês de Programas e Coordenação (CPC) e Administrativo de Coordenação (ACC), Genebra, 1981 (delegado).
 XXXVI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1981 (delegado).
 Conferência das Nações Unidas sobre Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, Paris, 1981 (delegado).
 Sessão Organizacional do ECOSOC, Nova Iorque, 1982 (chefe).
 I e II Sessões Regulares do ECOSOC, Nova Iorque e Genebra, 1982 (delegado).
 IX Sessão de Emergência da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1982 (chefe).
 I e II Sessões do Grupo Plenário Intergovernamental "ad hoc" sobre o sistema Financeiro de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 1982 (chefe).
 XVI e XVII Sessões do Grupo de Trabalho Intergovernamental encarregado da Elaboração de um Código de Conduta para Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1982 (chefe).
 Junta Executiva da UNICEF, Nova Iorque, 1982 (delegado).
 XXVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1982 (delegado).
 XVI Sessão do Comitê Plenário da CEPAL, Nova Iorque, 1982 (chefe).
 Sessão Organizacional, I e II Sessões Regulares do ECOSOC, Nova Iorque e Genebra, 1983 (delegado).

Reunião Consultiva sobre a Nova Constituição da UNIDO, Nova Iorque, 1983 (chefe).
Sessões Especiais da Comissão de Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1983 (chefe).
I Sessão do Comitê para Desenvolvimento e Utilização de Fontes Renováveis de Energia, Nova Iorque, 1983 (chefe).

XXXVIII Sessão da Assembléia Geral das nações Unidas, Nova Iorque, 1983 (delegado-suplente).

Sessão Especial reconvocada da Comissão de Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1984 (chefe).

Sessão organizacional (Nova Iorque), I e II Sessões Regulares do ECOSOC (Nova Iorque e Genebra), 1984 (delegado-suplente).

Comitê Preparatório da Conferência Internacional sobre População, Nova Iorque, 1984 (chefe) e Sessão reconvocada, 1984 (delegado-suplente).

Comitê para Revisão e Avaliação da Implementação da Estratégia Internacional do Desenvolvimento, Nova Iorque, 1984 (delegado-suplente).

II Sessão do Comitê Intergovernamental sobre o Desenvolvimento e Utilização de Fontes Novas e Renováveis de Energia, Nova Iorque, 1984 (chefe).

VI Sessão do Comitê Intergovernamental sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 1984 (chefe).

XXXIX Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1984 (delegado-suplente). Reunião de Representantes Especiais dos países signatários do Tratado da Bacia do Prata, Buenos Aires, novembro de 1985 (representante).

Fundação Alexandre de Gusmão, membro do Conselho Diretor, novembro, 1985.

Encontro Presidencial Brasil-Argentina, Foz do Iguaçu, novembro, 1985.

Grupo de Contadora e Apoio, reunião ministerial, Caraballeda, Venezuela, janeiro, 1986.

Posse dos Presidentes da Guatemala e Honduras, janeiro, 1986 (membro da Missão Especial).

II Reunião Extraordinária e XVI Reunião Ordinária de Chanceleres do Tratado da Bacia do Prata, Buenos Aires, abril, 1986.

Reunião dos Chanceleres dos países centro-americanos, do Grupo de Contadora, do Grupo de Apoio, Contadora, Panamá, abril, 1986.

VII conferência da COMISTA Brasileiro-Francesa demarcadora de Limites, Paris, setembro, 1986.

Viagem Presidencial aos EUA, setembro, 1986 (membro da comitiva).

Visita Oficial do Ministro de Estado a Havana, março, 1987 (membro da comitiva).

Viagem Presidencial à Argentina, julho, 1987 (membro da comitiva).

Encontro Presidencial Rio Branco/Puerto Maldonado, julho, 1987 Brasil/Peru.

Viagem Presidencial ao México, agosto, 1987 (membro da comitiva).

Conselheiro da Itaipu Binacional, outubro, 1987.

Visita Oficial do Presidente da República. Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Acapulco, México, novembro, 1987 (membro da comitiva).

Visita Oficial do Presidente da República à Costa Rica, novembro 1987 (membro da comitiva).

XVII Reunião Ordinária de Chanceleres da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, dezembro, 1987 (delegado).

IX Comissão de Coordenação Brasil-Chile, Santiago, dezembro, 1987 (chefe da delegação).

Reunião Ordinária dos Chanceleres do Grupo dos Oito, Oaxaca, México, junho, 1988 (delegado).

Representante do MRE junto à Itaipu Binacional, agosto, 1988.

Visita Oficial do Presidente da República à Bolívia, agosto, 1988 (membro da comitiva).

XLIII AGNU, Nova Iorque, setembro, 1988 (delegado).

Reunião Presidencial do Grupo dos Oito, Punta del Este, Uruguai, outubro, 1988.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Brasília, comendador, Brasil.

Medalha do Mérito Mauá, Grã-Cruz de Mauá, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

O Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, designado para chefiar a Embaixada do Brasil no Vaticano, encontra-se nesta data no exercício de suas funções de Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 14 de fevereiro de 1990. — **Sergio Barbosa Serra**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 74, DE 1990

(Nº 76/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 52 (item IV) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Marco Cesar Meira Naslauskys, Embaixador designado do Brasil junto ao Reino da Bélgica, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, nos termos do art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys, que me induziram a

escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, foram reconhecidos por essa Casa, que aprovou sua indicação para a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica em votação publicada no **Diário do Congresso** do dia 5 de outubro de 1989. Encaminho anexa informação do Ministério das Relações Exteriores sobre o Embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys.

Brasília, 14 de fevereiro de 1990. — **José Sarney**.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys
Rio de Janeiro/RJ; 18 de dezembro de 1940
Filho de Jayme Naslauskys e
Dinayá Meira Naslauskys
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/URJ

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Treinamento em Grupo sobre Assistência Técnica, ONU

II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, Brasília

Diretor Secretário da Fundação Visconde de Cabo Frio

Professor de Organização e Administração de Chancelaria, Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr

Terceiro Secretário, 7 de novembro de 1963

Segundo Secretário, antiguidade, 22 de novembro de 1966

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973

Conselheiro, merecimento, 20 de maio de 1975

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 12 de junho de 1978

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1986

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1963

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1964/65

Assistente do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1965/67

Chefe do Gabinete do Departamento Geral de Administração, 1974/76

Coordenador de Planejamento Administrativo e de Programação Financeira, 1977/78

Coordenador de Assuntos diplomáticos da Secretaria Geral das Relações Exteriores, 1978/79

Chefe do Departamento de Cooperação Científico, Técnica e Tecnológica, 1984/87

Chefe do Departamento do Pessoal, 1987

Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações, 1987/89

Paris, Segundo Secretário, 1967/70

Paris, Encarregado dos Assuntos relativos à CEE, 1969

Buenos Aires, Segundo Secretário, 1970/73

Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1974

Washington, OEA, Ministro-Conselheiro, 1979/84

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1979

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1980
Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1981
Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1982
Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1983
Grupo Técnico de Trabalho para a Primeira UNCTAD, 1963 (membro).
Seminário da CEPAL de Peritos Governamentais em Política Comercial, Brasília, 1964 (membro).
Negociações de Acordo de Bitributação com a Suécia, Rio de Janeiro 1964 (membro).
Negociações de Acordos de Bitributação com países da Europa Ocidental e com os Estados Unidos da América, 1965 e 1966 (assessor).
Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores às exéquias do Primeiro Ministro da Inglaterra, Londres (membro).
Negociações com o Japão do Acordo de Bitributação, Tóquio, 1966 (membro).
Grupo de Trabalho sobre "Sistema de Segurança Coletiva", 1967 (membro).
Conferência Geral de Pesos e Medidas, Paris, 1967 (representante).
Subcomissão de Cooperação Técnica do CIAP, Buenos Aires, 1971 (representante).
Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-4 (navegação), Buenos Aires, 1972 (delegado).
IV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, Buenos Aires, V e VI Reuniões de Chanceleres da Bacia do Prata, Punta Del Este, 1972; Buenos Aires, 1974; Cochabamba, 1975 (assessor).
VI Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1974 (assessor).
Grupo de Trabalho Interministerial para a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, 1974 (representante do MRE).
V, VI, VII Grupos de Inspeção Administrativa, Financeira, Orçamentária e de Contabilidade ao Exterior, 1974 e 1975 (representante do Departamento-Geral de Administração).
VIII Conferência de Chanceleres da Bacia do Prata, Brasília, 1976 (Secretário-Geral-Adjunto).
Comitiva não-oficial das visitas de Estado do Presidente Ernesto Geisel à França, Inglaterra, Japão, México e Uruguai, 1976/78 (membro).
XXXIII Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1978 (representante alterno).
XXVI Reunião do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e na XXXI Reunião do Comitê Regional da OMS, Washington 1979 (delegado).
IX Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, La Paz, 1979 (delegado).
VII Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, 1979 (delegado).
XVII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, Washington, 1979 (delegado).
IX Reunião Ordinária da CECON, Washington, 1979 (delegado)

XIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, Washington 1980 (delegado).
X Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington 1980 (delegado).
XI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Castries, Santa Lucia, 1981 (delegado).
X Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, 1981 (chefe).
XXI Conferência Sanitária Pan-Americana e XXXIV Reunião do Comitê Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS), Washington, 1982 (delegado).
XII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Washington, 1982 (delegado).
VIII e IX Períodos Extraordinários de Sessões da Assembléia Geral Ordinária da OEA, Washington, 1982 (chefe).
XX Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, Washington, 1982 (delegado).
Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), 1982 (representante-suplente).
XIV Reunião Ordinária Anual do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos, Kingston, 1983 (chefe).
XVIII Reunião Ordinária Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), da Organização dos Estados Americanos, Assunção, 1983 (delegado).
VIII e IX Reuniões Extraordinárias da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON), Washington, 1983 (chefe).
XX Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e social (CIES), Washington, 1983 (chefe).
Reunião Técnica da Comissão Executiva Permanente do CIES sobre Sistema Generalizado de Preferências dos Estados Unidos da América, Panamá, 1983 (chefe).
XII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Ordinária da OEA, Washington, 1983 (delegado).
Comissão Especial de Financiamento e Comércio do CIES, Washington, 1983 (representante).
XIX Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Brasília, 1984 (delegado).
XIX Período Ministerial do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), Santiago, 1984 (delegado).
Reunião Técnica da CEPCIES sobre usos alternativos de cana-de-açúcar, São Domingos, 1984 (vice-presidente de comissão).
Reuniões de Comissão Especial de Financiamento e Comércio da OEA, Washington e Lima, 1984 (chefe de delegação e delegado).
XIV Reunião Ordinária Anual da CECON, Washington, 1984 (representante).

XIV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado).
I Reunião da Comissão Brasil-Japão de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado).
II Reunião de Ministros Encarregados de Aplicação, Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CASTALAC-II), Brasília, 1985 (delegado).
Sessão Preparatória do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Nova York, 1985 (chefe de delegação).
XXXII Sessão do Conselho de Administração do PNUD, Nova York, 1985 (chefe).
V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1985 (delegado).
VI Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-França de Cooperação Científica, Paris, 1985 (delegado).
Seminário sobre Elaboração de Programas e Projetos de Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento, São Paulo, 1986.
III Reunião Ordinária do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina Central (CADESCA), Panamá, 1986 (chefe da delegação).
Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho de Ciência e Tecnologia do CNPq, 1975.
Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Consultivo da Legião Brasileira de Assistência, 1986.
Ordem do Mérito Naval, Brasil.
Ordem do Mérito Militar, Brasil.
Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil.
Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito do Trabalho, Brasil.
Medalha Rio Branco, Lauro Müller, Tamandaré e Santos Dumont, Brasil.
Ordem do Mérito Civil, França.
Ordem de São Miguel e São Jorge, Inglaterra.
Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal.
Ordem Militar de Cristo, Portugal.
Legião de Honra, França.
Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, CPCD/IRBr.

O Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky, designado para chefiar a Embaixada do Brasil em Bruxelas, encontra-se nesta data no exercício de suas funções de Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores. Secretária de Estado das Relações Exteriores, 14 de fevereiro de 1990. — **Sérgio Barbosa Serra**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

MENSAGEM Nº 75, DE 1990 (Nº 77/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 52 item IV da Constituição, tenho a honra de submeter

à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Affonso Arinos de Mello Franco, Embaixador designado do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda, nos termos do art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. — Os méritos do Embaixador Affonso Arinos de Mello-Franco, que induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, foram reconhecidos por esta Casa, que aprovou sua indicação para a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos em votação publicada no *Diário do Congresso* do dia 5 de outubro de 1989. Encaminho anexa informação do Ministério das Relações Exteriores sobre o Embaixador Affonso Arinos de Mello-Franco.

Brasília, 14 de fevereiro de 1990. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum — Vitae:

Embaixador Affonso Arinos de Mello-Franco

Belo Horizonte/MG, 11 de novembro de 1930.

Filho de Affonso Arinos de Mello-Franco e Anna Guilhermina Pereira de Mello-Franco.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito, UB/RJ.

Estagiário na Divisão de Questões Jurídicas Gerais do Departamento Jurídico da ONU, Nova Iorque.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Curso de Doutorado em Direito Público, Faculdade Nacional de Direito, UB/RJ.

Curso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros do MEC.

Curso de Especialização em Política e Direito Internacional da Universidade Internacional de Estudos Sociais, "Pro Deo", Roma.

Curso de Promoção Comercial do Centro de Comércio Internacional (UNCTAD/GATT), Genebra.

Curso de Economia Teórica e Aplicada, Escola de Pós-Graduação em Economia, Instituto Brasileiro de Economia, FGV.

Curso Superior de Guerra, ESG.

Curso de Atualização da ESG.

Oficial do Gabinete Civil da Presidência da República, 1954/55.

Assembleia Constituinte e Legislativa do Estado da Guanabara, 1960/62 (deputado estadual).

Deputado Federal, 1964/66.

Professor de Civilização Contemporânea no Departamento de Jornalismo do Instituto Central de Letras da Universidade de Brasília, 1964/65.

Cônsul de Terceira Classe, 6 de outubro de 1952.

Segundo-Secretário, merecimento, 14 de outubro de 1955.

Primeiro-Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Conselheiro, título, 8 de maio de 1967.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 10 de agosto de 1971.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de junho de 1979.

Assistente do Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais, 1952/53.

Assistente do Chefe da Divisão Política, 1953/54.

Auxiliar do Chefe do Departamento Político e Cultural, 1956.

Roma, Segundo-Secretário, 1956/59.

Viena, Segundo-Secretário, 1959/60.

Bruxelas, Primeiro-Secretário, 1963/64.

Bruxelas, Encarregado de Negócios, 1963.

Haia, Primeiro-Secretário, 1964.

Haia, Chefe do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial, 1964.

Genebra, Cônsul, 1966/69.

Washington, Conselheiro, 1969/71.

Washington, Ministro-Conselheiro, 1971/74.

Porto, Cônsul-Geral, 1977/80.

La Paz, Embaixador, 1980/82.

Caracas, Embaixador, 1983/85.

Vaticano, Embaixador, 1986/89.

Ordem Soberana e Militar de Malta, Embaixador, cumulativamente, 1986/89.

VIII Sessão da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1953 (Assessor).

Comissão de Estudos do Programa da X Conferência Interamericana, 1954 (assessor).

X Conferência Interamericana, Caracas, 1954 (secretário).

I Reunião do Conselho Executivo da União Latina, Roma, 1958 (assessor).

II Seminário Internacional para Diplomatas, Salzburg, 1959 (participante).

Delegação junto à AIEA, Viena, 1959 (assessor).

Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, 1961 (membro efetivo).

Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, 1962 (presidente).

Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, 1965/66 (membro efetivo).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio correspondente).

Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo à XIX Assembleia Geral da UIOOT, México, 1965 (delegado parlamentar).

I Simpósio Internacional de Turismo, Rio de Janeiro, 1965 (Secretário-Geral).

XXI Sessão da Assembleia Geral da ONU, Nova Iorque, 1966 (observador parlamentar).

II Simpósio Internacional de Turismo, Porto Alegre, 1966 (Secretário-Geral).

Conferência Diplomática de Washington sobre a "Forma de um Testamento Internacional", Washington, 1973 (chefe).

I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Trabalho de Cooperação Amazônica, Belém, Brasil, 1980 (delegado).

XII Reunião Ordinária de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 1981 (delegado).

Representante do Brasil nas cerimônias de posse do Presidente da Bolívia, La Paz, 1982.

III Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1983 (presidente).

Conferência Regional Latino-Americana para Ação contra o Apartheid, Caracas, 1983 (chefe).

IX Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1983 (sub-chefe).

Cerimônias de posse do Presidente da República da Venezuela, Caracas, 1984 (representante do Brasil).

IV Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1984 (chefe).

Reunião de Coordenação Latino-Americano de Alto Nível sobre Serviços do SELA, Caracas, 1984 (chefe).

X Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1984 (chefe).

V Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1985 (chefe).

XI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1985 (sub-chefe).

Ordem de Rio-Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Condor dos Andes, Grã-Cruz, Bolívia.

Ordem Francisco de Miranda, Primeira Classe, Venezuela.

O Embaixador Affonso Arinos de Mello-Franco, designado para chefiar a Embaixada do Brasil em Haia, encontra-se nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 14 de fevereiro de 1990. — Sérgio Barbosa Serra, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 77, DE 1990
(Nº 73/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 52 item IV, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Aderbal Costa, Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil em Granada, nos termos do art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Aderbal Costa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 1990. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum — Vitae:

Embaixador Aderbal Costa

Rio de Janeiro — RJ, 20 de agosto de 1933.

Filho de Orlando Costa e

Luiza Celestina de Carvalho Costa.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, PUC/RJ.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr.

Curso de Análise Econômica, Conselho Nacional de Economia.

Professor do I Ensino Supletivo da Prefeitura do DF 1956/57.

Subsecretário da Subin, 1971/73.

Secretário da Subin, 1974/77.

À disposição da Sepan, 1971/77.

Assessor da Diretoria Internacional do BNDES, 1982/83.

Chefe da Assessoria Internacional da Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás, 1983/85.

Chefe da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério dos Transportes, 1985.

Cônsul de Terceira Classe, 1º de janeiro de 1959.

Segundo-Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1964.

Primeiro-Secretário, merecimento, 25 de janeiro de 1968.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de maio de 1976.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1988.

Assistente do Chefe da Divisão de Organismos Econômicos Internacionais e Assuntos Especiais, 1959/61.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1962/63.

Chefe, substituto, da Divisão de Transportes e Comunicações, 1962.

Agregado, 1982/83.

Washington, Segundo-Secretário, 1963/66.

México, Segundo-Secretário, 1966/68.

México, Primeiro-Secretário, 1968/69.

México, Encarregado de Negócios, 1968/69.

La Paz, Primeiro-Secretário, 1969/71.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970.

Genebra, Ministro-Conselheiro, 1977/79.

Genebra, Delegação, Encarregado de Negócios, 1978 e 1979.

Los Angeles, Cônsul-Geral, 1979/82.

Georgetown, Embaixador, 1986/89.

I Reunião da Conferência Intergovernamental para Estabelecimento de uma Zona Livre

de Comércio entre Países da América Latina, Montevideu, 1961 (assessor).

XXXVI e XXXVII Sessões do Conselho da ONU/FAO, Roma, 1961 (assessor).

CERNAI, 1962 e 1963 (representante do MRE).

Negociações com a França sobre problemas relativos ao Intercâmbio Aeronáutico entre os dois países, Rio, 1962 e 1963 (membro).

Conversações Aeronáuticas Brasil-Escandinávia, Rio, 1965 (membro).

Reunião para a Reestruturação do Bureau Panamericano do café, Nova Iorque, 1964 (assessor do IBC).

X Congresso Interamericano de Municípios, Louisville, 1964 (assessor).

Grupo de Trabalho de Elaboração do "Diário" do III CIE, Rio, 1965 (membro).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações, lançamento do "Programa de Parceria" da Aliança para o Progresso entre os Estados do Colorado e de Minas Gerais, Denver, 1966 (membro).

Comissão Preparatória para Desnuclearização da América Latina, Nova Iorque, 1966 (assessor).

IV Período de Sessões da Copredal, México, 1967 (assessor).

Feira Regional de Ciudad Victoria, 1967 (representante).

Feira de Reynosa, 1967 (representante).

II Reuniões da Cecon e do Cies, Punta del Este, 1971 (assessor).

Reuniões da Ciap, "Country Review do Brasil", Washington, 1971 (assessor).

VII Reunião Extraordinária Anual do Cies, Panamá, 1971 (assessor).

Conferência Internacional Especial da ONU para o Desenvolvimento Industrial (Unido) Viena, 1971 (assessor).

Conferência Interamericana Especializada sobre Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (Cactal), Brasileira, 1972 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, São Paulo, 1972 (delegado).

I Reunião da Subcomissão Mista Brasil-Uruguaio de Desenvolvimento Agrônomico, Brasília, 1972 (assessor).

Integrante da Missão do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral nas Conversações sobre Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Japão, Tóquio, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral nas reuniões com órgãos diretores e normativos do Conselho das Américas; Sessão Solene sobre as metas do Governo brasileiro para o ano de 1972 e entendimentos com o Bird e o BID sobre projetos de interesse do Brasil, Washington, 1972.

Membro da Comitiva do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral para contatos com o "Bank of América" em São Francisco; para participação no "Country-Review" do Brasil no Ciap, Washington; na exposição, em Los Angeles, sobre a realização do Brasil no campo econômico e perspectivas que oferece aos investidores estrangeiros; e no pronunciamento do Ministro do Planejamento

na Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, Nova Iorque, 1972.

Membro da Comitiva do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral que manteve contatos com altas autoridades do Governo francês, Paris, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na inauguração oficial da Exposição Industrial do Brasil, Caracas, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral à instalação oficial da Associação Comercial Brasil-Califórnia, Los Angeles, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na participação do Painel de Alto Nível, sobre aplicação da tecnologia de computadores ao Desenvolvimento, Nova Iorque, 1972.

IV Reunião Ordinária dos Ministérios de Transportes e Obras Públicas, Rio de Janeiro, 1973 (assessor).

XV Período de Sessões da Cepal, Quito 1973 (assessor).

VI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1973 (assessor).

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, Brasília, 1974 (delegado).

Membro da Comitiva do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral à Reunião de Ministros de Planejamento Ibero-Americanos, Madrid, 1973.

Membro da Missão Empresarial de Exportadores Brasileiros à Los Angeles e Chicago, chefiada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, 1973.

Membro da Delegação chefiada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral à Reunião da ONU Comemorativa do "Dia da Informação sobre o Desenvolvimento Mundial", Nova Iorque, 1973.

Membro da Delegação chefiada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral ao "Country-Review" no Ciap, Washington, 1973.

Membro da Comitiva do Ministro do Planejamento no encerramento do "Brasil Export-73", Bruxelas, 1973.

Membro da Comitiva do Ministro do Planejamento e Cooperação Geral na inauguração das Exposições Comerciais do Brasil em Beirute e Moscou, 1973.

XI Reunião Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (Cies) da OEA, Quito, 1974.

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e do Ministro de Minas e Energia em Missão Oficial à Arábia Saudita e Kuwait, 1974.

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, Brasília, 1974 (delegado). Reunião Mista Brasil-Polônia, Brasília, 1985 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Bulgária, Brasília 1975 (delegado).

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, Brasília, 1975 (delegado).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, Brasília, 1975 (delegado).

IX Reunião do Cies, Washington, 1975 (delegado).

III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1985 (delegado).

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento no "Country-Review" do Brasil no CEPICIES, Washington, 1975.

Membro da Missão de Empresários Brasileiros chefiada pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento a Atlanta, Dallas, São Francisco e Nova Iorque, 1975.

I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, Salzburg, 1975.

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na assinatura do Acordo do Comitê Empresarial Brasil/EE.UU., Washington, 1976.

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na cerimônia de assinatura de dois Contratos de Financiamento para os Programas de Rodovias Rurais e de Apoio à Pequena e Média Empresas, Nova Iorque, 1976.

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento para o Seminário Econômico sobre o Brasil na Canning House, Londres, 1976.

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na cerimônia de assinatura dos Contratos de Financiamento ao Programa Nuclear com a República Federal da Alemanha e assinatura de um novo financiamento para o BNDE, Frankfurt e Hanover, 1976.

Delegados das Sessões das Comissões Mista com a Iugoslávia, Hungria, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã e Polônia, Setembro/outubro de 1976 (Belgrado, Budapeste, Praga, Berlim e Varsóvia).

VIII Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata (CIC), Brasília, 1976.

Membro da Delegação do Brasil, na qualidade de Delegado, à II Reunião da Comissão Mista Brasil-Comunidade Econômica Europeia, Bruxelas, 1976.

Membro da Comitiva do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na assinatura de contratos com o Bird e BID, Washington e Nova Iorque, 1977.

Representante da Secretaria de Planejamento, na qualidade de Delegado, na Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia, Varsóvia, 1977.

Consultas para Negociações da Lista de Concessões, Brasileiras (Listas III) no Gatt, Genebra, 1977 (chefe).

I Sessão do Grupo de Trabalho do TCP/OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

Conferência Negociadora do Novo Acordo Internacional de Trigo, Convocada pelo CIT, Genebra, 1978 (chefe).

II Reunião Preparatória sobre Algodão do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra, 1978 (chefe).

I Sessão da Assembléia da União do TCP/OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

IV Sessão do Comitê Intergovernamental Preparatório sobre a Revisão da Convenção

de Paris e Reunião do Grupo de Trabalho encarregado de questões de interesse especial para os Países em desenvolvimento, OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

VI Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos encarregado da elaboração de um Código de Conduto para Transferência de Tecnologia/UNCTAD, Genebra, 1978 (chefe).
II Sessões respectivamente do Grupo de Trabalho sobre Planejamento do Comitê Permanente sobre Informação em Matéria de Patentes e do Comitê da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Genebra, 1978 (chefe).

IX Reunião dos Órgãos Diretores da OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

III Reunião Preparatória sobre Algodão do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra, 1978 (chefe).

Conferência das Nações Unidas para negociar um Acordo Internacional que substitua o Convênio Internacional do Trigo de 1971, Genebra, 1978 (chefe).

Conferência das Nações Unidas sobre Borracha Natural, Genebra, 1978.

I Sessão do Grupo de Trabalho sobre o Conflito entre uma Denominação de Origem e uma Marca, V Sessão do Comitê Preparatório Intergovernamental sobre a Revisão da Convenção de Paris Relativa à Propriedade Industrial, Genebra, OMPI, 1978 (chefe).

Missão do Ministro Saraiva Guerreiro à Índia e ao Paquistão, 1978 (membro).

Missão da Siderbrás à URSS, Moscou e Dornietzki, 1984 (membro).

Membro da Comitiva do Ministro dos Transportes em Visita a Puerto Iguazú, 1985.

Ordem do Rio Branco, Comendador, Brasil.
Ordem do Rio Branco, Grau de Grã-Cruz, Brasil.

O Embaixador Aderbal Costa se encontra nesta no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de ... de 1990. — **Sergio Barbosa Serra**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

MENSAGEM Nº 78, DE 1990 (Nº 83/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal.

Nos termos do artigo 123 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências a indicação, que ora faço, do Doutor Eduardo Victor Pires Gonçalves para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em vaga destinada a membro do Ministério Público da Justiça Militar, decorrente da aposentadoria do Doutor Ruy de Lima Pessoa.

Os méritos do Doutor Eduardo Gonçalves, que me induziram a indicá-lo para o exercício daquela alta função, constam do anexo **Curriculum Vitae**.

Brasília, 16 de fevereiro de 1990. — **José Sarney**.

CURRICULUM VITAE

1.1 — Dados Pessoais

Nome: Eduardo Victor Pires Gonçalves
Data de Nascimento: 9 de outubro de 1924
Naturalidade: Porto Alegre/RS
Filiação: Pai: Antonio José Pires Gonçalves (médico) e Mãe: Ruth Dumoncel Pires Gonçalves
Estado Civil: Casado
Carteiras de Identidade: nº 7946 — Ordem dos Advogados do Brasil nº 0001 — Procuradoria Geral da Justiça Militar

Título de Eleitor nº 300790 — Brasília/DF
Residência atual: SMPW — Quadra 23 — Conjunto 3 — Casa 3 — Parque Way — Brasília/DF

Telefone: 553 1550 e 553 1650
Cargo efetivo: Procurador da Justiça Militar
Função: Procurador-Geral da Justiça Militar

1.2 — Cursos

1.2.1 — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

1.2.2 — Administração de Empresas — PUC

1.2.3 — Técnico de Administração de Nível Superior

1.2.4 — Curso de Direito Tributário — PUC/RS

1.2.5 — Curso de Direito Comercial — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

1.2.6 — Curso de Direito Penal — Ministrado pelo Prof. Dr. José Frederico Marques

1.2.7 — Curso Regular da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

1.2.8 — Curso de Direito Constitucional Brasileiro — Ministrado pelo Prof. Dr. Pontes de Miranda — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

1.2.9 — Jornada de Processo Civil — Prof. Dr. Alcides Mendonça Lima

1.2.10 — Curso de Direito Previdenciário — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

1.2.11 — Participante do 1º Congresso de Penologia e Direito Penitenciário — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

1.2.12 — Curso de Direito Agrário — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

1.2.13 — Curso de Especialização em Direito Civil — Ministrado pelo Prof. Dr. Ney Goulart

1.2.14 — Curso de Extensão Universitária — Novo Código de Processo Civil — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

1.2.15 — Curso de Direito do Trabalho — Previdência e Trabalho — Ministrado pelo Prof. Dr. J. L. Prunes

1.2.16 — Simpósio de Extensão Universitária — Direito e Desenvolvimento — Prof. Miguel Reale

1.2.17 — Ciclo de Altos Estudos de Direito Penal — Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul — Ministrado pelo Prof. Dr. Miguel Reale

1.2.18 — Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Ciências Penais — Duração: 1 (um) ano — Mestrado

1.2.19 — Presidente da Banca Examinadora do Concurso para Procurador da Justiça Militar, do Ministério Público Militar — 1987/1988

Nota: Com referência aos "Cursos" supra, informo que os diplomas expedidos estão devidamente registrados pelos órgãos expedidores, tais como: MEC, OAB, PUC e Instituto dos Advogados.

1.3 — Atividades profissionais

— Gerente Geral — Standard Brands of Brazil Inc.

— Conselheiro Especial da Presidência da Standard Brands of Brazil Inc.

— Diretor da Standard Brands of Brazil Inc.

— Assessorou o Comando do Exército, a convite do General-de-Exército Ruy de Paula Couto.

— Procurador da Justiça junto à Terceira Auditoria da Terceira Circunscrição Judiciária Militar — efetivo.

— Procurador da Justiça Militar junto à Terceira Auditoria da Primeira Circunscrição Judiciária Militar — efetivo.

— Assessorou Juridicamente o Comando do Terceiro Exército como representante da Terceira Auditoria da Primeira Circunscrição Judiciária Militar.

— Assessor Jurídico no Superior Tribunal Militar do Ministro convocado General-de-Exército Ruy de Paula Couto, até o término de seu período.

— Assessor Jurídico no Superior Tribunal Militar do Ministro General-de-Exército Sisenio Sarmento, até o término de seu período.

— Assessor Jurídico no Superior Tribunal Militar do Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Délio Jardim de Mattos, até o término de seu período.

— Assessor Jurídico no Superior Tribunal Militar do Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Antonio Geraldo Peixoto.

— Atualmente, Procurador-Geral da Justiça Militar.

1.4 — Atividades Cívicas

— **Medalha do Pacificador** — Condecorado por assinalados serviços prestados ao Exército Brasileiro — (Diploma datado de 10-9-71).

— **Medalha "Mérito Santos Dumont"** — Agraciado por destacados serviços prestados à Aeronáutica Brasileira — (Diploma datado de 1-7-77).

— **Ordem do Mérito Militar** — Admitido no Corpo de Graduados Especiais no grau de "Oficial" da mesma Ordem — (Diploma datado de 28-8-77 — Decreto de 28-7-77).

— **Ordem do Mérito Militar** — Admitido no Corpo de Graduados Especiais no grau de "Comendador" — **Diário Oficial da União** de 17-8-87 — Seção I — Pág. 13009.

— **Ordem do Mérito Judiciário Militar** — Admitido no grau de "Distinção" da referida Ordem.

— **Ordem do Mérito Aeronáutico** — Admitido no Corpo de Graduados Especiais no grau de "Oficial", da mesma Ordem.

— **Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho** — Confere o grau de "Comendador", da mesma Ordem.

— **Ordem do Mérito Brasília** — Conferida pelo Governador do Distrito Federal, no grau de Grande-Oficial em 21 de abril de 1988.

— **Medalha "Alferes Joaquim José da Silva Xavier"** — Conferida pelo Governador do Distrito Federal.

— **Ordem do Mérito Naval** — Nomeado no grau de "Comendador", em reconhecimento aos assinalados serviços prestados à Marinha do Brasil, em 11 de junho de 1988.

— **Ordem do Mérito Forças Armadas** — Conferida pelo Presidente da República, no grau de Comendador, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados às Forças Armadas do Brasil.

— **Ordem do Mérito Judiciário Militar** — Foi promovido ao grau de Grã-Cruz da referida Ordem.

Eduardo Victor Pires Gonçalves, Dr.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

AVISO DO MINISTRO DO INTERIOR

Nº 8/GM/90, de 12 de janeiro último, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério do Interior sobre quesitos constantes do Requerimento nº 580, de 1989, do Senador Jutahy Magalhães.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

AVISO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

Nº 647/CAP/GM/89, de 7 de dezembro de 1989, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério dos Transportes sobre quesitos constantes do Requerimento nº 595, de 1989, do Senador José Ignácio Ferreira.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

AVISO DO MINISTRO DA AERONÁUTICA

Nº 1/GM-7/26, de 25 de janeiro último, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério da Aeronáutica sobre quesitos constantes do Requerimento nº 628, de 1989, do Senador Jutahy Magalhães.

AVISO DO MINISTRO-CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 1.025/89, de 20 de dezembro passado, encaminhando informações prestadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 584, de 1989, de autoria do Senador Marços Mendonça.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

MENSAGEM DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM Nº 31, DE 1990-DF (Nº 5/90, na origem)

Brasília, 15 de fevereiro de 1990
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

1. O processo de desenvolvimento do Distrito Federal, com o crescente aumento populacional, extrapolou todas as expectativas previstas pelos que participaram do traçado de seu plano urbanístico original, gerando necessidade de serviços de infra-estrutura compatíveis com a nova realidade.

2. Para o atendimento de tais necessidades, tornou-se imprescindível a reorganização racional dos espaços físicos do Distrito Federal, especialmente os classificados como bens de uso comum do povo.

3. Dentro de tal conjuntura, para fazer fente ao programa de saúde preestabelecido é justificada a pretensão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal — FHDF de ampliação da unidade hospitalar a ser construída na QNO-17, Conj. G, Área Especial 2 — Ceilândia, com o aumento das dimensões do projeto de Arquitetura "Padrão" da FHDF de em pelo menos 2000m², avançando sobre a área da Praça Frontal ao terreno.

4. Para o atendimento da pretensão há a exigência de procedimento legislativo específico nesse sentido, permitindo a desafetação do bem de uso comum como é o caso.

5. A ampliação propiciada pela mencionada área já foi objeto de estudo pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, cujas conclusão e aprovação foram objeto da Decisão nº 141/88, de 22 de novembro de 1988.

6. Ante o exposto tenho a honra de submeter ao elevado discernimento de V. Ex^a, o anexo Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a desafetação de bem de uso comum do povo pelo Distrito Federal, rogando a V. Ex^a, seu encaminhamento a exame do Egrégio Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para manifestar a V. Ex^a, meus protestos de elevada estima e respeito. — **Joaquim Domingos Roriz**, Governador do Distrito Federal.

PROJETO DE LEI DO DF Nº 6, DE 1990

Autoriza a desafetação de bem de uso comum do povo, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º Fica autorizada a desafetação do domínio do bem de uso comum do povo, situado na Quadra Norte O — 17, Conjunto G, Área Especial 2, na Cidade Satélite da Ceilândia, Distrito Federal.

Art. 2º A desafetação a que se refere o artigo anterior tem como objeto a ampliação da área destinada à construção de Unidade Hospitalar, ateur da Decisão nº 141/88 do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*À Comissão do Distrito Federal.*)

OFÍCIO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 2/90, de 3 de janeiro do corrente ano, relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 1989, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Amapá para o exercício financeiro de 1990.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 194/89, de 19 de dezembro passado, comunicando a aprovação, sem emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 1989 (nº 3.565/89, naquela Casa), de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que dispõe sobre o critério de reajustamento do valor das obrigações relativas aos contratos de alienação de bens imóveis não abrangidos pelas normas do Sistema Financeiro da Habitação, a que se refere a Lei nº 7.774, de 8 de junho de 1989.

Nº 196/89, de 15 de dezembro passado, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1989 (nº 3.457/89, naquela Casa), que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e dá outras providências.

Nº 197/89, de 19 de dezembro passado, comunicando a aprovação, sem emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 1989 (nº 4.349/89, naquela Casa), de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 185 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Nº 199/89, de 19 de dezembro passado, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1989 (nº 3.306/89, naquela Casa), que altera o art. 3º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a Tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, e dá outras providências.

Nº 2/90, de 14 do corrente comunicado a aprovação e remessa à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 1989 (nº 4.349/89, naquela Casa), de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 185 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.977, de 27 de dezembro de 1989.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O expediente lido vai à publicação.

Do Expediente lido, consta o Projeto de Lei do DF nº 6, de 1990, que será despachado à Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1990

Dispõe sobre a progressão funcional na carreira do magistério superior e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas autarquias federais, a progressão vertical para as classes previstas no art. 9º, do Decreto-Lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980, far-se-á por critérios de merecimentos estabelecidos pelas instituições, mantido um interstício mínimo de dois anos.

Art. 2º O professor adjunto último nível com tempo igual ou superior a cinco anos na classe terá direito à progressão para professor titular, independentemente da existência de vaga destinada à instituição ou às suas unidades administrativas.

Art. 3º O disposto nesta lei não implica em inibir a realização de concurso público para ingresso direto em qualquer das classes da carreira do magistério superior, cabendo, neste caso, à instituição dispor sobre as condições para inscrição de candidatos à vagas existentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição de 1967 tratou do ensino superior estabelecendo em seu art. 176, § 3º, item V, que o provimento dos cargos iniciais e finais da carreira seriam feitos mediante concurso público.

A legislação ordinária (Decreto nº 94.664, de 23-7-87) editada sob a égide dessa norma constitucional incorpora a interpretação de que se exigiria dois concursos na carreira do magistério superior, sendo o primeiro para ingresso como Auxiliar de Ensino e o outro para ascender ao cargo final de Professor Titular (art. 12).

Na verdade, impunha-se entender que o dispositivo constitucional de então apenas permitia a primeira investidura tanto em cargo inicial como no cargo final, sempre mediante concurso público.

Neste sentido, aliás, decisão do extinto Tribunal Federal de Recursos, em dezembro de 1988, ao julgar o Incidente de Uniformização de Jurisprudência na AMS nº 96.893-RJ, com a seguinte ementa:

“Desnecessário o concurso público de provas e títulos para provimento de cargo final de carreira do magistério superior, àqueles que anteriormente se submeteram a idêntico processo seletivo para ingressar na referida carreira, para os quais se fará a progressão vertical.”

(Diário da Justiça de 19-4-89 e ‘Lex Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos’, vol. 91, pg. 209).”

Mais recentemente, o Egrégio Tribunal Superior de Justiça (ex-TFR) pontificou na AMS nº 122.219-RN — publicado no DJ de 2 de maio de 1989, nos seguintes termos:

“Professores Adjuntos de Universidade Federal, que ingressaram em seus cargos mediante concurso público de provas e títulos de rigor técnico idêntico ao do concurso para preenchimento de cargos de Professor Titular, estão dispensados de se submeterem a novo concurso para enquadramento nesse quadro mais elevado do Magistério Superior.”

Ademais, a prevalência da interpretação que exigia um concurso para o cargo de Auxiliar de Ensino (inicial) e outro para o Professor Titular (final), tornou-se inconciliável com o art. 32, § 1º, do Estatuto do Magistério Superior no Brasil e com a Lei nº 7.596/87, dos quais se firma a existência de apenas uma carreira docente.

Somente o preenchimento da vaga de titular com recrutamento fora da carreira do magistério superior, exigiria o concurso público por se constituir investidura de ingresso.

Inobstante tudo isto, a existência de disposições regulamentares com o sentido da exigência de dois concursos dentro de uma única carreira, tem provocado conflitos constantes no âmbito das instituições superiores.

A Constituição de 1988 afasta, ainda mais, a idéia de dois concursos para a mesma carreira funcional, considerando as disposições do art. 37, nº II, e do art. 206, nº V.

No art. 37, nº II, tem-se determinado que a investidura em cargo ou emprego público depende de concurso, desaparecendo a referência a cargo inicial e cargo final, causadora da equivocada interpretação por via da qual se fez no Decreto nº 94.664/87, já referido, a exigência de dois concursos dentro da mesma carreira.

Do mesmo modo, o art. 206, nº V, da Constituição vigente ao tratar especificamente dos profissionais do ensino público, não mais fez alusão a cargo inicial e cargo final.

Ainda, assim, subsistem os conflitos no âmbito das instituições de ensino superior, impondo-se, pois, estabelecer, por lei um regime jurídico adequado aos direitos constitucionais dos docentes restabelecendo perfeita adequação com as regras dos arts. 37, nº II, e 206, nº V, da Constituição em vigor e lhes garantindo tratamento igualitário, isonômico, com as demais categorias de servidores públicos, para os quais não se faz a exigência de dois concursos públicos na progressão da mesma carreira.

O Grupo do Magistério Superior está estruturado na conformidade do disposto no Artigo 9º, do Decreto-Lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980, com as seguintes Classes:

- I — Professor Titular (Nível Único)
- II — Professor Adjunto (Quatro (4) Níveis)
- III — Professor Assistente (Quatro (4) Níveis)

IV — Professor Auxiliar (Quatro (4) Níveis).

Para disciplinar o citado diploma legal, o Executivo Federal baixou o Decreto nº 85.487/80, que, em seu Art. 17, determinou:

"Art. 17. O ingresso na Classe de Professor Titular, far-se-á mediante Concurso Público de Provas e Títulos, no qual poderá inscrever-se o Professor Adjunto, bem como pessoa de notório saber.

§ 1º O Professor Adjunto aprovado no concurso previsto neste artigo prove-rá o cargo ou emprego de Professor Titular, na referência igual à que ocupava na Classe de Professor Adjunto nos demais casos, o provimento far-se-á na referência 1."

Posteriormente, o Decreto nº 94.664/87, regulamentando a chamada Lei de Isonomia (Lei nº 7.596/87) das Universidades Brasileiras, repetiu a exigência de DOIS concursos para uma única carreira, quando quem vai disputar a vaga de Professor Titular já ingressou nela por concurso em primeira investidura, como se vê:

"Art. 12. omissis

§ 1º omissis

§ 2º O ingresso na classe de Professor Titular, dar-se-á unicamente mediante habilitação em Concurso Público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores de título de Doutor ou Livre Docente, Professores Adjuntos, bem como pessoas de notório saber, reconhecido pelo Conselho competente do IFP."

São, pois, inconciliáveis com a vigente Constituição os dispositivos regulamentadores da carreira do magistério Superior, fazendo-se necessário legislar em consonância com a carreira já estruturada mas, excluindo-se essa normatização geradora de conflitos e violadora dos direitos individuais constitucionais garantidos.

Com a lei proposta, tem-se objetivo de oferecer regime legal obediente às garantias constitucionais e, ao mesmo tempo, atender peculiaridades do magistério superior.

No primeiro aspecto, faz-se respeitado o direito do cidadão disputar o acesso à carreira do magistério superior apenas com um concurso público, no qual seja aquele pertinente à primeira investidura, ou seja ingresso real na categoria funcional.

No segundo aspecto, tem-se, no art. 3º, a viabilidade de poder a Instituição de Ensino Superior buscar o concurso de pessoas de maior qualificação para o magistério, oferecendo-lhes o ingresso, por concurso, em classe não inicial da carreira.

E para conciliar essa necessidade de recrutamento de profissionais já qualificados fora da instituição com o resguardo do direito à progressão funcional daqueles que se qualificaram mantendo o vínculo com a própria instituição, tem-se, no art. 2º, garantida a progressão vertical pela fluência de um inters-

tício de 5 (cinco) anos em último nível para as classes que tiver mais de um e em único nível relativamente àquela que não comportar a progressão horizontal.

Parece-nos, com essas disposições, atender-se o comando existente no art. 206, nº V, da Constituição, especialmente quando à valorização profissional dentro da carreira para qual o ingresso se faz por concurso público.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 1990,
— Senador Afonso Sancho.

(A Comissão de Educação — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas os seguintes

Ofício nº 34-L-PFL/90

Brasília, 16 de fevereiro de 1990

Senhor Presidente:

Indico a V. Exª o nome do Deputado José Tinoco para substituir o Deputado Francisco Dornelles na Comissão Mista destinada ao estudo e à elaboração dos pareceres da Medida Provisória nº 132 de 14 de fevereiro de 1990. — Deputado Ricardo Fiuza, Líder do PFL.

Ofício nº 33-L-PFL/90

Brasília, 16 de fevereiro de 1990

Senhor Presidente:

Indico a V. Exª o nome do Deputado Francisco Dornelles para substituir o Deputado José Tinoco na Comissão Mista destinada ao estudo e à elaboração dos pareceres da Medida Provisória nº 130, de 9 de fevereiro de 1990.

Na oportunidade, renovo a V. Exª os protestos do meu elevado apreço. — Deputado Ricardo Fiuza, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Serão feitas as substituições solicitadas. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 8, DE 1990

Brasília, 15 de fevereiro de 1990

Senhor Presidente

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, solicito a V. Exª a retirada em caráter definitivo da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 1988, de minha autoria, que "requer ampla fiscalização, pela Comissão de Fiscalização e Controle, das atividades e condições da Indústria de Transporte Aéreo Regular, objetivando a proposição de medidas definitivas para sanear essa indústria no Brasil e evitar novas e dispendiosas experiências de estatização".

Julgo como atendida a referida proposta, tendo em vista que a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, após ouvir depoimentos diversos, elaborou um Relatório Final sobre a Situação Econômico-Financeira das Empresas de Transporte Aéreo no Brasil.

Na ocasião, renovo meus protestos de elevada estima e consideração. — Senador Roberto Campos, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência comunica ao plenário que a Comissão Diretora aprovou, em reunião de 14 do corrente, o Requerimento nº 754, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando informações à Secretaria da Cultura do Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 76, de 1990 (nº 84/90, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica sua ausência do País nos dias 28 de fevereiro e 1º de março do corrente ano, a fim de participar, em Montevideu, das solenidades de posse do Doutor Luis Alberto Lacalle Herrera, como Presidente do Uruguai. E novamente, no dia 11 de março, para participar, em Valparaíso, da posse do Presidente do Chile, Doutor Patricio Aylwin Azócar.

É a seguinte a mensagem recebida

MENSAGEM Nº 76, DE 1990
(Nº 84/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 1990 para participar, em Montevideu, das solenidades de posse do Doutor Luis Alberto Lacalle Herrera no cargo de Presidente da República do Uruguai. No dia 11 de março, novamente, afastar-me-ei do País para participar, em Valparaíso, das solenidades de posse do Doutor Patricio Aylwin Azócar no cargo de Presidente da República do Chile, retornando no mesmo dia.

Como bem podem avaliar V. Exª, a densidade do relacionamento do Brasil com o Uruguai, especialmente neste momento em que o esforço de integração elevou as relações bilaterais a níveis inéditos, reclama a presença do Presidente da República do Brasil nesse importante momento de transição da vida política do nosso vizinho cisplatino. Terei a oportunidade, no dia 28 de fevereiro, de despedir-me do Presidente Julio Maria Sanguinetti, que muito trabalhou para que as relações entre nossos dois países alcançassem os elevados patamares de hoje.

De igual forma, o simbolismo de que se reveste a transição do poder no Chile exige que o Brasil se faça presente, em Valparaíso, na pessoa de seu mais alto mandatário. V. Exª certamente terão clara a importância do

processo de redemocratização do Chile, que reintegrará esse país, de louvável tradição cívica, ao convívio com as demais democracias latino-americanas e que abrirá perspectivas de riquíssimo potencial no plano bilateral.

Ademais, nas duas ocasiões, congregar-se-ão em Montevideu e Valparaíso diversas das mais expressivas lideranças do mundo, o que me apresentará a oportunidade de debater com meus homólogos, vários temas da atualidade mundial.

Brasília, 16 de fevereiro de 1990. — José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 20 de fevereiro, às dez horas e trinta minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1989, que dispõe sobre a absorção, pela União, de obrigações da extinta Nuclebrás e de suas subsidiárias, da IN-FAS, do BNCC e da RFFSA, e de outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última quinta-feira, 15 de fevereiro, a vida pública brasileira viveu dois grandes momentos de grandeza e compreensão: a sessão de abertura da Quarta Sessão Legislativa, da 48ª Legislatura, o Congresso Nacional ouviu, atento, as palavras do Presidente José Sarney, em discurso que marcou uma hora de coragem, verdade e patriotismo: em depoimento brilhante, recordou as realizações maiores do seu governo.

A atenção e os aplausos calorosos de pé, dos Senadores e Deputados revelaram alto nível de educação e desenvolvimento político.

O Presidente cumpriu um dos momentos mais altos de sua tarefa na direção suprema dos destinos nacionais.

A abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional alcançou dimensões de acontecimento histórico pelo seu ineditismo, em virtude da presença do próprio Chefe da Nação brasileira, quebrando uma tradição de 100 anos, o Presidente José Sarney deliberou entregar, pessoalmente, a Mensagem Presidencial anual, documento básico contendo informações pormenorizadas sobre o desempenho da Administração federal, prestando conta da sua gestão como Chefe de Governo e do Sistema administrativo da União.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Exª uma aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou apartando V. Exª, Senador Lourival Baptista, no início do seu pronunciamento, para

dizer que me associo, de logo, às considerações iniciais da fala de V. Exª, desta tarde, no Senado Federal. Nós todos estávamos no Congresso Nacional, quando se deu a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que fez um discurso cheio de realidades, um discurso muito sentido, um discurso em consonância com sua alma, com o seu espírito, com as suas aspirações. E o que mais ressaltou, nesse discurso, acima de tudo, foi o espírito democrático do Presidente; na verdade, o Presidente da República realçou muito bem a grande cooperação que deu à Nação brasileira para que ocorresse a transição para a plena democracia, com o País vivendo um clima de liberdade, liberdade absoluta, limitada apenas pela lei. Neste aspecto, o Governo Sarney foi simplesmente inigualável, porque não houve a coação ilegal, não houve a perseguição, não houve o patrulhamento. O Governo se deu, evidentemente, à prática das liberdades sem nenhum receio, sem nenhum pejo, exigindo apenas do Presidente da República a calma acima de tudo, a humildade que Sua Excelência exibiu quando de sua fala. Foi por isso, Senador Lourival Baptista, que, ao chegar ao meu gabinete, redigi algumas palavras dirigidas ao Presidente e lhas enviei, através de telex, para que soubesse da admiração dos Congressistas, como essa que expressa, neste momento, V. Exª. Era o que queria acrescentar à sua fala tão brilhante e experiente, acima de tudo experiente, nesta tarde, aqui, no Senado Federal.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho. V. Exª é homem autêntico. As palavras de V. Exª, com a sinceridade de quem as proferiu, tenho certeza, vieram diretamente do coração, sem passar pelos filtros da inteligência; foram palavras de um homem de bem, de um político que sabe fazer política sem ódio, sem detratar ninguém, sem detratar o seu adversário.

Quero dizer a V. Exª, eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho, que, se eu já era um grande admirador de V. Exª, hoje sou mais, porque V. Exª é um homem de atitude e, sendo um homem de atitude, como foi nesta hora em seu aparte, quero dizer a V. Exª que não precisaria mais prosseguir, porque V. Exª disse tudo o que eu pretendia dizer nesta tarde a respeito desse grande brasileiro, desse homem humilde, como V. Exª disse, que é o Presidente José Sarney.

O parte de V. Exª em muito enriquece este pronunciamento.

O Sr. Meira Filho — Permite V. Exª um parte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Concedo o aparte ao nobre Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho — Ilustre Senador Lourival Baptista, acompanhando o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, associo-me às palavras de V. Exª, e até ratifico os conceitos emitidos por S. Exª. Eu também, assistindo à sessão de abertura do Congresso Nacional,

me comovi com a postura do Presidente Sarney perante o Congresso brasileiro, e me comovi também quando o Congresso em peso, de pé, aplaudiu as palavras do ilustre Presidente José Sarney. Entendo que o saber desta Casa se antecipou ao julgamento da História. Aquela atitude de aplaudir de pé o Presidente José Sarney foi, no meu entendimento, uma atitude consagrada. Tenho certeza de que o Presidente deve ter sentido enorme satisfação com a nossa atitude, de todos que se incorporaram a um gesto que foi unânime, de aplausos ao Presidente José Sarney. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou grato a V. Exª, eminente Senador Maira Filho. V. Exª disse uma palavra valiosíssima, ao afirmar que se comoveu. Não foi somente V. Exª quem se comoveu. Vi, naquela tarde, vários parlamentares com lágrimas nos olhos, e quero dizer a V. Exª que fui um deles, porque somos contra as injustiças e a favor da verdade, somos daqueles que reconhecemos o bem e o mal.

As palavras de V. Exª, eminente Senador Meira Filho, também enriquece o nosso pronunciamento.

O Sr. Humberto Lucena — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Ouço, com muito prazer, o eminente Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — V. Exª faz muito bem em trazer ao registro dos nossos Anais a presença do Presidente José Sarney na sessão inaugural do ano legislativo de 1990. Sem dúvida, o seu discurso naquela data foi um dos pontos mais altos de toda história do Congresso Nacional. Sua Excelência, na sua simplicidade e confiante na sua tradição parlamentar, de vez em sempre esteve no Congresso, ao longo de muitos anos, como Deputado Federal e Senador, mostrava-se, naquele dia, inteiramente desinibido, ao fazer um pronunciamento, ao Legislativo e à Nação, à altura dos seus dotes da inteligência de talento e de cultura, no qual mostrava um balanço que o deixa bem, no momento em que se prepara para deixar a Presidência da República. Não tenho dúvida, eminente Senador Lourival Baptista, de que a História, um dia, fará justiça ao Presidente José Sarney, pelo esforço que ele realizou à frente do Governo desde 1985, quando chegou à condição de Presidente da República por força do destino, diante da tragédia que vitimou Tancredo Neves. Creio, que, no Brasil de hoje, ninguém pode contestar que ele foi o grande condutor da transição democrática, cumprindo, com tolerância, com espírito público, todas as metas programadas no sentido da democratização do País. E é claro que nós, também Congressistas, podemos-nos ufanar de nunca ter deixado de lhe dar o apoio indispensável para que essa tarefa de ordem institucional fosse concluída e coroada com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Se no aspecto político-institucional o Presidente José

Sarney se houve com absoluto sucesso, ele próprio confessou, porém, a suamarga — vamos dizer — decepção por não ter conseguido superar as dificuldades econômico-financeiras que aí estão a desafiar, inclusive, o novo Presidente da República recém-eleito nas eleições de 1989. Mas uma coisa é certa, e ele o disse: ninguém pode desconhecer as tentativas que fez nesse particular. Tentativas muitas delas que pareciam dar certo, como, por exemplo, o malogrado Plano Cruzado, em 1986, que, realmente, durante certo período, levou a euforia a todos os recantos do território brasileiro, a tal ponto que, naquela oportunidade, a popularidade do atual Presidente da República era tão grande que, se houvesse reeleição no Brasil, naquela época ele, indubitavelmente, teria sido reconduzido, pelo voto popular, à Presidência da República. Como o plano fracassou, ele ainda faz novas tentativas, que também não lograram êxito. Mas tudo isso, sabe V. Ex^a, e sabem o Congresso e a Nação, decorreu também de uma herança maldita de longos anos, que acumularam erros sobre erros, somando a dívida externa, hoje a maior do mundo, com a dívida interna, essa bola de neve que nos leva, cada dia mais, a uma ciranda financeira que retira, permanentemente, os recursos das atividades produtivas para a especulação mais desenfreada, essas duas dívidas juntas nos levaram a terrível dívida social que aí está, a qual esperamos que, com patriotismo e espírito público, possa ser saldada, no menor prazo possível, com o apoio do Congresso Nacional a todas as medidas que forem consideradas de interesse público. Parabéns a V. Ex^a, e a minha solidariedade, portanto, às suas palavras.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Humberto Lucena.

As palavras de V. Ex^a, eminente Senador Humberto Lucena, velho companheiro que fomos, na Câmara dos Deputados e aqui no Senado Federal, do atual Presidente José Sarney, as palavras de V. Ex^a disseram verdades e muitas verdades. E uma: que há cem anos o Brasil é República e, durante este período, foi o único Presidente que veio ao Congresso trazer a mensagem, no seu último ano de governo. O depoimento dado por V. Ex^a, eminente Senador Humberto Lucena, foi valioso e muito enriquece o nosso pronunciamento. Sou muito grato a V. Ex^a por este aparte.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Concedo o aparte ao eminente Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador Lourival Baptista, preliminarmente, gostaria de salientar que, na ocasião em que alguém me perguntou se cabia a vinda do Presidente da República ao Congresso, no início do presente período legislativo, eu não fui favorável. Tratava-se de uma consulta de uma per-

gunta, e eu expliquei por que não era favorável. Primeiramente, porque não tinha amparo constitucional. Como sabe V. Ex^a, a Constituição brasileira de 1891, que foi, praticamente, decalcada da Constituição americana, ela, quando nós a fizemos, não previa a presença do Presidente da República para a leitura da mensagem. Esse caso particular vem da Fala do Trono, do Império, em que os imperadores compareciam. Os primeiros presidentes americanos o fizeram, também, mas não Jefferson, diz-se, aliás, que era devido ao fato de que Jefferson não tinha boa dicção e, como tal, deixou de comparecer e mandou um emissário. Foi a partir daí que eu mesmo pensei que, se houvesse uma questão de ordem levantada, não tinha cabimento, porque era sessão solene, mas podia haver um problema que deixasse ao Presidente Nelson Carneiro em dificuldade para dirigir a sessão. E este pensamento foi o meu à pessoa que me perguntou qual era a minha opinião. Vi, com agradável surpresa, que a presença do Presidente mostrou que os meus receios eram infundados em relação a um possível constrangimento criado para o Presidente e para o Presidente do Congresso Nacional. E fui um dos primeiros a aplaudir de pé a fala do Presidente. Mas estou ouvindo apartes a V. Ex^a e gostaria de fazer uma ponderação a respeito dessas famosas heranças. Já disse uma vez, e isto foi objeto de divulgação pela imprensa, de que só não se queixou do seu antecessor Tomé de Sousa. E assim mesmo parece que ele não gostava de um cacique da Bahia. Porque sempre, cada um que chega, tem que pintar como recebeu no passado. Até divertia-me lendo discurso de ministros, no caso o Ministério da Educação. Cada ministro que chegava dizia que tínhamos 40 milhões de analfabetos adultos. Cada ministro que saía dizia que tinha reduzido já para 8. E assim ficamos nesse jogo de discurso de posse e discurso de passagem de função.

Passamos o governo ao Presidente José Sarney com uma inflação estabilizada de 220% ao ano. O que era alguma coisa capaz de impopularizar o Governo do Presidente Figueiredo. Mas era de 220%. Estamos, se não estou equivocado, com 1.745% ao ano. E estamos ameaçados de uma inflação de 80% neste próximo mês.

Dizer que não estamos mais numa hiperinflação, já não é uma luneta de Pangloss, mas algo pior. É negar completamente a verdade. Isso foi o que me sensibilizou no discurso do Presidente Sarney. Foi Sua Excelência reconhecer que, apesar de todos os seus esforços, disse com muita habilidade que determinadas categorias, determinados segmentos da sociedade não acompanharam o esforço governamental para a redução da inflação. Veja V. Ex^a como são os fatos históricos irônicos. Chegava, aqui, em 1974 — V. Ex^a é meu Colega, somos dos veteranos da Casa — e o meu Partido tinha, que era o mesmo de V. Ex^a à época, feito apenas seis senadores. Em vinte e dois o MDB fez dezesseis e nós só fizemos seis. E um deles já era Teotônio Vilela, quer dizer que já não era bem um

dos nossos. O que acontece? Ao justificar, em grande parte, a derrota do Partido do Governo naquela ocasião, eu dizia que era impossível ganhar uma eleição com 40% de inflação ao ano. A declaração está aí nos Anais. E, agora, veja V. Ex^a o rumo que estamos tomando. Por outro lado, houve só um momento em que o discurso do Senhor Presidente, que achei excelente na forma, nós que o conhecemos há muito tempo e somos seus amigos pessoais, podemos dizer que nunca o ouvimos falar tão bem — Sua Excelência chegou até a modular a voz o que, normalmente, não o faz. Na sua aparição, no dia seguinte, na televisão, no programa de Bóris Casoy, já não foi tão bom o desempenho. O que acho, repito, que foi importante para mim foi a caracterização da autocrítica. O discurso foi muito bom, eu aplaudi, e se em algum momento tive dúvida, foi quando houve uma ênfase muito grande entre o passado e o presente — passado próximo —, porque ele era meu Presidente de Partido, e nesse passado, evidentemente, o nome do Presidente Sarney a ele está ligado. Foi o único reparo que eu poderia fazer. Quanto ao resto, não acho que a atitude de V. Ex^a trazendo esse fato, essa ocorrência, que realmente não teve a divulgação devida, é muito importante; V. Ex^a faz muito bem, porque o Presidente foi um colega nosso, aqui, muitos anos e é um homem de afetos. De maneira que agradeço a V. Ex^a ter-me concedido este aparte.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Eminente Senador Jarbas Passarinho, inicialmente, quero dizer a V. Ex^a e a esta Casa que no seu aparte V. Ex^a referiu-se a um discurso que aqui fez, dizendo que quem só não fez inimigo foi Tomé de Sousa, pois não teve ele a quem suceder, e eu dei um aparte a V. Ex^a; V. Ex^a estava sentado ali e eu disse que pedia o aparte para dizer que quando fui Governador quem me sucedeu ficou mais meu amigo do que quando eu era Governador: foi Paulo Barreto de Menezes que me sucedeu na governança do Estado.

O Sr. Jarbas Passarinho — Se V. Ex^a me permite, incluo ao lado de V. Ex^a um dos seguidores de Tomé de Sousa. Eu substituí Nascimento e Silva no Ministério do Trabalho, e substituí Tarsó Dutra, no Ministério da Educação, e, por último, Hélio Beltrão, no Ministério da Previdência. Eu fiquei amigo deles.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Eu tive essa sorte e essa felicidade.

O aparte de V. Ex^a, eminente Senador Jarbas Passarinho, e eu me honro de privar de sua amizade, é de um homem que faz justiça. V. Ex^a, no seu aparte, disse tudo de um homem que sai do Governo daqui a vinte e poucos dias. Nós, que fomos governadores, sabemos o que é isso. Sabemos que fim de governo é fim de governo.

Eu não tive um "fim de governo", porque Ruy Santos abreviou a nossa saída com emenda de sua autoria, que dizia: "Onde se diz 90, diga-se 180". Com isso, tivemos que sair no dia 15 de maio, quando deveríamos ter saído em 15 de agosto. Mas fim de Governo... Vamos em diante.

O aparte de V. Ex^a foi valiosíssimo, dizendo da sua amizade, do seu respeito referente ao Presidente José Sarney que aí está, calmo, tranqüilo, vendo o seu dia chegar; dia de entregar o Governo ao seu sucessor, sem ódio, sem rancor, dizendo, como todos nós sabemos, que governou no clima da mais ampla liberdade.

Muito obrigado, eminente Senador Jarbas Passarinho.

Concedo o aparte ao eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Lourival Baptista, antes de mais nada, desejo enaltecer o gesto de V. Ex^a, vindo à tribuna do Senado Federal para registrar — na imprecisibilidade dos nossos Anais — aquele grande acontecimento ocorrido no Plenário do Congresso, no último dia 15, quando o próprio Presidente se dispôs, ele mesmo, a trazer a sua Mensagem e fazer aquele pronunciamento de abertura, com análise crítica da sua atuação à frente dos destinos do País. Poderia dizer a V. Ex^a que, analisando a gestão José Sarney, em alguns momentos nós nos contrapusemos a muitas das suas diretrizes, decisões, palavras e posicionamentos assumidos. Lembraria a V. Ex^a que, em meio aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, entendeu o Presidente José Sarney, em uma manifestação — de certa forma, precipitada —, apontar as conquistas inseridas no texto da futura Carta Magna como responsáveis por um estágio de ingovernabilidade em que ingressaria, fatalmente, o País. Naquela ocasião, com responsabilidade de integrar a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte — e respondendo a sucessivas interpelações, no próprio Plenário da Assembléia, de alguns Parlamentares — fiz a defesa da Assembléia, da sua soberania e assegurei que o País haveria de conviver com aquilo que se originava da iniciativa de senadores e deputados investidos pelo voto de 15 de novembro de 1986 do poder de elaborar a nova Carta Magna do País. Neste instante, posso dizer a V. Ex^a e à Casa que também aplaudi, igualmente de pé, o pronunciamento do Presidente, exatamente porque ele buscou nas suas palavras enaltecer a sua atuação no campo das liberdades públicas, mas bateu-me a culpa ao reconhecer as imensas dificuldades e a intransponibilidade de embargos no campo econômico-financeiro. Ele mereceu os nossos aplausos, e queira Deus que o seu sucessor possa assegurar ao País este mesmo clima de liberdade, de respeito do Governo aos cidadãos, e possa fazer aquilo que ao Presidente Sarney não foi possível: a superação dessas dificuldades que, neste momento, atormentam a gente brasileira, dificuldades essas direcionadas para a área de economia e de

finanças. Vamos esperar que o Governo imite Sarney, garantindo as liberdades públicas indiscrepantemente e propicie aquilo que Sua Excelência não pôde fazer, que é a ultrapassagem desta fase crítica que se agudiza neste momento com um índice inflacionário impossível de ser admitido, sobretudo pelas classes menos favorecidas.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Fico grato a V. Ex^a, eminente Senador Mauro Benevides. V. Ex^a fez menção a um termo — liberdade — ao qual eu gostaria de referir-me.

Há poucos dias vinha eu do Rio de Janeiro quando, na descida de Brasília, me disseram: vem aí neste avião o Ministro Leitão de Abreu. Eu o esperei na escada e quando ele desceu eu o cumprimentei, acompanhei-o ao Aeroporto e lá ficamos esperando a bagagem; e, conversando, ele falou sobre o Presidente José Sarney.

Disse-me o seguinte: o Brasil todo reconhecia — isto disse o ex-Ministro Leitão de Abreu — que o Governo do Presidente José Sarney foi um Governo de plena e ampla liberdade, e os brasileiros irão reconhecer isto um dia. Palavra de um homem íntegro, um homem de bem, que é o Ministro Leitão de Abreu.

Sou muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Mauro Benevides, pelos conceitos aqui emitidos, e pelo que falou a respeito do eminente Presidente José Sarney.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer.

O Sr. Afonso Sancho — Desejo, Senador Lourival Baptista, dar este rápido aparte, primeiro, para me congratular com V. Ex^a, porque, quando vejo um homem leal, um homem sincero que não examina a posição em que seu amigo está, para estar sempre ao seu lado, isto é uma virtude que realmente não se encontra em toda a parte. Segundo, já que o Senador Jarbas Passarinho disse que foi um dos que bateu palmas ao Presidente José Sarney, estava eu presente e acompanhei os aplausos daquela Casa, sendo puxados pelo Senador Jarbas Passarinho; e os que estavam do seu lado ficaram ainda tergiversando, mas sentiram que ali eram irreversíveis os aplausos e todo mundo ficou de pé. De forma que o Presidente Sarney fica devendo essa demonstração de carinho ao Senador Jarbas Passarinho. Realmente — concluindo — foi uma demonstração de muita educação política, uma demonstração de que nós podemos conduzir de duas maneiras: podemos não gostar do homem, mas em determinados momentos temos que respeitar o homem, temos que respeitar a autoridade e temos que prestar a homenagem que ele merece naquele momento. E ali o Presidente Sarney, com aquele seu pronunciamento, em que se penitenciou de suas falhas e reconheceu virtudes noutro, fez um pronunciamento antológico, que será guardado pela Nação.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Afonso Sancho, pela sinceridade e seriedade das suas palavras, que serão inseridas no nosso pronunciamento a respeito do Presidente José Sarney.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Concedo o aparte ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Nobre Senador Lourival Baptista, como sempre ocorre, V. Ex^a traz a este plenário um pronunciamento oportuno e que propicia aos Senadores um momento de reflexão. E V. Ex^a tem recebido apartes de quase todos os presentes, exatamente pela oportunidade desse pronunciamento. E gostaria de participar dessa reflexão também. Representando o Estado do Tocantins, eu gostaria de, na oportunidade, engrossar a fileira daqueles que aplaudem, e daqueles que já o fizeram naquela oportunidade em que Sua Excelência o Senhor Presidente da República fez o seu pronunciamento ao Congresso Nacional em plenário, quase que, diria, contrariando a própria legislação vigente. Naquela oportunidade, ocorreu um fato histórico da maior importância: estava selado definitivamente o processo de transição democrática deste País. O Presidente José Sarney, que foi Parlamentar durante muito tempo, achou por bem ele mesmo vir prestar contas à Nação de todos os anos da sua Administração; reconheceu as dificuldades, porém uma coisa ficou bem clara no seu pronunciamento, a liberdade foi introduzida neste País — liberdade de pronunciamento, de fala, de expressão de todos os segmentos da sociedade. Isso, ficou bem claro e a liberdade é sem dúvida alguma o apanágio do processo democrático, a meta maior deste processo. Portanto, estava ali selado definitivamente o processo democrático neste País. Está, assim de parabéns V. Ex^a, que veio trazer este momento de reflexão ao Senado, e queremos parabenizá-lo pela oportunidade deste pronunciamento, dizendo que o Presidente José Sarney, como Presidente da República, que o foi não por acaso mas por providência de Deus, tinha a incumbência de colocar esta Nação nos trilhos da verdadeira e sã democracia, isto lhe cabe a honra e a dignidade de ter processado. Portanto, ele está de parabéns por ter trazido ao País este ideal maior de toda a Nação brasileira, a liberdade democrática. E com esse pronunciamento quero congratular-me com V. Ex^a, dizendo que, de uma vez por todas, ficou selado como verdadeiro construtor da nova democracia neste País o Presidente José Sarney, pelos aplausos recebidos de pé, naquela oportunidade, de todos os Senadores e Deputados.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, Senador Antônio Luiz Maya, por esse aparte, que também muito enriquece este pronunciamento, pela sinceridade das palavras, pela maneira de expressá-lo e pelo

apoio a este grande homem público, o Presidente José Sarney.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Concedo o aparte ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Lourival Baptista, quero, inicialmente, registrar e enaltecer o procedimento coerente, correto e leal de V. Ex., que nunca negou apoio ao seu grande amigo ora Presidente da República e ao Governo de Sua Excelência. Por outro lado, sabe V. Ex. que pertenço a um partido de oposição à política do atual Governo. V. Ex. trouxe ao Senado Federal, e foi objeto de vários apartes, este assunto, sem dúvida, importante. Permito-me, apenas, fazer algumas observações. A nossa Constituição, no art. 84, inciso XI, diz que compete privativamente ao Presidente da República:

XI — remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

Remeter mensagem é a letra fria do texto constitucional. Sua Excelência, portanto, quis, como V. Ex. salientou, prestar uma homenagem.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Perfeito.

O Sr. Chagas Rodrigues — Então, Sua Excelência fez mais do que remeter, Sua Excelência entregou a Mensagem. V. Ex. se congratula com o Presidente da República por este gesto. O Presidente está nos últimos dias do seu Governo. Acho que aqueles que tanto censuraram a Presidência da República, pela sua Administração — nunca o homem! —, esses devem preparar as suas armas para o próximo Governo, para cobrar dele as promessas feitas e denunciar alguns erros que porventura venha a cometer, desejando igualmente que o Governo acerte, atendendo às aspirações legítimas do povo brasileiro. Mas, se V. Ex. me permite, V. Ex., que se congratulou com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e todos nós tivemos este gesto: uns, em completa concordância; outros, em homenagem à pessoa do homem público que se despede do Governo — queria, se V. Ex. me permitisse, congratular-me também com o nosso Presidente Nelson Carneiro, que deu essa interpretação liberal e humana ao texto constitucional. E também queria deixar aqui a minha solidariedade, o meu apoio àqueles Deputados, sobretudo Deputados e alguns Senadores que receberam a visita do Presidente de maneira educada e democrática. De modo que o Presidente da República merece as nossas congratulações pela homenagem que prestou ao Congresso Nacional, e devemos registrar a conduta superior do nosso Presidente Nelson Carneiro e a dos Srs. Deputados e Senadores

que, apesar de fazerem oposição ao Governo, sobretudo na área econômica e financeira, educadamente receberam-no e o aplaudiram, não recebendo Sua Excelência nenhuma manifestação de desagravo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex., eminente Senador Chagas Rodrigues, pelas suas palavras referentes à minha pessoa; V. Ex. que é o meu velho amigo desde a Câmara dos Deputados; depois, quando Governador, fez aquele governo do Piauí, que todos aplaudimos, e as suas palavras, embora de um homem de outro partido, são coerentes. V. Ex. muito me sensibilizou.

E quanto ao Senador Nelson Carneiro, quero dizer a V. Ex. que sou médico, não sou bacharel. Mas reconhecemos o que V. Ex. aí leu referente à Constituição: "...remeter mensagem". S. Ex. veio diretamente — V. Ex. disse muito bem — nos prestigiar, a nós, Congressistas.

Quanto ao Senador Nelson Carneiro, S. Ex., como jurista que é, emulo de Pontes de Miranda, homólogo de Seabra Fagundes e Carlos Maximiliano, esses grandes juristas, analisou e encontrou a maneira de não recusar a vinda do Senhor Presidente da República. Foi mais um serviço que o eminente Senador Nelson Carneiro, que entrou aqui, nesta Casa, comigo, há 19 anos, prestou ao Congresso Nacional.

Muito grato a V. Ex., eminente senador Chagas Rodrigues, pelo seu aparte.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex. um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pois não.

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminente Senador Lourival Baptista, devo-lhe dizer que foi com uma surpresa muito grande — eu que já assisti, pela vigésima vez, nesta Casa, à abertura do Congresso Nacional — que ouvi o anunciar, pelo Sr. Presidente do Congresso, a chegada do Senhor Presidente da República José Sarney, para trazer pessoalmente a mensagem do seu último ano de governo, não encontrei um apoio regimental para o fato, mas lembrei-me, Sr. Senador, que o Presidente José Sarney, além de estadista, é poeta, e, sendo poeta, usou daquilo que vem fazendo muito: as ditas licenças poéticas. E, talvez, pela licença poética, o Sr. Presidente se tenha sensibilizado e a ele tenha dado, inclusive, a palavra, para que ele próprio pudesse ler, num discurso que a todos nós encantou e emocionou, a sua última mensagem como Presidente da República. Fiquei muito feliz de ter participado daquela sessão naquela tarde, porque foi um momento histórico, um momento de uma ruptura, a ruptura de uma tradição que só um poeta poderia fazer: o momento do reencontro de um Presidente que saiu desta Casa e a ela voltou para prestar contas de seus atos. Felicito V. Ex., Senador Lourival Baptista, pelo discurso desta tarde e felicito

o Presidente José Sarney pela audácia do poeta, pela coragem do estadista de ter acompanhado a esta Casa ferindo o Regimento, mas como poeta e como sonhador trazendo a sua mensagem de despedida aos seus Companheiros de uma vida muito longa, a vida que ele teve nesta Casa do Congresso Nacional. Parabéns.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex., meu velho amigo e Companheiro, Senador pelo meu Estado, e que honra com o seu mandato a cadeira que ocupa, meu amigo de muitos anos. O aparte de V. Ex. foi um aparte que muito também me sensibilizou.

Quero fazer uma revelação: não é só o Presidente José Sarney é poeta, V. Ex. também o é. V. Ex. também tem versos publicados; V. Ex., com o brilho de sua inteligência, é um homem polímorfo: médico e bacharel. Sou grato a V. Ex., eminente Senador Francisco Rollemberg por este aparte, que me sensibilizou — e sensibilizou-me muito.

Muito obrigado.

O Sr. João Calmon — Permite-me um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, ouço o ilustre e nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Lourival Baptista, V. Ex. presta, neste recinto, mais uma consagrada homenagem ao presidente da conciliação nacional, José Sarney. A História do Brasil consagrará, com letras indelévels, esse patriota sem jaca que jamais cultivou ódios e nunca adotou represálias contra os inimigos irracionais de sua fecunda Administração. Sarney já tem inscrito, com singular relevo, seu nome como o magnífico artífice da transição democrática, a quem o Brasil deve um apoio sem precedentes à educação nacional, credenciando-se, também, como um extraordinário benemérito da cultura, através da Lei Sarney, que, sozinha, poderia consagrar o seu fecundo Governo. Felicito-o, vivamente, nobre Senador Lourival Baptista, pelo seu magistral discurso.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex., Senador João Calmon, pelo seu aparte — amigo que é do Presidente José Sarney há muito anos. V. Ex. deu um depoimento valioso do seu Governo e os benefícios que trouxe para a educação e cultura, assim como um Governo com ampla liberdade e artífice da transição democrática.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Concedo o aparte ao eminente Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador, meus cumprimentos, inicialmente, pelo seu gesto de lealdade, o que é uma característica da sua personalidade, da sua vida pública. Talvez para nós, contemporâneos, seja muito difícil fazer um julgamento definitivo do Governo José Sarney. A proximidade histórica em que

nos encontramos oblítera e impede a vista mais aguda, mais justa, e talvez só possamos julgar este Governo na perspectiva da história. Quando Juscelino Kubitschek deixou a Presidência da República, talvez não haja registro de alguém que tenha tido contra si e contra o seu governo um volume tão grande de ataques, de críticas, de tal forma que o seu sucessor, Jânio Quadros, elegeu-se com uma votação maiúscula, e o candidato apoiado pela congregação de forças políticas, que sustentava o Governo Juscelino Kubitschek, sofreu uma derrocada eleitoral. Passados os anos, passadas três décadas, é quase unanimidade nacional que o Governo Juscelino Kubitschek foi, talvez, um dos maiores governos da história republicana. Pelo que me recordo, nunca ouvi tantos assaques, tantas críticas, tanta violência verbal contra um Presidente como ouvi, na minha infância, contra o Presidente Juscelino Kubitschek. Então, é temerário fazer um julgamento definitivo do Governo José Sarney. Corremos o risco da superficialidade e, também, da subjetividade política, que situa cada um numa posição neste momento e que, portanto, pode induzir ao erro. De qualquer forma, quero registrar dois pontos com relação ao pronunciamento do Senhor Presidente. Primeiro, os aplausos que recebeu foram, talvez, mais do que um gesto de educação e cortesia: foram o reconhecimento do Congresso Nacional a algo que nem a História irá arrancar do Governo José Sarney, nem o tempo vai apagar, que é a absoluta convicção democrática do seu Governo. Falo do Governo e não só do homem José Sarney. O seu Governo, como um todo, foi um governo essencialmente comprometido com o processo democrático. As eleições que se realizaram em 1989 não tiveram paralelo na História do Brasil, em termos de liberdade e de participação popular. Por outro lado, esta visão do Governo José Sarney pode ser, agora, registrada com veemência e com limpidez: o absoluto comprometimento com a liberdade e com a democracia, assegurando que a transição se desse em termos efetivos, de modo a permitir que, após a sua saída, após a posse do novo Presidente da República, um Brasil novo começasse a caminhar. O outro elemento, o outro dado que é preciso salientar é que aqueles aplausos — e aí é uma interpretação que, pessoalmente, dou àquele gesto do Congresso — foram, talvez, uma atitude, um gesto até de solidariedade humana com o Sr. José Sarney e de solidariedade cívica e política com o Presidente da República, que foi vítima dos mais violentos vitupérios, das mais desmedidas agressões pessoais para se transformar em escada eleitoral do Presidente eleito à Presidência da República. Todos presenciaram, ao longo da campanha eleitoral recente, a forma baixa como o Presidente eleito tratou o cargo de Presidente da República, não medindo nenhuma palavra para obter o seu desiderato pessoal, nem em relação ao Sr. José Sarney, nem em relação ao seu contendor no segundo turno, o Deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Quero fazer este registro, nobre Senador, de que ali havia o reconheci-

mento do homem que sustentou a democracia, mas também um gesto de solidariedade à figura do Presidente da República, de respeito ao homem e ao cargo ali representado. O Congresso quis, de certa forma, recobrar este valor institucional, que é o do respeito à figura e à estatura política do Presidente da República. Esperamos que, no futuro, o atual Presidente eleito não venha a se transformar em vítima das armas que ele mesmo utilizou, que ele não venha a sofrer o mesmo processo de degradação verbal e pessoal que infligiu ao Senhor Presidente da República. Quanto ao mais, ou seja, quanto à conduta do Governo José Sarney no plano econômico e no plano social, não há por que, neste momento, não reconhecermos que o seu Governo não se saiu bem. Ao contrário, os níveis de inflação que estamos vivendo, o processo de desorganização econômica instalado hoje no Brasil nos leva, sem dúvida nenhuma, a não ter um julgamento positivo, neste momento, do Governo. Veja V. Exª, nobre Senador, os povos julgam muito mais pelos resultados materiais de um governo do que pelos resultados espirituais. Os povos são imediatistas, mesmo os povos de conteúdo religioso mais profundo e arraigado, como o povo japonês. O povo japonês acaba de reeleger um partido político, eivado de escândalos e de acusações públicas, para continuar a governar o Japão, pela simples razão de que este partido conduziu o Japão de uma potência derrotada para, sem dúvida nenhuma, a nação mais rica da terra. Ora, é o sucesso econômico dos governos que os leva ao sucesso político-eleitoral. Nem sempre o conteúdo democrático é matéria suficiente para justificar o apoio dos povos. Talvez essa seja uma lição amarga a apreender desse processo de transição política que vivemos. Um governo vitorioso na conduta do processo democrático, mas que fracassou na conduta do processo econômico, sai, infelizmente, com um baixo nível de popularidade, de consideração pública. Neste sentido, quero, apenas, encerrando, dizer a V. Exª que, particularmente, daqui, dessa tribuna, mesmo tendo as maiores restrições, nunca jogarei pedras contra um governo que — entendia eu — tinta a tarefa imensa, incalculável, de conduzir o processo democrático até a eleição e a posse do povo Presidente. Entendia, assim, como uma missão dos políticos do nosso tempo, para que pudessemos assegurar o futuro e assegurar a continuidade da democracia. O Presidente José Sarney está no meu Estado, hoje, levando a instalação de uma nova planta do pólo petroquímico. O Rio Grande agradece e o Rio Grande o recebe, neste dia, com aplausos e com reconhecimento. Mas tenho certeza de que o Governo José Sarney, o Governo da transição, só será bem julgado pelo tempo e pela História. Obrigado a V. Exª

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Grato a V. Exª, eminente Senador José Fogaça, pelo seu aparte, pela sinceridade das suas palavras, referentes ao Presidente José Sarney,

quando foi um Governo de paz, de liberdade, de tranquilidade, em que as eleições foram as mais livres possíveis já havidas no Brasil.

Sou também muito grato a V. Exª pelas palavras a mim referidas. Sou admirador de V. Exª, desde quando aqui entrou, fizemos relações de amizade, e só poderia, como amigo que sou do Presidente José Sarney, vir destacar o que foi o dia 15 de março no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Carneiro) — Eu pediria a V. Exª concluísse, porque o seu tempo terminou realmente às 15 horas e 5 minutos e são 15 horas e 43 minutos.

O Sr. Marcondes Gadelha — Prometo ser breve, Sr. Presidente.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Eminente Senador Nelson Carneiro, a culpa não foi minha, o meu discurso é curto, não cheguei nem a ler a primeira página e eu não poderia negar as intervenções.

Agora, concedo, com a permissão de V. Exª, que é meu velho companheiro nesta Casa, o último aparte, um brevíssimo aparte ao Senador Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eminente Senador Lourival Baptista, considero altamente significativo o fato de que o primeiro reconhecimento ao trabalho do Presidente José Sarney tenha partido do Congresso Nacional, porque o maior legado que este Governo nos deixa é a consciência definitiva de que somos uma Nação democrática. Até então olhávamos o comportamento político das nações mais desenvolvidas e baixávamos a cabeça. Agora, nobre Senador, depois deste Governo, não temos mais nenhuma dúvida de que nos instalamos definitivamente no concerto das nações democráticas. Veja V. Exª que este Governo conduziu quatro eleições em meio a uma turbulência na área econômica seríssima: eleição para Prefeito das capitais, eleição para Prefeito das demais cidades, eleição para Governador de Estado, eleição para Presidente da República, além de uma Assembleia Nacional Constituinte, e agora em grande parte, a própria condução das eleições para Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Governador deste ano. Veja V. Exª que este Governo conviveu com mais de dez mil greves durante todo o seu mandato, sem nunca ter erguido o bastão autoritário, sem jamais ter agredido quem quer que seja, confiando apenas na força que é imanente e própria à vivência democrática. Veja V. Exª que este Governo promoveu uma abertura ampla no setor externo com os nossos vizinhos, passamos a ter uma convivência mais fraterna, sem qualquer desconfiança, e avançamos muito na integração latino-americana. Este País, também, se abriu para as conquistas científicas e tecnológicas, e teve grandes realizações no campo material. O Presidente da República vem ao Congresso Nacional e, se aquelas palmas foram sinceras — eu não tenho nenhuma dúvida — desta Casa, então, nobre Senador, este é o maior reconhecimento, porque este Congresso é a cabeça pen-

sante do País e não tem que se compadecer com pensamentos baldios que ainda campeiam pela Nação agora, temos que extrair o que é importante e o que é essencial. A fala do Presidente da República foi, também, de sua parte, toda ela lastreada em sinceridade, em franqueza, porque, também, esta foi a sua Casa de origem e não tinha por que usar a palavra para esconder o pensamento. Creio, até, que foi exageradamente severo consigo mesmo, quando assumiu, quase sozinho, a responsabilidade pelos problemas na área econômica. Mas, aqui, entre nós, nobre Senador Lourival Baptista, será que a responsabilidade por esta situação econômica é, realmente, do Presidente Sarney ou é exclusivamente do Presidente Sarney? Há uma coisa que ninguém poderá negar ao longo do tempo: é que Sua Excelência tentou, tentou todas as alternativas possíveis de enfrentamento da inflação. Tentou a vertente heterodoxa, entregando plenos poderes a uma equipe que trouxe um plano até, então, ecido, até, então, nunca usado neste País. E o Presidente confiou e se entregou por inteiro como um pacote — ele próprio — nas mãos da sua equipe, que era do mais elevado nível. E essa equipe teve todas as condições para implantar um plano heterodoxo neste País, com a colaboração, com a participação estreme do Poder Executivo, na figura do Presidente da República, que saiu para a linha de frente, conduzindo o processo no plano político e psicossocial. Depois, infelizmente, houve o fracasso do Plano Cruzado, mas o Presidente da República tentou um meio termo entre a solução heterodoxa e a solução ortodoxa, o chamado Plano Bresser, deu todos os poderes nesse sentido. Infelizmente, também, o Plano não deu certo. O Presidente poderia ter se encolhido. Tentou a terceira e última alternativa, uma proposta ortodoxa conduzida pelo Ministro Maísson da Nobrega. Há uma coisa, nobre Senador, que por ensaio e erro, por tentativa e fracasso, este Governo de qualquer forma não se eximiu da sua responsabilidade, da sua obrigação de buscar caminhos, tentou suscitar a Nação por diversas vezes nesse campo. E acho até que Sua Excelência foi excessivamente severo quando assumiu sozinho a responsabilidade pela situação econômica. Essa responsabilidade, digo a V. Ex. — a História um dia vai julgar — não é só sua. Mas, em qualquer circunstância, os que virão depois de nós agradecerão pelo trabalho extraordinário que Sarney fez no sentido de assegurar a transição e, sobretudo, de cristalizar em nós a consciência de que somos uma Nação democrática, e não devemos nada a ninguém em termos de convivência política a qualquer dos povos mais evoluídos da Terra.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex., eminente Senador Marcondes Gadelha, pelo seu oportuno aparte, que, com seus conceitos, e suas considerações, muito enriquece o meu pronunciamento.

Ao se desincumbir da responsabilidade constitucional de submeter ao exame e avaliação do Congresso Nacional a referida Mensa-

gem, o Presidente José Sarney proferiu, com rara eloquência, um discurso magistral e antológico, denso de conteúdo conceitual e informativo sobre os problemas enfrentados — políticos, econômicos e sociais, — enumerando os objetivos colimados e os resultados obtidos.

Convém assinalar a corajosa e inovada atitude do Presidente José Sarney: — tradicionalmente, sempre coube ao Ministro Chefe do Gabinete Civil a missão de transmitir a Mensagem Anua ao Congresso Nacional, ao ensejo da solenidade de abertura dos trabalhos legislativos. Mas, a inovação e a presença do Presidente José Sarney foram bem acolhidas pelos parlamentares, que ouviram, com atenção e com o maior interesse, o seu vigoroso e incisivo discurso.

Pode-se afirmar, sem receio de qualquer contestação, que os respeitáveis aplausos recebidos pelo Presidente José Sarney, constituíram insofismável consagração pessoal, evidenciando a estima, a confiança e o profundo respeito da sociedade brasileira pela personalidade do Chefe da Nação.

A este respeito, afigura-se-me justo enaltecer os atributos fundamentais característicos do Presidente José Sarney, como estadista e cidadão exemplar, ou seja, as inesgotáveis reservas de tolerância, paciência e bondade de um homem de bem, dotado de cultura, talento e indiscutível competência, que nunca fez mal, perseguiu ou prejudicou a ninguém, sempre procurando fazer o bem; em síntese, um estadista vocacionado para o serviço público, integralmente dedicado, com energia, honestidade e patriotismo, ao desenvolvimento e bem-estar do povo brasileiro, de tal forma que, no decorrer dos cinco anos de seu Governo, logrou projetar-se no continente e no cenário internacional como uma das mais expressivas personalidades contemporâneas.

O discurso se constituiu em um depoimento histórico através do qual o Chefe da Nação se despediu do Congresso Nacional como uma Instituição por ele considerada "a alma e o coração do sistema democrático".

Relembrando a manhã de 15 de março de 1985, quando assumiu a Chefia da Nação e do Governo, em consequência do impedimento, em circunstâncias dramáticas, de Tancredo Neves, o Presidente José Sarney afirmou ter enfrentado, nestes últimos cinco anos, desafios de insólitas proporções; conflitos sociais emergentes que provocaram a deflagração de mais de dez mil greves; cinco eleições livremente realizadas sem manipulação ou interferência do Governo — 1985, 1986, 1987 e duas em 1989; os impactos de gravíssimas crises conjunturais geradas pela excessiva dívida externa.

A extraordinária seriedade e sinceridade das análises e da avaliação desses problemas, tais como formuladas pelo Presidente José Sarney, impressionaram profundamente a todos os Parlamentares, personalidades, autoridades e jornalistas, que o homenagearam com expressivos aplausos.

Além da sinceridade e da coragem do Chefe da Nação, merecem, também, encômios, o realismo conceitual, a densidade informativa e a beleza literária desse discurso, que desde logo assegurou ao seu autor um lugar de relevo na galeria dos grandes vultos da nossa história política.

Tendo semeado, conforme acentuou, "a conciliação e a tolerância política, na busca da mais ampla convivência democrática", o Presidente asseverou, ainda, ter proporcionado um exemplo de paciência, liberdade, tranquilidade e compreensão como antidoto às paixões deflagradas. "Sua diretriz básica sempre foi a de, sob qualquer sacrifício, criar uma sociedade verdadeiramente democrática, e não um simples exercício simulado de elites".

De fato, toda a Nação reconhece que o Presidente José Sarney fez, lucidamente, uma opção decisiva, em caráter irreversível, pela democracia plena e contra a recessão, a opção máxima por um Governo de liberdade integral.

Mas, com a mesma sinceridade e coragem, não enumerou somente o vasto acervo das realizações do seu Governo, mas destacou, também, a sua frustração pelo que não conseguiu fazer, registrando, com realismo, que "não alcançou êxito nas tentativas heróicas para mudar a economia, não por falta de vontade ou de coragem"... "Paguei custos políticos de grande envergadura pela ausência de resultados no combate à inflação e tornei-me o mais agredido e combatido Presidente do Brasil". "Mas, — asseverou — volto à minha Casa de cabeça erguida. Lamento não ter podido fazer mais e melhor, tendo governado num tempo de imensas limitações e dificuldades".

Sr. Presidente:

Após a abertura da Sessão Legislativa, o Presidente José Sarney recebeu das mãos do Presidente da Brazilian-American Chamber of Commerce, Dr. José Roberto David de Azevedo, a "Medalha do Presidente", criada por um Comitê da Câmara, em 1987, presidido pelo Sr. Vicente Bonnard e do qual faziam parte José Roberto Azevedo, Lino Otto Bohn e Marcus de Albuquerque Mello. Era desejo da Câmara de Comércio que a distinção fosse conferida em Nova Iorque, numa homenagem especial que lhe seria prestada em reconhecimento pela atenção que sempre dispensou, durante muitos anos, aos eventos da Câmara. A impossibilidade da sua realização na sede da Câmara trouxe seu Presidente especialmente a esta Capital.

A solenidade a que compareci contou também com a presença do ex-Ministro Ângelo Calmon de Sá, que já foi distinguido pela Câmara com o título de "Homem do Ano", outorgado, anualmente, pela entidade a empresários brasileiros e norte-americanos.

A homenagem da outorga da "Medalha do Presidente", a primeira a ser entregue, foi prestada no curso de cerimônia tão singela quanto significativa, realizada no Palácio do Planalto.

Solicito seja incorporada a este pronunciamento a carta enviada ao Presidente José Sarney pelo Sr. Vicente Bonnard, da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Sr. Presidente, se a vida é cheia de asperas, tem, contudo, momentos de conforto e nobreza como estes que me levam a ocupar a atenção do Senado para registro e aplauso.

Concluo estas breves considerações, afirmando, sem sombra de dúvida, que o insigne Presidente José Sarney, apesar dos avassaladores problemas e desafios conjunturais, logrou realizar, com êxito integral, a sua missão de estadista de transição democrática, com ampla liberdade, possibilitando a instauração no Brasil, durante os cinco anos de sua histórica e fecunda administração, de um autêntico estado de direito, na plenitude de sua virtualidade, decorridos os 100 anos do advento da República.

São estas as considerações que me cumpre trazer ao conhecimento da Casa, a fim de serem incorporadas aos Anais do Senado Federal.

Ao eminente Presidente Senador Nelson Carneiro, o meu agradecimento, pela toleância, e, aos meus queridos Colegas do Senado Federal, o meu agradecimento pelo apoio que deram às palavras que, nesta tarde, onunciei. (Muito bem! Palmas)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM
SEU DISCURSO:**

Nova Iorque, 10 de fevereiro, 1990

Ao Exm^o Sr.

Presidente da República Federativa do Brasil
Dr. José Sarney

Palácio do Planalto

70150 Brasília, DF

Querido amigo Presidente José Sarney:

O portador desta é meu amigo e seu admirador, o Dr. Jose Roberto David de Azevedo, atual Presidente da Brazilian-American Chamber of Commerce, que vem conduzindo com o talento e eficácia que marcam todas as suas atividades profissionais. Leva esta em mãos para tornar patente o quanto eu queria estar aí para participar pessoalmente da entrega da Medalha do Presidente, que é acima de tudo uma expressão do carinho e apreço que todos nós da Câmara temos para consigo.

Não queria também perder a oportunidade de compartilhar este momento com o Senador Lourival Baptista, seu leal companheiro e nosso dileto amigo. Razões imperiosas me impedem de fazê-lo, o que muito me entristece.

Permita-me historiar um pouco: em 1987 um Comitê da Câmara do qual fizeram parte o próprio Jose Roberto Azevedo, Lino Otto Bohn, Marcus de Albuquerque Mello e presidido por mim, propôs e supervisionou a criação e cunhagem da Medalha que ora lhes entregamos. A transcrição dos anais da Câmara expressa bem o espírito com que foi criada e outorgada a Medalha.

"The President's Medal was created by the Brazilian-American Chamber of Commerce

"to recognize and to reward qualities of inspiration and leadership at the presidential level" of the two nations, the United States of America and Brazil, consistent with furthering the basic purposes of the Chamber.

In the words of the Chamber's Resolution, President Jose Sarney becomes the first recipient of the President's Medal "in view of his unique role in the modern political history of Brazil".

PRESIDENT'S MEDAL COMMITTEE

Chairman: Vicente J. Bonnard — Jose Roberto David de Azevedo — Lino Otto Bohn — Marcus A. Mello

Havíamos tido a esperança de fazer da entrega uma homenagem muito especial, em reconhecimento a sua atenção aos eventos da Câmara, reunindo toda a Comunidade Brasileira e de amigos do Brasil em Nova Iorque. Porém suas prioridades protocolares frustraram aquela idéia. Outras medalhas serão cunhadas e outorgadas a futuros Presidentes, mas não queríamos deixar de lhe entregar a medalha que afinal foi criada consigo em mente.

Angelo Calmon de Sá, que ja foi Homem do Ano, e é um grande e constante patrono desta Câmara, estará acompanhando Jose Roberto David de Azevedo e realça pela sua presença a medida do nosso carinho e apreço.

Gostaria também, em meu nome e do Comitê de Organização, convidar-lhe para o evento do "Homem do Ano" no dia 18 de maio aqui em Nova Iorque. Este ano serão homenageados Sérgio Coimbra, filho do nosso comum amigo Horácio, Presidente da Cia. Cacique de Café Solúvel S.A. e Malcolm Forbes da "Revista Forbes". A festa será no Waldorf=Astoria porque o salão do Plaza, que o senhor prestigiou com a sua presença várias vezes, não mais comporta as adesões.

Esperamos sinceramente que não hajam impedimentos protocolares a sua vinda junto com o Lourival Baptista, que hoje é portador do meu abraço e de meus votos de paz e saúde na nova etapa de sua vida, que se avizinha.

Os companheiros da Câmara que participaram diretamente do Comitê da "Medalha do Presidente" enviam seus melhores votos.

Do seu amigo certo, **Vicent J. Bonnard.**

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista, o Sr. Mendes Canale, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — A Mesa se sente desobrigada de dar esclarecimentos ao Plenário, em virtude da unanimidade que coroou a decisão da Presidência ao conceder a palavra ao Senhor Presidente da República, na manhã de 15 de março.

Não pode deixar, porém, de lembrar que a remessa da mensagem ao Congresso Nacional, e não a entrega da mensagem e a leitura pelo Presidente, resulta de um equívoco criado no início da República. Até então, o Imperador comparecia e lia sua mensagem. Proclamada a República, procurou-se seguir o exemplo americano, e o exemplo americano, naquele momento, sofria um hiato. Como recordou o ilustre Senador Jarbas Passarinho, os dois primeiros Presidentes americanos, George Washington e John Adams, compareceram "com a maior pompa, em um carro do Estado puxado por seis cavalos, expondo oralmente as suas idéias, liam as informações sobre a marcha dos negócios políticos", como informa Carlos Maximiliano.

Lembrou o nobre representante do PSD a impossibilidade ou a dúvida sobre a dicção de Jefferson, determinando que o terceiro Presidente enviasse a mensagem ao Congresso para ser lida.

Mas, já em 1913, Woodrow Wilson restabeleceu a tradição, que vigora até hoje num país que é pátria do presidencialismo.

Também tive a oportunidade de, no ano de 1959, assistir ao Presidente Alessandro, de um país presidencialista, ler sua mensagem perante o Congresso chileno.

A Constituição argentina, Constituição de um país presidencialista, em seu art. 86, XI, declara que, na sessão inaugural da legislatura, o Presidente comparece obrigatoriamente para ler sua mensagem.

No Peru, a tradição é a presença do Presidente. A atual Constituição, em seu art. 211, declara que:

"Obrigatoriamente, em forma pessoal e por escrito, ao instalar-se a primeira legislatura ordinária, assim como ao concluir seu mandato, o Presidente deve comparecer ao Congresso Nacional."

Este equívoco, no colher o que ocorria nos Estados Unidos, determinou que a Constituição de 1891 dispusesse que o Presidente enviasse ao 1º-Secretário a mensagem. Entretanto, João Barbalho, então um exaltado presidencialista dos albos da República, não deixou de acentuar que esse fato representava uma homenagem à Nação, pelo Presidente, perante os seus representantes.

A Assembléia Constituinte de 1988 aprovou, quando do exame da Comissão de Sistematização, e por minha iniciativa, a presença do Presidente da República no Congresso Nacional, quando da instalação das sessões legislativas. Entretanto, a emenda presidencialista, orientada por essa mesma tradição criada, equivocadamente, pela República, excluiu esse texto e reproduziu a palavra "remeter." Ora, quem remete pode entregar. E por que não pode ler a mensagem? A dúvida surgiu no meu espírito. O Presidente fora recebido entre palmas. Durante os recentes trabalhos da Constituinte, se vários representantes do povo ocuparam a tribuna do Congresso, por que o Presidente da República, que é o mais alto dignitário desta Nação, não poderia ocupá-la? Recordo que,

no ano de 1962, o Presidente João Goulart não compareceu para ler sua mensagem; e eu interrompi - e deve estar nos Anais - a sessão inaugural para indagar por que S. Ex^a assim havia procedido.

Acreditei, ainda uma vez, que a presença do Presidente era uma homenagem ao Congresso Nacional e sempre o será o comparecimento do — Chefe de Estado perante a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunidos.

Ainda agora, leio nos jornais da Bahia que há quase uma rebelião naquele Estado, porque o governador não compareceu à sessão de instalação da Assembléia Legislativa. Vamos criar este bom hábito da convivência entre os Poderes Executivo e Legislativo, que a Constituição quer harmônicos e independentes entre si. Mas se alguma infração tivesse praticado, os aplausos recebidos pelo Senhor Presidente da República, e principalmente a solidariedade de todos os Partidos, manifestados, fosse pelas palmas, fosse pelo silêncio respeitoso, significam, que a Presidência do Congresso Nacional não abriu uma exceção que possa ferir, fundamentalmente, o texto constitucional sem a convivência de todos os representantes do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Sobre a Mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, 16 de fevereiro de 1990

Senhor Presidente:

Indico a Vossa Excelência, na forma regimental, o Excelentíssimo Senhor Deputado Darcy Deitos, como membro suplente, em substituição ao Senhor Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 130.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestação de elevada estima e apreço. — Deputado Euclides Scalco, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Será feita a substituição solicitada.

COMAPRECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Raimundo Lira — João Calmon — Mauro Borges — Maurício Corrêa — Dirceu Carneiro — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item I:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1989, de autoria

do Senador Jutahy magalhães, que dá nova redação ao art. 375 do Regimento Interno, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob, nº 346 e 347, de 1989, das Comissões:

— de Constituição, Justiça e Cidadania; e

— Diretora.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Em obediência ao disposto no art. 168 do Regimento Interno, que estabelece que não haverá votação de proposições nas sessões da segunda e sexta-feiras, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã, quando a votação poderá ser processada.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, meus nobres Pares, ocupo esta tribuna com a prerrogativa da Liderança, para fazer breve comunicação que julgo da mais alta importância, pois se trata de acontecimentos inusitados no meu Estado, envolvendo o Governo do Estado e a Polícia Federal.

No dia 17 do mês passado, um grupo de colonos, já há meses cansados de esperar a liberação de verba de um empréstimo do Procer, acampou nas dependências do Incra e disso resultaram depredações naquele órgão, com início de incêndio de alguns pneus que estavam no quintal da repartição. Daí, Sr. Presidente, o Governo do Estado acionou, além da Polícia do Estado, a Polícia Federal, que prendeu cento e poucas pessoas, e depois de um sumário inquérito, encarcerou na prisão de Rio Branco 6 líderes de uma comissão de 13 que mantinha entendimentos com os administradores do Procer, que é um programa especial de crédito ao pequeno agricultor dos projetos de assentamento dirigido.

Sr. Presidente, em outra oportunidade farei um relato mais minucioso desses acontecimentos, porque desenvolvem um alto grau de injustiça, uma vez que esses pobres colonos estão em cárceres comuns junto com ladrões, homicidas, na mais repugnante situação que não é compatível com a vida que esses simples lavradores levaram em suas glebas com as reivindicações que faziam no momento em que foram presos e encarcerados.

Visitamos, junto com uma comissão de pessoas representantes da sociedade organizada, os presos e vimos que eles estão em cárceres nas condições mais subumanas que se possam imaginar. Daí, venho fazer um apelo diretamente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que acaba de ser exaltado nesta Casa - exaltação com a qual também me solidarizo - que, ao tomar conhe-

cimento deste fato, mande, imediatamente, soltar esses pobres parceiros e que respondam em liberdade o inquérito que a Polícia Federal está fazendo, pois já estão há mais de um mês encarcerados, e que o rigor inusitado com a Polícia Federal está julgando esses pobres colonos seja amenizado e mande, através do Ministro da Justiça e do Sr. Superintendente da Polícia Federal, fazer uma averiguação de como eles foram tratados, as causas do comportamento de tentarem a depredação do prédio, a fim de que os verdadeiros responsáveis sejam punidos e mande arquivar imediatamente esse inquérito hediondo que parece mais uma ação dos policiais (com a ingerência e por solicitação de S. Ex^a, o Sr. Governador) para demonstrar serviços, do que, realmente, uma ação para punir criminosos, porque os crimes capitulados, simplesmente inexistem.

Sr. Presidente, concluo minha ligeira intervenção lendo um comunicado que vem de várias entidades, como um comunicado prévio a um discurso mais minucioso que farei descrevendo todas as fases do fato que culminaram com o encarceramento, depois deles sofrerem, inclusive, agressões pessoais.

Eis o texto, Sr. Presidente:

"REIVINDICARAM DIREITOS E DEVERES"

Encontram-se presos no presídio local, os (seis) trabalhadores rurais de Sena Madureira e mais outros 6 (seis), estão com prisão preventiva pedida pelo delegado de Polícia Federal Adolfo Raquel.

Os trabalhadores, presos e acusados de cometer crimes, são parte de Armação Política para satisfazer interesses contrários aos dos trabalhadores, como também resultado do descaso as suas reivindicações, da incompetência da irresponsabilidade de autoridades constituídas e administradores, e, mais precisamente a Superintendência do Incra no Acre, Dr^a Otília Batista Melo Sampaio.

Enquanto se noticia na imprensa local, caso como o dos esquadrões da morte das polícias locais, que se digladiam e se matam; caso como a falência do Banacre, onde os responsáveis impunemente perambulam por aí; e o que recebem são promoções do Governo do Estado do Acre. Enquanto isso, trabalhadores que produzem alimentos, são mantidos na prisão, simplesmente por reivindicarem seus direitos, que nessas paragens, são para o Governo e seus asseclas como a UDR um "grande crime".

"Quem são os presos? E quais suas reivindicações?"

Sr. Presidente, esses presos estão sendo tratados pela polícia ou nominados para a imprensa como bandidos assaltantes, como formadores de bandos e, no entanto, fomos à prisão e levantamos, pessoalmente, a identidade de cada um que está aqui resumida.

Os presos como podemos ver abaixo, são trabalhadores/colonos que produzem alimentos, essenciais para todos, com propriedade no Projeto de Assentamento dirigido, Boa Esperança — Sena Madureira—AC.

José Lopes de Souza — 32 anos, casado, 5 filhos e a esposa no nono mês de gestação, possui lote de terra com 76 ha. Existem em época de colheita 10 ha de milho, 2 ha de arroz, 1 ha de mandioca; 20 ha de pasto, 2 cavalos, 150 cabeças de porco, 100 cabeças de galinha — por falta de ramal perdeu na safra passada 20 ha de milho.

Valdir Osmar da Rosa — 29 anos, casado, 3 filhos, possui lote com 100 ha. Existem em época de colheita 3 ha de milho, 3 ha de mandioca; tem 4 ha de pasto, 30 cabeças de galinhas por falta de ramal perdeu na safra passada 200 sacas de milho.

José Caetano Xavier — 20 anos, solteiro, possui lote com 82 ha. Existem em época de colheita 4 ha de arroz, 1 ha de milho, tem 2 ha de pasto, 3 cabeças de gado, 4 cabeças de porco e 25 galinhas.

Adão Costa Silva — 35 anos, casado, possui lote com 100 ha. Existe 1 ha de arroz em época de colheita. É assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, professor formado pela faculdade Salesiana de FCL — Lorena—SP.

Noé Lima Abreu — 36 anos, casado, 3 filhos, possui lote de terra com 73 ha. Existem em época de colheita, 4 ha de arroz, 20 ha de pasto, 1 ha de mandioca, 2 animais de carga, 10 cabeças de porco, 150 cabeças de galinha.

Dimas Moreira da Conceição — 44 anos, casado, 7 filhos, possui lote de terras com 66 ha. Existem em época de colheita 3 ha de arroz, 1 ha de milho, 0,5 ha de mandioca, tem ainda 0,5 ha de cana-de-açúcar, 20 ha de pasto, 8 cabeças de gado, 14 cabeças de porcos, 2 cavalos, 82 cabeças de galinha — sofreu acidente de queimadura na queimada do roçado, queimando 75% do corpo com queimaduras de 1º, 2º e 3º graus, interrompendo suas atividades por 2 anos. (87/88).

Portanto, Sr. Presidente, estou lendo a biografia sucinta desses agricultores porque eles estão sendo tratados pelo Governador do Estado e pela Polícia Federal como bandidos, desordeiros, baderneiros e desocupados.

Esses homens não o são, porque levantamos pessoalmente suas identidades, que estão expressas nesta breve comunicação.

Além da abertura de ramais, instalação de posto de saúde, reforma agrária, a principal reivindicação dos trabalhadores/colonos do PAD-Boa Esperança, acampados durante 62 dias nas dependências do Incra, é a liberação de recursos do financiamento do Proceara (Crédito Especial de Reforma Agrária), o

qual o Governo do Estado e a Superintendência do Incra já utilizaram para seus interesses eleitorais e particulares, quando em 1988 fizeram entregas destes recursos em clima de festa para conseguir vencer as eleições daquele ano, aliás, fato aqui por mim denunciado, e, como foi noticiado na imprensa local, as entregas feitas nos Projetos de Assentamento Vista Alegre e Espinhara, em Rio Branco, no mesmo clima de 1988 com propósitos eleitorais. Porém, quando reivindicado pelos trabalhadores cientes de seus direitos, este mesmo crédito fora negado nos prazos que interessam aos colonos.

Que, ao insistirem nas suas reivindicações, receberam das autoridades os tratamentos autoritários, abusivos e brutais da Polícia Federal, que mantêm os seis presos em condições humanas inadmissíveis.

Esta comunicação vem assinada pelos representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular, pela Comissão Pastoral da Terra, pelo Centro dos Trabalhadores da Amazônia, pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Partido Democrático Trabalhista, pela Federação da Associação dos Moradores do Acre, pela Central Única dos Trabalhadores, pela Comissão Diocesana dos Direitos Humanos, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Xapuri, pelo Partido Comunista do Brasil, pelo Sindicato dos Bancários e pelo Sindicato dos Urbanitários.

Portanto, Sr. Presidente, é um documento que expressa a opinião da sociedade organizada, que protesta veementemente e apela para que sua Excelência, o Senhor Presidente da República, mande imediatamente libertar esses colonos e determinando o arquivamento desta farsa que o Governador, juntamente com a Polícia Federal, está fazendo, mantendo encarcerados esses trabalhadores rurais entre os presos comuns, na mais abjeta situação que se pode imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHÓ (CE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na oportunidade do reinício dos trabalhos desta Casa, temos presente, merecendo registro, a primeira entrevista coletiva concedida pelo Presidente eleito Fernando Collor de Mello, ao retornar de sua viagem por nove países, no tempo recorde de 19 dias.

Verificamos, pelo desempenho do futuro governante do Brasil, em sua prestação de contas à imprensa e à opinião pública, como ele se demonstra cada vez mais preparado para o árduo encargo de proceder à renovação do nosso País, conforme suas promessas de campanha.

Todos nós fomos testemunhas do desembaraço com o qual enfrentou a pressão própria de tais acontecimentos, mantendo-se fir-

me em suas diretrizes de anunciar, ao tempo ditado por sua avaliação, os detalhes do seu plano de medidas econômicas.

Tivemos, por outro lado, a confirmação de suas principais diretrizes de governo já anunciadas em campanha, demonstrando a coerência e a disposição de dar ao povo exatamente o prometido, quando se apresentou para disputar a Presidência da República.

Melhor, ainda, é constatar manter-se o Presidente eleito atento e firme, crescendo em sua credibilidade, pela força de sua personalidade e pela propriedade do seu discurso capaz de alcançar a todos.

Faz-nos bem, como cidadãos e como atores do processo de condução política do País, ouvir o Presidente eleito declarar não ter ido ao exterior para pedir qualquer coisa ou cortejar qualquer dos dignitários e personalidades dos Países visitados em sua recente viagem.

Conforta-nos saber ter o nosso futuro governante a consciência da necessidade de apresentar o nosso País, e o propósito de sua renovação às comunidades internacionais, sem, contudo colocar-se na posição de pedinte.

Exatamente por essa postura de cortesia e independência traduzida nos encontros internacionais mantidos pelo Presidente eleito Collor de Mello, o balanço de sua viagem ao exterior ganha maior expressão e significado.

Atuando como interlocutor do governo que vai se instalar no próximo dia 15 de março, o Presidente eleito apresentou às principais autoridades políticas e econômicas do mundo desenvolvido, os propósitos de integração do Brasil na modernidade e na confiabilidade do intercâmbio, onde e quando este se instale com quaisquer agentes econômicos ou políticos.

Cuidou, acertadamente, de afastar dúvidas quanto ao futuro governo brasileiro, demonstrando firme disposição de superar o irrealismo econômico, a xenofobia, a incompetência, assim como de realizar esforço de conciliação nacional, em torno de um projeto de renovação, destinado a colocar o Brasil como parceiro confiável nas relações internacionais.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO SANCHÓ — Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Afonso Sancho, nós estamos ouvindo o seu pronunciamento que se reporta a esses instantes que antecedem a instalação do novo Governo, tendo à frente o Presidente eleito Collor de Mello. V. Exª fala em detalhes da maior importância, e há de se ressaltar, antes de mais nada, que vamos assistir a instalação de um governo verdadeiramente legítimo. Essa legitimidade, que vinha faltando até o presente Governo, cujo mandato se esgota nos próximos dias, autoriza ao Governo medidas mais fortes, medidas mais definitivas,

porque tem o eleito respaldo popular inquestionável; ao mesmo tempo, autoriza, também, as oposições que terão, para o seu funcionamento, um alvo mais correto, um alvo democraticamente constituído. Nos últimos dias - e desde que se elegeu - Sua Excelência, o futuro Presidente da República, vem fazendo algumas declarações, todas elas de grande efeito e de grande oportunidade. Sabe V. Exª que nós vamos, aqui, nos dividir: uns serão situação, outros serão oposição. Estou entre os que pretendem formar na oposição, mas aquela oposição responsável, correta, patriótica, cívica mesmo, incapaz de negar ao Governo as medidas que tenham consistência popular e tenham consonância com as necessidades do povo. Há declarações realmente formidáveis do Presidente eleito, quando Sua Excelência identifica, por exemplo, as causas inflacionárias - isso é muito importante -, a aptidão de "bater forte", como se costuma dizer - e Sua Excelência a tem -, a coragem de se posicionar, nunca ficando em papel indeciso, tudo isso é muito bom, do que vem declarando o futuro Presidente da República. No entanto, é necessário, Senador Afonso Sancho, que o futuro Presidente faça jus às palavras que vem proferecendo V. Exª, e a esperança é muito grande em todos os brasileiros: que realmente Sua Excelência possa realizar o que vem prometendo. E que em pleno clima democrático, do mais alto respeito à Constituição, possamos aqui levar a debate as idéias que porventura partam do Palácio do Planalto para o exame senatorial ou para o exame do Congresso Nacional. Tudo isso é muito importante. Louvo o pronunciamento de V. Exª, que é um balanço desses instantes que antecedem o Governo, fazendo V. Exª o destaque das atividades do jovem e futuro Presidente da República, a quem a Nação - tanto os que votaram em Sua Excelência, quanto os que não votaram - deseja evidentemente uma sorte espetacular, uma sorte muito grande, para que saíamos da crise no momento em que se reinstala a legitimidade presidencial neste País. Era este o aparte que queria trazer a V. Exª

O SR. AFONSO SANCHO— Ao agradecer o aparte ao meu ilustrê colega, devo dizer que ele agradece e engrandece cada vez mais o meu pronunciamento, porque parte de um homem correto e sério, de um Senador que, conforme acaba de dizer, vai formar oposição, mas uma oposição correta, uma oposição decente, uma oposição acima de tudo competente. Senador Cid Sabóia de Carvalho, agradeço a V. Exª seu aparte e fico muito satisfeito em ouvi-lo, assim como todo o Plenário.

Sem bravatas geradas no populismo ou na ideologia, o Presidente Collor de Mello conseguiu, certamente, um diálogo inicial de grande dimensão, com todas as pessoas importantes para os círculos decisórios dos países desenvolvidos.

Não haveríamos aqui, de relacionar todos os estágios e episódios dessa viagem, porquanto amplamente divulgados pela imprensa

nacional, permitindo o acompanhamento e a aferição dos resultados obtidos.

Certamente existem aqueles, frustrados pela derrota eleitoral ou comprometidos com uma oposição raivosa, que insistem em negar a real importância dessa viagem presidencial, assim como tentam transferir, para a opinião pública, a cobrança de compromissos formais e acabados, não recolhidos dos interlocutores internacionais.

Torna-se, porém, relevante destacar a facilidade com a qual o Presidente Fernando Collor de Mello pôde vencer essa oposição raivosa, já conquistando índices inusitados de credibilidade apurado em recente pesquisa de opinião, numa evidência de repousar nele as esperanças de renovação do Brasil.

Tem, indubitavelmente, o nosso futuro Presidente da República, a capacidade de se desvencilhar de obstáculos e desafios, propícia à sua missão de recompor a imagem do País e, também, as condições de vida do brasileiro.

Queiram ou não os maus brasileiros, os políticos comprometidos apenas com seus projetos pessoais, os empresários saudosos do regime cartorial, os agentes da especulação improdutiva, os burocratas ineficientes e, enfim, toda a gama de beneficiários do desgoverno imperante no País, a viagem do Presidente Collor de Mello gerou acumulação de expectativas as mais favoráveis.

Já na sua chegada, o Presidente Collor de Mello demonstrou ter plena consciência de que a economia interna resvala para o caos inflacionário, impulsionada pela omissão criminosa do atual governo mas, ao mesmo tempo, demonstrou e infundiu confiança na vitória da luta a ser travada contra a inflação.

Estamos convictos de que unida a energia demonstrada pelo Presidente eleito Collor com a experiência, a tradição e a credibilidade política do Vice-Presidente, Senador Itamar Franco, o futuro governo tem todas as condições para conduzir o Brasil em processo de renovação continuada.

Oportuno, aliás, destacar o valor do equilíbrio político característico dos integrantes desta Casa que, nas disputas presidenciais, exibiu esse valor com a convocação de três ilustres membros, os Senadores Itamar Franco, Afonso Camargo e Paulo Bisol.

Devemos, pois, todos nós brasileiros e os Congressistas em especial, dar o nosso apoio ao novo governo anunciado com os padrões da autoridade, da austeridade e da modernidade, para que tenhamos, no futuro, se for o caso, legitimidade para reclamar eventuais desvios ou inoperância. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Afonso Sancho, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante o recesso parlamentar, que se encerrou no último dia 15 com a instalação da Sessão Legislativa de 1990, houve acontecimentos da maior importância no cenário político internacional. Alguns deles já foram objeto de um candente pronunciamento, nesta Casa, do Senador Jarbas Passarinho, com o qual me solidarizo em gênero, número e grau, na medida em que S. Exª, com as suas reconhecidas qualidades de inteligência, talento e cultura, silenciou o Plenário do Senado para exaltar e aplaudir os novos ventos que sopraram no Leste Europeu, a partir da inovadora política lançada na União Soviética pelo maior estadista do Mundo atual, que é, sem dúvida, Mikhail Gorbachev. Refiro-me à Glasnost (transparência) e à Perestroika (reestruturação), ousadas reformas do poder político na União Soviética, que, agora mesmo, chega ao seu auge, sob as palmas de todo mundo democrático, quando, num feito surpreendente, aquele grande estadista da União Soviética conseguiu mais uma vitória, com a adoção do pluripartidarismo naquele país. E, desse novo surto revolucionário na União Soviética aconteceu a democratização do Leste Europeu, com triunfais resultados em favor da liberdade e da abertura econômica na Polónia, na Tchecoslováquia, Hungria e Roménia.

Todos esses fatos mereceram a menção honrosa do eminente Senador Jarbas Passarinho, que encaminhou à Mesa um requerimento, pedindo os aplausos do Senado, não só para a adoção do pluripartidarismo na União Soviética, o que equivale dizer a extinção do monopólio do Partido Comunista naquele país, como, também, para a democratização de todos os países do Leste Europeu, a que me referi.

Também, por igual, o Senador Jarbas Passarinho demorou-se, na tribuna, no elogio oportuno à libertação do grande líder negro Nelson Mandela, que comoveu a Humanidade e que não pode ser recebida, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como um ato de generosidade de um governo que lá está, na África do Sul, ainda, apesar disso, a manter uma política de discriminação racial odiosa e perversa. Mas, sem dúvida, há de merecer, com as devidas ressalvas, o apoio deste Plenário, o voto de aplauso pela libertação de Nelson Mandela.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se ao Senado cabe aplaudir, pelo seu Regimento Interno, ao Senado cabe, também censurar. E, aí, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para chamar a atenção do Senado e do País para um fato lamentável que ocorreu no cenário político internacional e que tem que passar pelo crivo do nosso julgamento. Refiro-me à invasão do Panamá por contingentes das forças armadas norte-americanas.

Naquela oportunidade, emiti a seguinte nota, em nome da Comissão de Relações Ex-

teriores e Defesa Nacional do Senado, tão logo tomei conhecimento daquela lamentável e revoltante ocorrência:

“Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Fereal, cumprio o indeclinável dever de condenar, veementemente, a invasão do Panamá por tropas americanas, num frontal desrespeito à Carta das Nações Unidas e à Carta da Organização dos Estados Americanos que se baseiam, nos princípios da Não-Intervenção e da Autodeterminação dos povos, como única forma de se respeitar a soberania das nações e a paz mundial.

Aliás, esses dois princípios têm notado sempre a política exterior do Brasil, com pleno apoio do Congresso Nacional.

Confio e espero que o Conselho de Segurança da ONU, reunido, extraordinariamente, por iniciativa da Nicarágua, tome providências urgentes e eficazes, no sentido da imediata retirada das tropas americanas do território panameño.

Brasília, 21 de dezembro de 1989. — Senador Humberto Lucena.”

Lamentavelmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa nota não obteve qualquer repercussão na imprensa escrita, falada e televisada no País, mas seguiu a mesma linha de orientação do Governo brasileiro, que, através do Ministério das Relações Exteriores, divulgou uma nota de protesto contra a invasão do Panamá.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta mesma linha de raciocínio, venho, hoje, dirigir-me aos meus nobres Pares, e encaminhar à Mesa o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, a inserção em ata de um voto de censura à invasão do Panamá, por contingentes das forças armadas norte-americanas.

Justificação

Mesmo na época do autoritarismo, ao longo de vinte anos, isto é, de 1964 a 1984, a política externa do Governo brasileiro não sofreu solução de continuidade, pelo menos quanto ao respeito absoluto aos dois princípios basilares da paz internacional, a não-intervenção e a autodeterminação dos povos.

Numa linha de coerência, cabe ao Senado, na sua competência constitucional de acompanhar a política externa, posicionar-se sobre os recentes e lamentáveis acontecimentos que culminaram com a invasão do Panamá por tropas norte-americanas.

Anteriormente, os Estados Unidos da América do Norte já haviam invadido o território de Granada, sob o protesto geral, inclusive do Brasil.

Proponho, assim, de acordo com o disposto no art. 223 do Regimento, que o

Senado insira, em ata, um voto de censura a esse ato do governo norte-americano, que constitui uma afronta aos compromissos com a paz mundial, constantes da Carta das Nações Unidas.

Brasília, 19 de fevereiro de 1990. — Senador Humberto Lucena”.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Exª, com a autoridade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de um homem que presidiu dignamente esta Casa, tomou uma iniciativa que não pode deixar de receber a nossa solidariedade e o nosso apoio. A invasão do Panamá foi um ato dos mais lamentáveis, sem nenhum fundamento, e V. Exª citou as duas Cartas: a do ONU e a da OEA; democratas do mundo inteiro levantaram-se condenando esse ato de força, de violência. O Parlamento Latino-Americano, o Parlamento Europeu, todos os democratas, todas as nações, através dos seus autênticos representantes, condenaram essa invasão, de modo que V. Exª tem nossa solidariedade e nosso apoio e me congratulo com V. Exª, que, com este gesto, dignifica e eleva o nome do nosso Senado e do nosso País. Poderíamos também invocar a nossa Constituição Federal; o voto de censura de V. Exª não apenas está em consonância com nossa tradicional política externa mas é também um imperativo da nossa Constituição vigente. O art. 4º da Constituição diz o seguinte:

“A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios.

I — independência nacional;

III — autodeterminação dos povos;

IV — não-intervenção;

V — igualdade entre os Estados;

VII — solução pacífica dos conflitos;

VIII — repúdio ao terrorismo e ao racismo.”

Assim, de acordo com a nossa Constituição Federal, esse ato está condenado, porque é incompatível com a letra e o espírito da nossa lei maior. Portanto, receba V. Exª a nossa solidariedade e o nosso apoio. Se V. Exª permite, utilizo-me do seu discurso para dirigir um apelo, além do voto de censura com fundamento no art. 223 do Regimento, conforme V. Exª citou. Permito-me ir um pouco além. Não quero somente censurar o governo norte-americano, que errou ao invadir uma nação soberana e está cometendo outro erro, porque mantém lá suas tropas. Absurda foi a invasão; é absurda, igualmente, é a permanência dessas tropas no Panamá. Não se justificam à luz de nenhum princípio. Nesta oportunidade, dirigo um apelo ao governo norte-americano, para que providencie a imediata

retirada de suas tropas de uma nação estrangeira, e pouco importa que se trate da nobre República do Panamá ou de outra. Nos não admitimos que exércitos estrangeiros venham invadir o nosso território para redemocratizar nosso País. O problema de redemocratização — e temos tido ditaduras — é um problema nosso, interno. Do mesmo modo, aqueles governantes que porventura cometeram crimes devem ser punidos na forma da lei interna. A República do Panamá, ou outro país qualquer do Continente Americano, não é um Estado a mais dos Estados Unidos da América. Precisa, portanto, ser respeitada como nação soberana. Todos devemos defender a paz entre as Nações, principalmente nesta época de distensão da política internacional, de redução de armamentos, de retiradas de foguetes de médio e longo alcances e, agora, já há uma nova proposta para que os Estados Unidos e a União Soviética retirem todas as suas tropas de nações soberanas da Europa e de outros continentes. V. Exª, portanto, tomou uma iniciativa corajosa, democrática, que está em consonância com a nossa Constituição, com o espírito de nosso povo e de acordo com as manifestações de todos os democratas do Mundo inteiro.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço, sensibilizado, a V. Exª por suas palavras, que partem de um homem público de uma grande dimensão moral e política e que, tenho a certeza, também refletem o pensamento do Partido que V. Exª com tanto brilho representa nesta Casa, o Partido da Social Democracia Brasileira.

V. Exª, com a sua lúcida intervenção, ilustrou o meu pronunciamento, ao lembrar o dispositivo constitucional que consolida ainda mais esse voto de censura que, no momento, estou propondo ao Plenário do Senado Federal.

O Sr. Mauro Borges — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muita honra, nobre Senador Mauro Borges.

O Sr. Mauro Borges — Congratulo-me com V. Exª pela oportunidade do seu pronunciamento e pelas medidas sugeridas. Ultimamente o que tem acontecido é exatamente o contrário daquilo que prega a OEA, que não vale mais nada diante do que vem acontecendo, seja em Granada, seja agora no Panamá. Vamos lembrar a guerra das Falklands, a guerra da Argentina com a Inglaterra, em que os americanos tomaram posição aberta a favor dos ingleses contra uma nação-membro da OEA. Essa guerra causou graves prejuízos, sobretudo com o afundamento do “Cruzador Belgrano”, com a morte de quase mil marinheiros nas águas geladas do Atlântico Sul. Então, realmente a OEA é uma farsa, melhor acabar com ela e não se permitir falar mais em Doutrina de Monroe, porque isso não existe na verdade; é uma embromação, é uma tapeação para os povos pobres do nosso Hemisfério. Portanto, congratulo-me com V. Exª e com os eminentes colegas

que o apartearam. V. Ex^a cumpriu seu dever e somos solidários com V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sou grato a V. Ex^a, por suas palavras, nobre Senador Mauro Borges, cuja alta qualificação, traz, ao meu pronunciamento e à minha iniciativa, um apoio importantíssimo, sobretudo quando sei que elas traduzem também o apoio da Bancada do Partido Democrata Cristão, que tem uma atuação independente, nesta Casa, em relação aos problemas brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores deixem, portanto, esta proposição à reflexão de V. Ex^a, na certeza de que estou em paz com minha consciência, procurando cumprir o meu dever de Senador e de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Humberto Lucena, o Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa recebe o requerimento de V. Ex^a, que será encaminhado, para que — não havendo número, hoje, notoriamente — o assunto seja objeto de deliberação na nossa próxima sessão, de amanhã, quando haverá, evidentemente, maior repercussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores parece-me que não poderia haver melhor dia para tratarmos desse assunto, através dessa carta de repúdio que será lida em plenário.

Hoje, muito se falou em democracia e liberdade, enaltecendo o maravilhoso e memorável discurso de Sua Excelência o Presidente da República na abertura dos nossos trabalhos legislativos, dando-lhe mesmo o nome de timoneiro do processo de transição democrática do nosso País. Também se condenou aqui, veementemente, a invasão arbitrária perpetrada pelos Estados Unidos contra o Panamá, violando e cerceando a liberdade dos povos.

Nós gostaríamos de deixar registrada nos Anais do Senado Federal a Carta de Repúdio de Araguaína, devido uma série de intervenções arbitrárias que o Governador do Estado do Tocantins vem fazendo em nosso Estado, quando num só dia fez intervenção em quatro prefeituras do nosso Estado.

Passo, portanto, a ler a referida carta.

CARTA DE REPÚDIO DE ARAGUAÍNA — TO

Órgãos, entidades classistas e os homens públicos de Araguaína, Estado do Tocantins, de forma apolítica e apartidária, vêm repudiar, publicamente, a antidemocrática e despótica Intervenção Estadual, efetivada neste Município, sem qualquer respaldo legal.

A malsinada intervenção resultou de um processo *kaikiano*, tramado às escuras, sem nenhum conhecimento e participação do Poder Legislativo Municipal e da comunidade araguanense. Vislumbra-se no condenável ato intuito meramente vingativo, demagógico e *efitorciro*, por nunca haver contado o Sr. Governador, José Wilson Siqueira Campos, com o apoio da sociedade local que, diuturnamente, contesta o seu governo como corrupto, despótico, nepótico e demagógico.

Esquece-se o Sr. Governador que foi o Colégio Eleitoral de Araguaína, o maior do Estado, que deu 25% (vinte e cinco por cento) dos votos que o ajudaram a se reeleger para seu último mandato de Deputado Federal e que, numa média de 7 (sete) votos contra 1 (um) para seu adversário, contribuiu para torná-lo o primeiro mandatário tocantinense.

Agora, envaidecido e endeusado mesmo, olvida aqueles que o ajudaram e com ele caminharam lado a lado em prol da criação desse novo Estado. Apregoa *amiúdo*, ser o único criador do Estado do Tocantins.

Se o criou sozinho, não está lhe dando o destino merecido, pois o que se vê é desgoverno, é empreguismo, é favoritismo, é perseguição, é dilapidação, é desmando que beira às raias do absurdo.

A inoportuna criação de Palmas é exemplo disso. A megalomania do Sr. Governador em assentar uma nova capital em lugar ermo e de difícil e oneroso acesso no curto espaço do tempo do restante de seu mandato (menos de um ano) exaure e compromete os recursos atuais e futuros deste Estado, extremamente pobre e com seríssimos problemas estruturais e sociais.

Conscientemente, ninguém é contra a construção de uma nova capital no centro geográfico do Estado do Tocantins. O que se repudia, com veemência, é a execução dessa obra faraônica neste grave momento econômico por que passa a Nação Brasileira.

No Tocantins não há cidades com redes de esgoto; água é privilégio de poucos. Falta tudo: escolas, hospitais, energia elétrica e assistência à sua população. Mas teima o Sr. Governador em erigir a sua Capital.

É vos corrente que o Sr. José Wilson Siqueira Campos procura imitar um fale-

cido e ilustre estadista nacional. Acontece que, no momento presente, se se mirar ele no espelho da história tocantinense, por certo não verá refletida a figura do estadista copiado, mas a figura de Silvério dos Reis, como traidor dos ideários e do desenvolvimento do Estado do Tocantins.

A tal ponto isso é verdade que o secretariado principal do Estado é constituído por pessoas sem qualquer vínculo com o Tocantins e com o seu povo, dando a nítida impressão ao tocantinense de que se trata da verdadeira "quadrilha organizada", com o objetivo único de manter-se no poder, espoliar, pilhar e humilhar a população, em sua maioria pobre e humilde, porém digna e trabalhadora.

São os "estrangeiros", oriundos, sobretudo, do Estado de Goiás, de Brasília-DF, uma pleiade de políticos anacrônicos, apegados ao poder, com vícios insanáveis, verdadeiros "sucatas", convocados e escolhidos a dedo para ajudar o Sr. Governador na sua tarefa de inviabilizar o novo Estado.

E o povo tocantinense, agredido, violentado e esbulhado nos seus direitos, não é defendido por seus legítimos representantes na Assembleia Legislativa Estadual, onde o governo detém a maioria dos deputados, que, invariavelmente, se mostram submissos, subservientes o repreensivelmente omissos. Ali, Amém é a palavra de ordem.

Humilhou a todos o Sr. Governador quando, selenemente, jurou cumprir a Constituição do Estado apenas parcialmente.

Por tudo isso, é que os signatários da presente repudiam a forma *kaikiano* com que se deu a Intervenção Estadual em Araguaína e o resolvem lançar o presente Manifesto e dele dar conhecimento à Nação Brasileira, ao Exm^o Sr. Fernando Collor de Mello, DD. Presidente eleito, a todo o Estado do Tocantins, aos órgãos e aos países estrangeiros.

Provavelmente, pretende o Sr. Governador e seu séquito, através da figura do Sr. Interventor, dar também aos araguanenses o que já vem dando a este novo Estado: Pão e Circo.

O Pão, representado pela esmola esporádica de uma cesta básica, tentando iludir à população carente.

O Circo, através da perseguição e da execração pública de seus adversários, através dos meios de comunicação e através de obras eleitoreiras de pouca durabilidade e de custos indefinidos.

Diante desses fatos, Conclamam-se a juventude, os trabalhadores, os comerciantes, os agropecuaristas, todos os órgãos classistas, as associações, e o povo em geral, para se oporem, com veemência, contra a tirania patrocinada pelo "Inperador do Cerrado"; Governador José Wilson Siqueira Campos, que vem

dilapidando o Estado e transformando a Administração Pública num verdadeiro mar de lamas.

Convoca-se, assim, o povo tocan- tinen- se e as lideranças políticas, em especial, para formar a mais ampla frente política de oposição, e, juntos, elegermos um no- vo governo, sério, justo, honesto e de- mocrático, à altura de nossas honradas aspirações.

O TOCANTINS TEM QUE MUDAR!

Araguaína — TO, 2 de fevereiro de 1990. — Carlos do Patrocínio Silveira, Senador da República — Juiz de Direito Aposentado, Advogado — Vice-Presid. Liena Brito e Presi- dente Regional — João Halun, Presidente União Democrática Ruralista; Edmundo Gal- dino, Deputado Federal — Fernando Halun Presidente Associação Comercial de Indus- trial de Araguaína — Sebastião Tagino Bor- ges, Vice-Presidente Principal e Presid. P.D. S. — Aécio Araújo, Presidente Rotary Club Araguaína — Liens Club — Araguaína, José de Oliveira — Presid. do Partido Liberal "PL" — Wanderlau Gomes, Presidente da LEA — Liga Esportes Arag. Dr. José Abílio Seara Filho, Presidente da Associação Toc. Odon- tológica — Hélio Pereira de Souza — Presid. P.T.B — César Hanna Halun, Vereador — Antonio Leite Araújo — Vereador — Adilon dos Santos, Presid. Associação Moradores B. São João — José Lino da Rocha, Presid. As- sociação Cora Coralina — Dep. Estadual To- tó Aires Cavalcante — Goiás — Augusto Ce- zar Coelho Ferreira, Vereador — Nivaldo Pe- reira Ribeiro, Vereador — José Paulo Araújo — Vereador — Antônio Carneiro Dourado, Vereador — João Cistostomo Filho, Vereador — Manoel Oliveira Plínio, Vereador — Mari- vone Carvalho Sobrinho, Vereadora — Dr. Denison Luis de Souza, Presid. Regional do PSDB - TO — Arnou Bezerra de Souza, Pre- feito Municipal de Paraíso — TO — Nenzinho Alencar; Deputado Estadual — TO.

Abstenho-me de ler, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque versa mais ou menos so- bre a mesma matéria, uma moção de repúdio dos vereadores da Câmara Municipal de Ara- guaina, assinada por 10 dos 15 vereadores daquela Casa Legislativa, que vêm se sentin- do desrespeitados e violentados na sua missão de legislar, já que por diversas vezes solici- taram do Tribunal de Contas do Estado e do próprio Governador do Estado os deslizes eventuais que poderiam estar ocorrendo e tudo isso lhes foi negado.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Concede, com prazer, o aparte ao senador, também tocan- tinen- se, Antônio Luiz Maya.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Nobre Sena- dor, V. Exª trata de um problema que merece consideração e reflexão. Sem dúvida, sua ci- dade se sente ferida diante do fato da inter- venção que o Governo do Estado fez, desti- tuindo por determinado período o prefeito

eleito pela população da cidade de Araguaína e colocando um interventor durante...

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Durante trezentos e sessenta dias.

O Sr. Antônio Luiz Maya — durante tre- zentos e sessenta dias. Portanto, V. Exª está no seu legítimo direito de fazer um comen- tário a respeito do fato e de apresentar o que está apresentando. Não estou aqui para fazer a defesa de S. Exª o Governador do Estado. Porém, eu gostaria de, pelo menos , tecer algumas considerações concernentes ao fato de intervenção. Ela foi feita, realmen- te, em cinco municípios, conforme acabou de dizer V. Exª A intervenção é o resultado de uma auditoria que o Tribunal de Contas do Estado vem fazendo em todas as prefei- turas do Tocantins. E o trabalho de auditoria é um trabalho natural, ordinário. É evidente que, na conclusão desse trabalho, se houver uma sugestão, ou, quem sabe, a conclusão for pela intervenção na prefeitura, em virtude de falhas ocorridas nas contas apresentadas ao Tribunal, o Governador do Estado se sente numa encruzilhada: ou ele prestigiará o seu Tribunal de Contas, dando seqüência natu- ral ao pedido formulado pelo Tribunal para intervenção, ou o Governador irá contraria- mente à decisão do Tribunal, não dando seqüência, portanto, ao resultado da auditoria. Nesse segundo caso, a conclusão natural seria o fechamento do Tribunal de Contas do Esta- do do Tocantins, a dissolução desse tribunal, porque ele ficaria desmoralizado, se assim o Governador procedesse. Não quero, aqui, defender, absolutamente, a intervenção veri- ficada nos cinco municípios. Sei que num de- les, o Município de São Sebastião do Tocan- tins, a intervenção foi feita por causa de cer- tos procedimentos havidos anteriormente do prefeito eleito, e, sobretudo — com referên- cia à falsificação de documentos que compro- variam vamos dizer, a sua profissão; sei que foi feito por causa disso, além de outras falhas decorrentes da auditoria na prestação de con- tas do município. Com referência aos outros, não estou aqui para defender ou não a inter- venção; muito ao contrário, estou aqui ape- nas para esclarecer que o Governador do Es- tado não teve outra alternativa que não essa de dar prosseguimento a uma auditoria feita pelo seu Tribunal de Contas, cuja conclusão era pela intervenção nos municípios citados, em virtude de falhas ocorridas na prestação de contas. O problema jurídico compete, sem dúvida alguma, aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais Superiores que são órgãos compe- tentes para julgar do mérito, isto é, se a inter- venção tinha ou não razão de ser, se estava ou não dentro da legalidade. Portanto, isto é outro problema. Espero que este problema ssível para dar tranquilidade à nobre popu- lação de Araguaína, de São Valério, de Al- mas, de Ananás e de São Sebastião do Tocan- tins. Nobre Senador, V. Exª está no seu legíti- mo direito de defender os seus municípes e também no legítimo direito de protestar. Po- rém, é preciso que se coloquem os pingos nos issobretudo com referência à auditoria

verificada pelo Tribunal de Contas dos Esta- do do Tocantins. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Recebo com o devido respeito esse brilhante aparte no qual V. Exª procura defender o nosso Go- vernador.

Há de se observar, no entanto, que o que está ocorrendo no Estado do Tocantins é que quando o Governador deseja intervir em al- gum município ele manda o Tribunal de Con- tas para lá e já se sabe que haverá intervenção ali.

Então, trata-se de um Tribunal de Contas que também não está qualificado para isso, porque até o seu presidente é um odontólogo — não sei se é formado, poderá ser até um dentista prático —, embora seja até compa- nheiro nosso e muito amigo.

Portanto, Senhor Senador Antônio Maya, eu gostaria de frisar mais uma vez o caráter meramente político e eleitoreiro que está in- duzindo o nosso Governador do Estado a fazer intervenções de cunho altamente arbi- trário e ditatorial. Por conseguinte, nós nos postamos a favor dos prefeitos do nosso Esta- do, todos eles, sem exceção — a não ser que haja algum amigo muito íntimo do Sr. Gover- nador — estavam apavorados com medo de uma intervenção em seus municípios, e, con- seguinte, sem a tranquilidade suficiente para administrá-los.

Tomamos a posição, nos insurgindo contra essas medidas arbitrárias. Tenho certeza que o Tribunal de Justiça do Estado que irá acol- her o mandado de segurança que foi impe- trado pelos Srs. Prefeitos afastados saberá julgá-los convenientemente. E se assim não acontecer, o Supremo Tribunal Federal, em instância última, deverá dar apoio aos prefei- tos, que têm mandados eletivos, afastados.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui regis- trado a nossa moção de repúdio contra as arbitrárias intervenções em cinco municípsios, com pelo menos quatro. Não discutimos o mérito da primeira intervenção, onde o Sr. Prefeito foi acusado de falsidade ideológica, exercício ilegal da medicina, conforme ficou provado, mas as outras intervenções sem o direito de defesa aos Srs. Prefeitos, passando por cima da autoridade da Câmara de Vere- adores, não podemos concordar jamais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 199, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o § 2º, do art. 171, da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional e dá outras providências.

Ao projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para proferir parecer sobre a emenda oferecida.

É a seguinte a emenda oferecida.

EMENDA Nº 1

(Substitutivo, de Plenário)

Oferecida ao Projeto de Lei do Senado
Nº 199, de 1989

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 199, DE 1989

Regulamenta o § 2º, do art. 171, da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento preferencial à Empresa Brasileira de Capital Nacional e dá outras providências.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos da administração direta, indireta e fundacional, federal, estadual ou municipal, bem como todas as demais entidades diretas ou indiretamente controladas ou mantidas pela União, Estados e Municípios darão tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional.

§ 1º O tratamento preferencial referido neste artigo e no art. 171, § 2º da Constituição Federal será exercido como critério de desempate entre propostas julgadas em igualdade de condições, em processos licitatórios para aquisição de bens e serviços ou para realização de obras, disciplinados pelo Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, com alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nºs 2.348, de 24 de julho de 1987 e 2.360, de 16 de dezembro de 1987 e com observância dos dispositivos desta lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se no que couber, às tomadas de preços e convites.

Art. 2º Em nenhuma hipótese o tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional implicará qualquer forma de exclusão prévia de licitante de modo a comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo dos procedimentos licitatórios.

Parágrafo único. Na formulação de exigência e julgamento das propostas serão levadas em conta os aspectos relacionados nos artigos 11, 14, 36 e 37 do Decreto-Lei nº 2.300/86.

Art. 3º Os bens e serviços objeto dos processos licitatórios, para gozarem de tratamento preferencial, deverão ser produzidos no País e utilizar, preponderantemente, mão-de-obra e insumos nacionais.

§ 1º Haverá utilização preponderante de mão-de-obra do País e insumos nacionais quando seu somatório corresponder a mais de 50% do custo de produção.

§ 2º Caberá ao licitante juntar declaração da respectiva entidade de classe atestando a condição referida no parágrafo anterior, a qual estará sujeita à verificação e comprovação pelos órgãos e entidades responsáveis dos sistemas de controle interno e externo.

Art. 4º As exigências de idoneidade e capacidade financeira serão compatibilizadas em função do porte das empresas, de maneira a assegurar às micro e pequenas empresas brasileiras de capital nacional oportunidades de participar das licitações referidas nesta Lei, desde que satisfaçam as exigências de capacidade jurídica e técnica e de regulari-

dades fiscais sem prejuízo das peculiaridades de cada caso e das necessidades de segurança e prazo de entrega do bem ou dos serviços objeto da licitação.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, adotar-se-á a definição de micro empresa constante da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, cabendo ao Poder Executivo definir os limites e condições de enquadramento das pequenas empresas.

Art. 5º Quando dispensável ou inexigível, na forma da lei, a licitação, somente empresa brasileira de capital nacional poderá ser contratada diretamente pelo Poder Público para o fornecimento de bens e serviços.

Art. 6º A abertura de licitação internacional dependerá de autorização prévia do Presidente da República, fundada em motivo de relevante interesse nacional.

§ 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por licitação internacional a modalidade de licitação, promovida por qualquer dos órgãos ou entidades que compõem o Poder Público, em que a participação de licitantes, isoladamente ou na posição de líderes de consórcios, não esteja restrita a empresa brasileiras.

§ 2º Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, é vedada ao Poder Público a celebração de contrato para o fornecimento de bens ou serviço com empresa originária de País que estabeleça qualquer restrição à contratação, pelo Poder Público de tal País, de empresas brasileira.

Art. 7º Na licitação internacional, à empresa brasileira de capital nacional será dispensado o seguinte tratamento:

I — Faculdade de quotizar em moeda estrangeira a parte do preço da proposta necessária aos pagamentos por insumos a serem importados para as obras, ou de indicar percentual do preço da proposta a ser pago em moeda estrangeira para fazer face aos mesmos pagamentos, conforme a alternativa especificada no edital;

II — na sua eventual contratação.

a) a exclusão da parcela correspondente ao fornecimento ou à empreitada Contratada:

1. do lucro líquido do exercício, para o efeito de determinar o lucro real, bem como a base de cálculo do imposto de que trata o art. 35 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e da Contribuição Social estabelecida pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

2. da receita operacional bruta, para fins de determinação da base de cálculo das contribuições para o programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-Pasep (Lei Complementar nº 8, de 2 de dezembro de 1970) e para o Programa de Integração Social — PIS (Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970);

3. da receita bruta, para o efeito de apurar a base de cálculo da contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial, (Dec-Lei nº 1.840, de 25 de maio de 1982); e

b) a isenção dos impostos sobre a importação e sobre produtos industrializados, inci-

dentes sobre as máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais que vierem a ser adquiridos ou importados para utilização na execução do fornecimento ou serviço contratado;

III — acesso a todos os benefícios fiscais e financeiros especialmente concedido à exportação de bens e serviços;

IV — o direito a receber tratamento idêntico ao conferido às demais empresas que implique, para estas, em benefício direto ou indireto; e

V — para efeito de comparação das propostas, redução do preço em montante equivalente aos benefícios à exportação concedidos por País estrangeiro ao licitante mais favorecido por tais benefícios.

§ 1º Para usufruir dos benefícios especificados neste artigo, a empresa brasileira de capital nacional deverá apresentar em conjunto com sua proposta e na forma requerida pelo edital, prova cabal de que se enquadra na definição dada pelo inciso II do Art. 171, da Constituição Federal. O fornecimento de informações falsas com o intuito de exclusão da licitação ou a nulidade do contrato, conforme o caso, sujeitará os responsáveis às sanções penais cabíveis, inclusive aquelas do art. 171 do Código Penal.

§ 2º Os incentivos referidos no inciso II deste artigo serão progressivamente reduzidos, observada a seguinte tabela.

Período de Vigência	Percentual de Redução de cada incentivo
Ao término do 4º ano	20%
Ao término do 5º ano	40%
Ao término do 6º ano	60%
Ao término do 7º ano	80%
Ao término do 8º ano	100%

Art. 8º Nas contratações de obras pelo Poder Público, os pagamentos em moeda estrangeira, ou em moeda nacional com garantia de conversão em moeda estrangeira, estarão limitados às necessidades, devidamente comprovadas, de efetuar pagamento, no exterior, contra o fornecimento de insumos para as obras.

Parágrafo único. Nas contratações referidas no caput deste artigo é vedada a concessão de adiantamento em moeda estrangeira ou em moeda nacional com garantia de conversão em moeda estrangeira.

Art. 9º Para efeito de comparação de propostas apresentadas em licitação internacional para a aquisição de bens será concedida margem de preferência, definida pelo Poder Executivo, às empresas brasileiras de capital nacional.

Art. 10. Não poderá usufruir dos benefícios especificados no art. 7º desta lei a empresa brasileira de capital nacional que se apresente em licitação internacional consorciada com empresa ou empresas que não se enquadrem na definição dada pelo inciso II do Art. 171 da Constituição Federal.

Art. 11. O tratamento a ser dispensado a empresas originárias de Países com as quais o Brasil haja celebrado acordos de integração econômica estará sujeito, no que couber, ao disposto em tais acordos.

Art. 12. Os editais de licitação internacional deverão conter referência expressa a esta lei.

Art. 13. Dos atos administrativos decorrentes da aplicação desta lei caberá recurso com efeito suspensivo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, ou ciência, ou publicação do ato, ou do dia em que se lavrou a ata respectiva conforme disposto no art. 75 do Decreto-Lei nº 2.300/86.

Art. 14. Não será admitido em licitações internacionais o regime especial de importação por admissão temporária.

Art. 15. O § 2º, do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 2.300 de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os órgãos da Administração direta, indireta e fundacional, federal, estadual ou municipal, bem como todas as demais entidades diretas ou indiretamente controladas ou mantidas pela União, Estados e Municípios darão tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional, nos termos da Lei nº , de "

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Este Substitutivo tem por objetivo aprimorar o PLS nº 199, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional e dá outras providências", nos termos em que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O dispositivo constitucional mencionado prescreve:

"Art. 171.
§ 2º Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional".

O texto acima transcrito é preceito de ordem pública, que assume ser questão de interesse nacional a proteção às empresas "cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno..." (cf. Art. 171... II) — daí porque não trata, o presente, de regular algum benefício de natureza cartorial, mas sim de dispor de maneira mais geral sobre os mecanismos de proteção da economia nacional.

Animam este Substitutivo, além do atendimento primordial ao preceito constitucional acima transcrito, a percepção de que é necessário um instrumento que retifique a situação

de desigualdade na competição entre empresas brasileiras de capital nacional e outras empresas — beneficiadas por créditos especiais ou políticas de incentivos à exportação e oferecendo preços aviltados pela prática do **dumping** — que pode ocorrer no processo de contratação de bens e serviços pelo Poder Público em licitação internacional.

Com efeito, o tratamento dispensado pelo Substitutivo às empresas nacionais de capital brasileiro nada mais faz do que corrigir a desigualdade latente na competição entre a economia nacional e a de outros países no mercado nacional das contratações públicas. Assim, o resultado de sua aplicação não subverteria o princípio da isonomia, consagrado na mesma Constituição (cf. Art. 5º), mas o ratificaria, consagrando-o na prática.

Autorizada a licitação internacional, o Substitutivo estabelece tratamento que visa assegurar às empresas brasileiras de capital nacional as mesmas vantagens disponíveis para as empresas estrangeiras. Tal tratamento vai desde a possibilidade de utilização de moeda estrangeira na quotização do preço de proposta à redução dos efeitos dos incentivos concedidos por outros Países às empresas que neles têm sua origem. Tomou-se o cuidado, todavia, de limitar os benefícios fiscais a um período que se estima necessário à capitalização e ao fortalecimento da empresa brasileira de capital nacional, aplicando-se, nesse sentido, um mecanismo de redução gradual e progressivo do benefício.

Para que faça jús ao tratamento preferencial que lhe confere o decreto, a empresa brasileira de capital nacional de outra parte, deverá comprovar satisfatoriamente que se enquadra na definição do texto constitucional (cf. art. 171, II).

Como a contratação de fornecimento de bens diferencia-se, em certos pontos da contratação de execução de obra, procurou-se disciplinar no Substitutivo, alguns aspectos específicos a tais contratações. No que se refere à contratação de obras, buscou-se assegurar que os pagamentos em divisas se façam unicamente para contemplar gastos necessários em moeda estrangeira e limitou-se o pagamento de adiantamento às parcelas em moeda nacional — o que visa atender ao necessário equilíbrio de moedas no respectivo contrato. Quanto à contratação de fornecimento de bens, estabeleceu-se regra de utilização de margem de preferência na comparação das propostas, cujo quantitativo dependerá de avaliação do Poder Executivo de modo a fazê-lo harmônico com a política de importações do Governo e com as normas de licitação das entidades multilaterais de financiamento.

Por último, convém notar que se deu a necessária relevância à inserção do País e das empresas brasileiras de capital nacional no mercado Internacional. O Substitutivo tratou, por um lado, de assegurar que a regra de reciprocidade internacional seja implementada, e por outro, de promover os compromissos de integração econômica, que vêm

constituindo um marco importante nas relações do País no hemisfério.

É importante deixar registrado que o dispositivo constitucional que o Substitutivo pretende regular, não responde a um impulso xenófobo ultrapassado ou a interesses pedestres. Basta lembrar que todas as nações desenvolvidas, como os Estados Unidos e o Japão, estabeleceram — e continuam reforçando — mecanismos que buscam reequilibrar situações de competição desigual e que o conjunto de países que experimenta o maior surto de riqueza neste final de século, a Europa Ocidental, estará em breve completando o ciclo de constituição de um mercado comum fortalecido contra a competição predatória proveniente do seu exterior (a **Fortress Europe**).

Em vista do exposto, confira-se que o Senado Federal, que tem demonstrado grande sensibilidade para as questões aqui expostas, apoie esta proposição.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 1990.
— **Fernando Henrique Cardoso**,

(*A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Nada mais havendo a tratar, vou dar por encerrados os nossos trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do projeto de Resolução nº 59, de 1989, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dá nova redação ao art. 375, do Regimento Interno, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 346 e 347, de 1989, das Comissões:
— de Constituição, Justiça e Cidadania; e
— Diretora.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 1989, do Senador Marcos Maciel, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 185, 204 e 350, de 1989, de autoria dos Senadores Mário Maia, Antônio Luiz Maya e Wilson Martins, respectivamente, que fixam as diretrizes e bases da educação nacional.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 240, de 1983 (nº 191/75, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que "dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docências", determina outras providências, tendo

PARECERES sob nºs 360, 361 e 362, de 1989, das Comissões:

— de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Educação; e

— de Educação, favorável ao projeto com as Emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CEC.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE, NA SESSÃO DE 12-9-89, E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE

— Antes de tomar a palavra aqui, eu quero entregar ao Presidente do Senado, Nelson Carneiro, a “Medalha Machado de Assis”, pelo reconhecimento por ter promovido esta Sessão Solene e a publicação de um livro que, dentro em breve, chegará às mãos de todos nós, no qual os contemporâneos estudarão e examinarão a vida política de Machado de Assis, a sua contribuição constante a respeito de todos os grandes problemas que caracterizaram a evolução do povo brasileiro a partir do dia em que ele, simples tipógrafo, começou uma ascensão que ainda hoje se projeta, que ainda hoje se expande, acompanhando a grandeza e a projeção do Brasil.

Vou convidar o Acadêmico, Sr. Senador Luiz Viana, para fazer a entrega. Por quê? Primeiro, porque é o mais antigo Acadêmico da Academia Brasileira de Letras, depois do seu Presidente, em seguida, porque é um biógrafo incomparável, de alta penetração, compreensão e entendimento do que foi a vida e a obra de Machado de Assis. (Palmas)

Para fazer a entrega do Diploma, convido a mais recente Acadêmica eleita, D. Nélida Piñon. (Pausa)

(É feita a entrega do Diploma e da Medalha.)

O SR. AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE

— Noventa e dois anos vos contemplam do alto desta cabeleira branca. (Palmas) Vivi no século passado. Acompanhei a vida deste Brasil durante o século presente e se se confirmarem as minhas esperanças viverei também algum tempo no século vindouro.

Para que eu tenha esta pretensão de ir tão longe, devo citar-lhes um caso. A minha mãe viveu 105 anos e o meu pai, 95, eles fizeram tudo para a continuidade da minha vida. Nada é de pretensão nem demasiado que eu, combinando os 105 anos de minha mãe com os 95 anos de meu pai, pretendesse viver 200 anos. (Risos) Considero, porém, demasiado.

As horas da minha vida, acompanhando neste século a vida do Brasil, deram-me tanta experiência. Há 75 anos que labuto na imprensa deste País, como observador constante, sereno, objetivo, com aquela serenidade que caracteriza os espíritos chamados para a defesa dos valores mais altos do homem.

Acompanhei a vida do Brasil. Sou um otimista. Escandalizem-se todos Vocês, sou mais ufanista do que o Conde Afonso Celso. (Palmas) Amo este País, porque o vi quase

que nascer. Vi este País ascendendo sempre, conquistando, e vou fazer a lavagem do cérebro dos que estão aqui presentes, para convertê-los à minha ufania.

Aos 92 anos sou cada vez mais feliz, sinto a presença do futuro, lanço-me para ele com toda a coragem, verificando, dia a dia, na sucessão do tempo, que o Brasil não parou um instante que fosse.

Sou daqueles dias em que tudo recebíamos da Europa. Recebíamos de Paris a elegância, os perfumes, as idéias, também renovadoras. Recebíamos da Inglaterra os recursos técnicos que começaram a desenvolver-se com a época industrial. E nós éramos felizes, porque consumíamos manteiga Le Pelletier e manteiga holandesa naqueles sertões estranhos do Ceará, onde meu pai, como Juiz de Direito, percorria várias comarcas naquele Estado.

Nós éramos felizes ao trocar o nosso café e o nosso açúcar por todas as mercadorias excelentes vindas da Europa. Mas no dia em que apareceu pela primeira vez uma marca de manteiga Papagaio, feita em Minas, os nossos peitos entoaram: “Que satisfação! Já fabricamos manteiga!”

Eu vi este crescendo, esta projeção constante, esta conquista perene, este Brasil indo cada dia à frente, um dia depois do outro, em seguida da sua vocação, da sua vocação de amor à liberdade, da sua vocação pelos direitos, da sua vocação pela luta constante para impor uma civilização nova no Mundo.

Srs. Embaixadores aqui presentes, ouçam o que eu lhes digo: nós estamos no Brasil criando uma civilização nova, uma civilização que não é mais do que a florescência do ideal spleugleriano, de que a civilização marcha sempre e a civilização está marchando neste sentido, do Oriente para o Ocidente. E nós hoje no Brasil estamos criando esta nova espécie de civilização, que depende, sobretudo, do valor da palavra, do entendimento, da persuasão, de trazer aos espíritos as convicções, trazê-lo, por isso, que é a essência do espírito humano, que é o único ser que, na verdade, fala e raciocina.

Nós trazemos uma contribuição para as questões internacionais tão difíceis para todos os povos do mundo moderno, a de que tudo pode ser decidido, todos os encontros podem ser, na verdade, atravessados sem maiores perigos, se o homem apenas souber falar, se disser a verdade, se for franco, se sentir, no fundo do seu coração, o amor pela liberdade. E que a liberdade não seja apenas um fato da voz, mas que seja um impulso constante dentro do coração humano.

Estamos celebrando hoje o sesquicentenário de Machado de Assis. Machado de Assis cresce com o Brasil. À medida em que nos projetamos, é maior o interesse do mundo por esta extraordinária figura, este homem humilde que saiu do Morro do Livramento para tornar-se, nestes dias gloriosos, num País como este nosso, tão grande e disperso, numa figura central do nosso amor, porque a Machado de Assis não só admiramos; nós

também o amamos, e está, neste amor, exatamente, a medida da nossa admiração.

Machado de Assis é um exemplo a seguir. Mas Machado de Assis, compreendam, ele não é o único escritor brasileiro; há outros grandes escritores. E a nossa glória, e a glória de Machado de Assis é que ele nos impulsiona, que ele nos assegure a marcha para a frente, para as novas conquistas, para que se apresentem novos escritores, novos romancistas, novos poetas! E é extraordinário que este País tão grande e tão disperso, como eu digo, pare, durante tanto tempo, neste cenáculo maravilhoso do Senado Federal, de tão grande representatividade da inteligência e da cultura. Pare para admirá-lo, para dizer, ele, Machado de Assis, que no seu tempo não foi devidamente compreendido.

Eis Machado de Assis, que, no seu tempo, não foi devidamente compreendido. Havia muita admiração por ele, mas havia também Sílvia Romero, que o contestava. Mas da contestação de Sílvia Romero ou da de outros que apareceram, como Lima Barreto, devemos o quê? Devemos concluir que era da própria grandeza de Machado de Assis que surgiam esses discólos e críticas insustentáveis.

Sílvia Romero criticava Machado de Assis, porque concentrava todo o seu amor noutras figuras da inteligência do povo brasileiro daquele tempo. Mas espanta que Sílvia Romero tenha escrito contra Machado de Assis, criticando-o, se Tolstói escreveu um livro inteiro contra Shakespeare?

Escrever contra Shakespeare por quê? Porque lhe negava a sua capacidade de inventiva. Ele apenas repetia, colhia de outros contos e histórias. Através de *saxas gramaticus* que escreveu o Hamlet e tantos outros; ele colhia os temas, mas faltava ali a genialidade. Machado de Assis é também, de certo momento, o grande gênio; aquele que imprimiu à vida literária do Brasil um encaminhamento novo, uma concepção diversa daquilo que vinha acontecendo; não era mais o romântico, o romântico como José de Alencar, figura tão nobre, tão ilustre, tão criadora, e que começara o processo de modificação da linguagem e do estilo da literatura brasileira.

A propósito de José de Alencar, relembro o episódio relacionado com o Senado Federal: o seu nome foi apresentando, pelo Ceará, em lista tríplice, e o Imperador vetou-o. José de Alencar, que era um impulsivo, como todos sabem, foi ao Imperador e fez esta observação: “Vossa Majestade, por que riscou o meu nome da lista tríplice para o Senado Federal?” E o Imperador lhe respondeu: “V. Ex. é demasiado jovem”. Réplica de José de Alencar: “Mas Vossa Majestade não se considerou demasiado jovem quando, pleiteando a maioria, aos 14 anos, assumiu a direção e a responsabilidade da Monarquia brasileira”. Não foi Senador José de Alencar. Ficaria tão bem se tivesse sido, porque este Senado é uma reserva histórica, na qual ficaria bem assente o grande escritor cearense.

Machado de Assis é celebrado hoje, sobretudo, por aquela passagem maravilhosa, que é o velho Senado, em que ele descreve os grandes nomes do Império, os condes, os marqueses, os duques, todas essas figuras extraordinárias a quem nós outros, hoje, prestamos a reverência da nossa admiração e da nossa gratidão. Cada um deles, no seu tempo, nas suas condições precárias, nas suas circunstâncias do espaço, prestou grandes serviços ao Brasil, mesmos aqueles que eram da oposição, mesmo aqueles que não concordavam com as idéias que surgiam, com as idéias renovadoras. Eles prestaram grandes serviços e nós acabamos de ver, na exposição aqui, que tantos e quantos merecem que votemos para eles o nosso espírito com gratidão.

Este Senado da República progrediu, como o Senador Pompeu de Sousa acabou de dizer: com o tempo, com as circunstâncias, com as maneiras da vida moderna. O Brasil não parou nunca, como eu digo; o Brasil está em marcha; o Brasil não é uma proposição antiga para a contemplação dos historiadores e dos sociólogos modernos. O Brasil é uma proposição moderna de ir adiante, de ir avançar. No Brasil, aqueles que são céticos, duvidosos, os velhos do restelo, que há por toda a parte e sempre, e que impediam que as naus saíssem navegando pelo Oceano Atlântico, com medo de que fossem cair nos abismos, onde o mar se despejava, esses não fizeram nada. Quem faz são os homens que creem, os homens que têm fé, os homens que acreditam, os homens que trabalham. Aquilo que está na grande obra renovadora e realizadora de São Bento: "*Ora et labora*" ora e trabalha. É pelo trabalho que o Brasil se revela. Perguntam os descrentes: "mas como pelo trabalho? O Brasil não está em plena desordem, em plena indisciplina, na indisciplina econômica, não sabemos para que rumo vamos?" "Nós outros, que estamos na floresta, não temos a capacidade de ver e divulgar bem as sombras das árvores. Essa indisciplina é natural! Nós todos vivemos dentro dela, indisciplinados, o que me faz lembrar, Sr. Embaixador da Áustria, aquilo que Metternich disse, certa vez, a respeito do Brasil. Quando o Brasil se tornou independente, como sabem, com muita ajuda da Rainha Leopoldina, Metternich fez esta observação: "O Brasil é como uma cidade grega em que todos mandam". E eu a observar: e ninguém obedece. Em mandarem e não obedecerem, eis aí o que nos caracteriza: uns mandam, outros não obedecem, mas, em mandar, há uma disposição do espírito em relação a uma força criadora; em não obedecer, há uma reação do espírito em defesa da liberdade também de criar.

Os que estão de um lado apóiam; os que estão de outro lado desapóiam; ambos, no entanto, são levados pelo mesmo carisma: querem marcar a posição da sua geração. Cada indivíduo é um universo; cada homem acaba por si mesmo, é o *homo finitum*. Cada indivíduo, portanto, é uma revelação da divindade. E quando Deus, como está escrito na Bíblia,

soprou nas narinas de Adão, feito de barro, o fôlego da vida, neste momento, Ele deu ao homem também todas as condições especiais. E é Rui Barbosa quem disse, "dando-lhe a palavra, deu-lhe também o direito de negá-lo". Em negar existe também uma afirmativa. Ninguém nega pura e simplesmente; uma negação contém também, de outro lado, de outra visão, de outra maneira de considerar e contemplar a coisa, um espírito livre de criação.

Olha, vou transformando a cabeça de Vocês todos. Daqui a pouco, vocês vão acreditar, como eu acredito, que estamos realizando um grande Brasil. Para que esse pessimismo? Por que pensar que a desordem também não tem o seu ciclo natural? Por que não acreditar que, um dia, estamos, pouco a pouco, tomando consciência de nós mesmos?

Fui procurado por jornalistas, meus companheiros, meus colegas, a quem respeito muito. Coitados! É uma profissão difícil. Há os anônimos que não aparecem nunca. Mas quero dizer que, neste momento aqui, creiam, os jornalistas perderam as suas posições. Não são mais os jornalistas que comandam a opinião pública; é o noticiário; é o homem que colhe as informações, que trás para o jornal e, com essas informações, o leitor, aquele que conduz a vida pública no fundo da sua consciência, discrimina o que lhe convém ou desconvém e vota de acordo com a sua consciência própria.

Então, o noticiário é que tem essa grande responsabilidade: trazer para a opinião pública a verdade. Como o Papa João Paulo II agora acaba de repetir, é preciso amar a verdade, dizendo a verdade, por mais dura que sempre, essa verdade é, por si mesma, construtiva. É através do conhecimento das nossas mazelas, das nossas dificuldades, daqueles obstáculos que se impõem na nossa estrada e no nosso caminho, é através do conhecimento dessas dificuldades que poderemos superá-las e vencê-las um dia.

Não fiquem temerosos a respeito do Brasil. Façam como eu: sejam ufanistas. É tão bom ser ufanista, é tão bom acreditar, é tão bom ter a crença. Por que pensar que, de um momento para outro, este universo vai desabar? Não, não vai desabar. Este universo repete-se infinitamente. Cada homem, eu disse, é um universo em si mesmo; cada homem é uma interpretação do momento em que viveu. A história toda, íntegra, em todos os seus capítulos, desde o paraíso terrenal até hoje, a história de um homem repete-se nele mesmo. Muitos poderão não acreditar: há o analfabeto, há o incapaz, há o estroina, há o indigno, há o corrupto, há tudo isso, mas há, nele, o homem, o homem respeitável, o homem que se dedica de alguma maneira a descobrir-se a si mesmo na sua consciência, aquele homem socrático por excelência que diz, como Sócrates uma vez: "Deus põs-me em Atenas como um moscardo sobre as costas de um árdego cavalo para trazê-lo desperto". Para trazer um povo desperto em processo de constante construção, é necessário vir e

dizer-lhe a verdade, a verdade nua e crua, a verdade socrática por excelência.

Agora mesmo, falava lá com o meu Colega José Sarney — comparece pouco à Academia, mas vou chamá-lo à responsabilidade — a respeito do jeitinho brasileiro. Mas o jeitinho brasileiro é uma glória! O que há é que não o entendem. Esses estrangeiros criticam o Brasil, dizendo como certo funcionário de uma alta embaixada no Rio de Janeiro procurado por um grupo de rapazes que queriam ir a sua terra para aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos, apresentou uma série de condições para isso: é preciso saber Inglês; é preciso ter cursos, nem todos tinham cursos, enfim, pôs outros obstáculos. Então, o rapaz disse assim: mas o senhor não pode dar um jeitinho? Quando ele disse isso, o funcionário da embaixada retrucou: "o que o senhor pensa, que o meu país é um país carnavalesco como o Brasil? Um país onde se dá jeitinho? No meu país não se dá jeitinho nenhum". Então vieram os meninos a mim para conversar e queixar-se, disseram: veja, fomos lá e o homem não entendeu nada. E eu disse: — com prejuízo dele, com prejuízo dele. Ele não entendeu o jeitinho, porque ele não tem concepção, não tem altura intelectual, não tem força de comando, não sabe, ele é perdido na técnica, em princípios e normas. — Agora Vocês é que estão certos com o jeitinho. O que queriam os meninos comigo? Disseram: quem sabe se o senhor falando com o embaixador não daria um jeitinho? (Risos) Falei ao embaixador e dei um jeitinho, os meninos foram, porque o jeitinho é uma palavra de convicção, é persuasivo por excelência. É graças ao jeitinho que resolvemos todos os problemas da nossa fronteira sem brigar com ninguém, é graças ao jeitinho que fizemos a Independência pelo jeito histórico com que foi feita.

Certa vez, estava em Nova Iorque, naquela Avenida das Nações, e me mostraram as estátuas dos grandes heróis das independências dos países latino-americanos, lá estava Washington, o primeiro de todos, o pai da Pátria, lá estava O'Higgins, do Chile, lá estava San Martín, lá estava Bolívar, sobre todos. Todos maravilhosos, de bronze em atitude bélica. E, eu perguntei: E o Brasil, não figura em nada disso? (Risos) Não está aqui nenhum brasileiro? E o homem diz: "Não, o Brasil não figura". Por quê? Então, ele disse: "Porque o Brasil não teve heróis da Independência. Teve a habilidade política de um professor, de um homem de rabona, chamado o Patriarca da Independência do Brasil". Patriarca, por quê? Porque ele, para realizar essa Independência, fez concessões, foi um diplomata na verdade, conduziu o problema em todas as operações diplomáticas que se fizeram necessárias com aquela habilidade de um Talleyrand, aquele Talleyrand a respeito do qual se dizia que era um homem de tal sorte que jamais havia traído a França. "Muitas traições praticuei" — dizia ele — "mas, nunca, contra os interesses do meu país".

Vejam, como é preciso... Isso tem hora marcada? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para V. Ex^a, não.

O SR. AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE

— Porque eu sou assim, vou falando, vou falando, não tenho hora marcada. Então, só saio daqui quando vocês todos ficarem ufanistas e acreditarem no jeitinho, acreditarem no homem da robona, acreditarem no homem que concedeu — dizem os historiadores interpretativos — dizem que nós pagamos alto preço e, desde esse tempo, é que pedimos dinheiro emprestado e não pagamos jamais as nossas dívidas.

Como não pagamos as nossas dívidas? Nós somos o País de maior credibilidade no Mundo!

Vocês estão pensando; nós devemos 220 bilhões de uma moeda chamada dólar. O que é isso? Amanhã descobrem em Carajás uma mina de ouro e nós pagamos num dia as nossas dívidas, os nossos débitos. E a prova que nós temos credibilidade é que falamos com o FMI, ao qual pertencemos, e que é apenas um sistema de normas que devem ser seguidas para obter determinados fins e credibilidade financeira no Mundo.

Nós já escrevemos 14 cartas de intenções e não cumprimos nenhuma, e continuamos mandando todas. (Risos)

Então, é uma habilidade, por quê? Porque os nossos credores sabem que, no dia em que decidirmos realmente a não pagar, eles serão os primeiros prejudicados. Nós pagaremos, na medida do possível.

Se me pedirem para ser Ministro das Finanças, eu estou perto disto. Ninguém pediu, por falta de juízo, para eu ser Ministro das Finanças. Eu mostraria isso, que o método a ser adotado é simplesmente trazer a chave do tesouro no cós da calça, e dizer ao Presidente Nelson Carneiro: — Olha, Nelson, está tudo muito bonito etc., mas quanto custou isso? Sem traquejar.

Então, nós poderemos atravessar os tempos. E quanto à dívida de 220 bilhões de dólares, eu costumo dizer aos meus amigos mais íntimos, àqueles a quem eu posso dar conselhos: vão guardando algum dinheiro, para emprestar daqui a uns 30 anos ao governo norte-americano, que virá de pires na mão pedir ajuda ao Brasil.

Isso vai acontecer, porque me lembro muito bem que nos anos 20, jornalista, o Brasil todo estava trêmulo, assustado, o câmbio desce, o câmbio sobe, porque o Brasil foi chamado a pagar 10 milhões de libras. Todo mundo estava assustado — o que fazer? como proceder? Dez milhões de libras. Mas continuamos a vida, não pagamos os 10 milhões de libras, fizeram outros entendimentos. E hoje 10 milhões de libras eu sei de muitos de vocês que têm em contas secretas na Suíça. (Risos)

Isso significa, meus caros amigos, que não há temor.

Olha, Lima Barreto foi muito contra Machado de Assis. Lima Barreto dizia de Machado de Assis essa coisa extraordinária, que Machado de Assis tinha medo da crítica portuguesa, que escrevia segundo as regras gramaticais dos clássicos portugueses, os setecentistas, oitocentistas.

Ora, Machado de Assis, de certo modo e momento, depois que foi romântico e passou a ver o fundo das almas, a tirar a sua inspiração daquilo que é mais profundo, os resíduos mais íntimos da psicologia humana, depois que ele começou por esse caminho, ele apenas era restrito, ele via as Almas, era, como se dizia o de Dante, quando andava por Ravena cabisbaixo, depois que o de Florença o chamara para voltar, ele em Ravena recusou e disse:

— Nunca o reverta, não voltarei nunca."

Dante não voltava, por quê? Porque ele vivia no fundo das almas; ele penetrava na alma. Quando ele passava nas ruas de Ravena, o povo dizia: aquele desceu aos infernos. E para descer aos infernos é preciso ter, antes de mais nada, coragem de descrevê-lo, ter sentimento puro e alma nóbrega para não sofrer as penas eternas do fogo.

Vejam, pois, como podemos juntar-nos, aqui, nesta Sessão Solene, com tantas altas personalidades. Eu vi o Senador Marco Maciel, que está olhando de longe, ele é pernambucano, ele estava conversando todo o tempo, em vez de me estar ouvindo, para aprender alguma coisa. (Risos) Ele é pernambucano, e Pernambuco tem uma contribuição maravilhosa a respeito de tudo.

Eu conto sempre uma história que narrei a ele, e foi realmente muito interessante, uma história simples, agradável. Minha mãe que era pernambucana e daquelas que acreditavam que o Beberibe se une ao Capibaribe para formar o Oceano Atlântico, tudo que era grande, tudo que era importante, tudo que era nobre, que era belo, era no Recife que se encontrava. Ela tinha uma especial veneração pelo Teatro Santa Isabel.

No Teatro Santa Isabel falaram os maiores oradores. Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, José Mariano, como já disse, os grandes nomes. Como sempre eu falava com facilidade, e tinha uma memória extraordinária, ela dizia assim: meu filho, você, um dia, precisa falar no Teatro Santa Isabel. Mas eu não via ocasião, não via a circunstância criada para que eu me deslocasse para o Recife, para falar no Teatro Santa Isabel, mas fui para a ONU. Lá, conduzi a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E se há um espanto — é o que hoje me foi proporcionado por uma alta figura política do Brasil, que me disse que nunca tinha lido a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que não sabia que o Brasil tinha participado desse evento. Participou. Participou daquela maneira reconhecida pelo Presidente Jimmy Carter, quando, em mensagem enviada a mim, 30 anos depois, disse: "O Sr. exerceu a liderança vital para

a Declaração dos Direitos Humanos". E fui o orador escolhido, por unanimidade, para a sessão solene que, a 10 de dezembro de 1948, se proclamou essa Carta inasuscível e de pura eternidade, que não pode sofrer, no curso dos tempos, nos seus 30 artigos, não é versátil, nenhuma outra maneira, nenhuma outra concepção, nenhuma outra redação. Ela é íntegra e perfeita, por si mesma. Fui o orador, naquela ocasião, e quando desci da tribuna, vi, com espanto, Roberto Schuman, Ministro das Relações Exteriores da França, voltar-se para mim, me abraçar e dizer: "O Sr. é o maior orador que eu já vi". Eu fiquei espantado. Orador é como um passarinho que canta, o sapo que coxa, é alguma coisa que é dada pela natureza, não há motivo especial de se criar orgulho e validade do fato de que, como o pássaro canta, o orador fala. Quando o orador possui memória para trazer o conhecimento, os conhecimentos vários que fornecem ao orador a matéria do seu discurso.

Pois é, na matéria deste discurso, dentro deste Senado Federal, neste Parlamento com a representatividade de cada um dos Senhores que aqui se encontram, todos os homens cultos, todos os homens que contribuíram de alguma maneira para o engrandecimento do Brasil nessa sua nova fase tão difícil para muitos, mas tão fácil para mim. Vivo risonho, feliz.

Há crise no Brasil? Não, não há nenhuma crise, digo eu. Porque crise é interrupção de um processo e no Brasil nunca se interrompeu o processo da desqualificação, da desonestidade e de tudo que constitui hoje a nossa preocupação essencial na vida.

O Brasil marcha adiante, o Brasil está conosco.

Relembro, nesta hora solene em que aqui nos encontramos, com tanto agradecimento, portador dessa gratidão da Academia Brasileira de Letras pela honraria tributada a um dos seus fundadores. Digo a um dos seus fundadores, porque Lúcio de Mendonça foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Mas Machado de Assis quando no seu pequeno, maravilhoso e insuperável discurso, pela eloquência, pelo sentido profundo que deu a cada palavra, falando na fundação da Academia, disse: "Fundada por um moço, aceita e completada por moços". Mas não disse o nome de nenhum deles. O velho queria ficar sozinho. E considerava-se, aos 59 anos de idade, um velho. Com 59 anos de idade eu posso ser pai de todos vocês presentes. Todos têm menos 20 anos do que eu. Até o Paulo Cabral tem menos 20 anos do que eu. Eu poderia ser o pai, tenho a experiência, tenho o saber, eu tenho, sobretudo, o culto daqueles valores perpétuos que não acabam nunca: os valores do espírito humano.

Trabalhei pelos Direitos Humanos com uma pesquisa através dos séculos, que começou no paraíso terreal. A primeira desobediência de Eva não foi mais do que o primeiro

grito pela liberdade. A mulher foi seduzida pelas serpentes, que naquele tempo falavam, hoje apenas mordem e envenenam: as serpentes. Eva compreendeu: se comerdes do fruto daquela árvore do bem e do mal, ficareis iguais a Deus. É por isso que ele não quer e fez essa proibição de comer uma fruta. E Eva danou-se para comer fruta. Era todo dia maçã, de noite e de dia. Adão já estava exaustado! (Risos.) Não havia naquele tempo, mas foi aí que Adão disse: Eva, com esse seu ar promíscuo de serpente, comigo, dia e noite, você acaba tendo AIDS. (Risos) Então, Deus veio acabar com isso. Você não terminou a história de sua mãe, de ir ao Teatro Santa Isabel. Ah! quer que eu termine a história de Santa Isabel. É que depois de eu ter ido falar na ONU, de ter sido proclamado um dos maiores oradores no Ocidente e tudo isso, cheguei aqui e fui gabar-me com minha mãe: "Minha mãe, eu não falei no Teatro Santa Isabel, mas falei na ONU, diante de sete mil pessoas, a escol da inteligência, da diplomacia, do jornalismo, dos governos de todo o Mundo". Ela voltou-se para mim, com ar irônico, e disse: mas não é a mesma coisa.

Coube-me, depois, fazer um discurso no Santa Isabel. Foi uma das noites em que o Teatro regurgitou de alto a baixo. Anunciaram por toda a parte que eu iria falar no Teatro Santa Isabel. Às tantas, quando prolongando-me em discurso afora, vi que iam saindo três rapazes e uma moça. Voltei-me para eles e lhes perguntei: "Estão saindo agora? Esperem que haverá um prêmio para eu distribuir depois". Eles se sentaram novamente, para continuar ouvindo a minha palestra.

Para finalizar, gostaria de dizer que, além da gratidão da Academia Brasileira de Letras, além da certeza de ufania que impera em todos os corações que acabam de me ver e me ouvir, além de tudo isso, quero exprimir aqui a nossa esperança, mais do que uma esperança, mais do que uma fé, mais do que uma crença. Renan, naquela famosa oração sobre a Acrópole, a Acrópole de Atenas, cercada de ameias para defesa da cidade onde estava o Parthénon, o templo sagrado, dedicado aos deuses. Ele voltou-se, escreveu aquela oração inesquecível:

"Um imenso rio de esquecimento nos arrasta para um abismo sem nome.

Oh! Abismo "Tu es le Dieu unique".
Tu és o único Deus."

Em seguida, disse que aqui na terra tudo não é senão símbolo e sonho: *Symbole et rêve*, mas que em todo símbolo e em todo sonho há uma parte da verdade.

Aqueles deuses que adoramos, a fé que tivemos não deve ser jamais uma cadeia a prender-nos — "on ne doit jamais être une chaîne; on ne quitte en versole quand on a soyement roulé dans le drapeau pourpre ou dormant les dieux morts — um lençol de púrpura onde dormem os deuses mortos.

Cada um de nós tem o seu deus que morreu, mas no coração de cada um de nós rea-

cende e revive um novo deus, uma nova crença, uma nova esperança, uma fé condutora para os destinos infinitos.

Costumo sempre relembrar aquele solilóquio do "Fausto", no qual ele diz, numa hora terrível da vida do grande inspirado Goethe, ele diz simplesmente isso: quando a imaginação desdobra as suas asas atrevidas, é com eternidade que ela sonha no seu delírio.

Nós todos, brasileiros, somos delirantes; nós todos, brasileiros, sonhamos com a eternidade. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efetivamente cumprimentado.)

ATA DE COMISSÃO COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS 5ª Reunião realizada em 13 de dezembro de 1989

Às dez horas e trinta minutos do dia 13 de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência eventual do Senador Marcos Mendonça, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Foi registrada a presença das seguintes personalidades: Senador Carlos Patrocínio, Deputado Federal Raimundo Rezende, Vereador/SP Roberto Tripoli, Gal. Roberto França Domingues — Presidente do CNP, Dr.ª Laura Maria Regina Tetti — Cetesb/SP, Dr. Diomedes Cesário da Silva — Representante da Associação dos Engenheiros da Petrobrás; Dr. João Baptista Risi Júnior — Representante do Ministério da Saúde, Dr. Guilherme Estrella — Superintendente do Centro de Pesquisas da Petrobrás, Dr. Henrique M. Silva Porto — Superintendente Adjunto de Suprimentos da Petrobrás, Dr. Félix Andrade da Silva — Coordenador Técnico do Alcool do CNP, Dr. Trajano Luiz Kelmer de Andrade — Diretor de Manutenção CMTC/SP, Dr. José Cláudio Manesco — Assessor de Comunicações da Cetesb, Dr.ª Marie Kalyva de Almeida Rosa — Assessora Divisão de Qualidade do Ar da Feema/RJ, Luiz Fernando Guaragni — Assessor Parlamentar do Deputado Estadual Mário Madureira/RS, Carlos Antonio A. de Gouveia — Sindicato dos Químicos e Engenheiros Químicos/RJ, Engenheiro Nilton B. B. Freitas — São Paulo — SP e Sta. Sabá Monteiro — Brasília — DF. Deixaram de comparecer, por motivo justificado, os seguintes Senadores: Severo Gomes, José Fogaça, Ronan Tito, Francisco Rollemberg, Humberto Lucena, Cid Saboia Carvalho, João Calmon, Ronaldo Aragão, Nelson Wedekin, Raimundo Lira, Jutahy Magalhães, João Lobo, Odacir Soares, Lourival Baptista, Carlos Chiarelli, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Carlos de'Carli, Carlos Alberto, Jarbas Passarinho, Mário Maia, Ney Maranhão e Jamil Haddad. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente faz um breve pronunciamento sobre os objetivos que se pretende alcançar com a presente reunião que destina-se ao debate público sobre a importação do metanol e seu uso como combustível automotor em nosso País. A seguir têm início as palestras dos Se-

nhores convidados seguidas de interações dos senadores e debatedores que, por determinação da presidência, suas notas taquigráficas serão anexadas à presente Ata, bem como, os documentos encaminhados à Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Marcos Mendonça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Neste instante, dou por instalada a reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Comissão esta que, no regime de suas atribuições, tem competência para examinar as questões relativas ao meio ambiente, as questões relativas à saúde, dentro do âmbito do Senado Federal e que, houve por bem, atendendo solicitação nossa e por deferência do Sr. Senador José Ignácio Ferreira, seu Presidente, determinar a realização de uma sessão extraordinária nesta data para exposição e debate públicos a respeito da importação e distribuição de metanol em nosso País.

O Exm.º Sr. Senador José Ignácio Ferreira, Presidente desta Comissão, delegou-nos a tarefa de presidir esta reunião, na medida em que, por motivos de força maior, S. Ex.º não pôde estar presente nesta oportunidade. Por outro lado, esta reunião está sendo devidamente gravada, o relatório será encaminhado a todos os Membros do Congresso Nacional e publicado no *Diário Oficial* e nos Anais desta Casa, para registro, de tal forma que todos possam tomar conhecimento.

Ela não tem nenhum efeito deliberativo, tão-somente tem o objetivo de esclarecer e informar ao Senado, à população em geral, a respeito dessa matéria que tem ocupado, tem sido discutida e debatida com muita intensidade nos últimos dias em nosso País.

Justificaria a ausência dos Srs. Senadores na medida em que há, hoje, neste instante, uma série grande de reuniões de Comissões que, como vocês sabem, terminam o período legislativo nos próximos dias e o Senado e o Congresso em geral estão num esforço concentrado, portanto, os Srs. Senadores estão distribuídos nas mais diversas Comissões para ultimar essas matérias que transmitam neste instante e que necessitam ser analisadas até o final deste semestre.

Temos aqui a presença de algumas pessoas e algumas não puderam vir e outras, inclusive a nível de São Paulo, parecem que estão em dificuldades de vir, segundo nos informaram... temos aqui a presença de especialistas e técnicos que irão expor e que foram convidados para tanto, o General Roberto França Domingues, que é o presidente do Conselho Nacional de Petróleo, Dr. João Batista Rizi, diretor da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Dr. Guilherme Estrella, Superintendente-Geral do Centro de Pesquisas da Petrobrás, Maria Laura Regina Terti, do Cetesb, da Diretoria

de Desenvolvimento e Programa de Imobiliação da Cia. de Tecnologia e Saneamento Ambiental. Essas pessoas terão a oportunidade de expor seu ponto de vista sobre essas questões e, posteriormente, inclusive a palavra estará aberta para aqueles que quiserem fazer algumas considerações a respeito.

O General Roberto França Domingues aceitou a esse convite envidando os maiores esforços na medida em que, inclusive, compromissos outros na sua agenda, até o impediam de aqui comparecer.

Mas, com o objetivo de esclarecer a esta Casa e aos Srs. a respeito dessa tormentosa questão, ele aqui comparece.

Então, desde logo, gostaria de dar a palavra ao General França porque talvez S. Ex. tenha que se retirar antes do término desta reunião; de tal forma que o General possa, desde logo, nos dar a sua opinião, o seu ponto de vista sobre essa questão.

Com a palavra o Sr. General França.

O SR. FRANÇA — Sr. Presidente, inicialmente, queria renovar minha satisfação em atender à solicitação de fazer este depoimento aqui no Congresso, já que é a quarta ou quinta vez que aqui compareço e sempre procuro dar a maior prioridade a esse chamamento porque nada temos a esconder; acho que esclarecimentos ao Poder Legislativo, só servem para demonstrar a clareza das nossas proposições e, ao mesmo tempo, nos fortalecer nas medidas que defendemos.

Hoje, mesmo, tenho lá no Conselho Nacional do Petróleo, uma reunião plenária em que há dez Conselheiros representantes de dez entidades diferentes reunidos para tratar dos assuntos de maior relevância. E, já que não foi possível adiar essa reunião, preferimos aqui comparecer, deixando o nosso plenário com um representante para presidir-lo.

Prefiro começar, fazendo um ligeiro retrospecto sobre o problema do metanol: sua importação e sua utilização como agora está aparecendo.

Desde 1985, que o Conselho Nacional do Petróleo vem alertando as autoridades, quanto ao problema do desabastecimento do álcool. Naquela ocasião, tínhamos estoques muito grandes, da ordem de 4 milhões de metros cúbicos ou mais, suficientes para quatro meses de consumo.

No entanto, a partir daquele ano, o consumo exacerbado do álcool, estimulado por uma relação de preços artificial de 65% do álcool em relação a gasolina, fez com que houvesse uma produção exagerada de carros a álcool, e o aumento do consumo do álcool se fez de maneira exagerada.

Ao mesmo tempo, a produção de cana, matéria-prima para fabricação do álcool, ficou estagnada. Então, o consumo cresceu exageradamente e a produção ficou estagnada. E o consumo cresceu, por que? Porque se manteve por muito tempo uma relação de preços com referência a gasolina que favorecia extremamente ao consumidor de álcool. E ele foi levado, por uma questão puramente econômica, a optar pelo uso do carro a álcool.

Então, durante esses cinco anos, o que se viu? Uma produção de carros a álcool que chegou a atingir 95% do total das montadoras.

A esses fatores se acresceram outros. Por uma política econômica do Governo, para o combate à inflação, os preços do álcool foram contidos. O Ministério da Fazenda dentro de uma política de não elevar os preços de produtos básicos, ele não permitiu o aumento de preços justos aos produtores de álcool, não estimulando, também, o crescimento da produção como o mercado exigia. Consequência: chegamos a este fim de ano de 89, com falta do produto, sem estoques. Não temos estoques de álcool.

O Ministério das Minas e Energia foi constantemente alertado pelo CNP, então, promoveu-se sucessivas reuniões em que se procuraram soluções para resolver ou minimizar o problema. Essas reuniões contaram com as presenças do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio e, em algumas vezes, o Ministério da Saúde, o Ministério da Fazenda, com a Anfavea, com a Petrobrás, com o CNP, com produtores de álcool, com o pessoal do meio ambiente, particularmente, a Cetesb, e se chegou à proposição de uma série de medidas que viriam evitar o desabastecimento de álcool.

A mistura da gasolina ao álcool hidratado é de 5% — medida essa que não teve o sucesso esperado, por dificuldades operacionais. A redução do teor do álcool anidro na gasolina, foi de 18 para 12% — medida emergencial que prejudica o meio ambiente, mas que nos permitiu reduzir alguma coisa no consumo do álcool. As misturas com metanol — vamos chegar a elas; a redução do álcool para a indústria química — e estamos fazendo isso. As transferências de álcoois regionais do Nordeste para o Sul, na época da safra do Nordeste e do Sul para o Norte, quando da safra do Centro-Sul.

Agora, como bem alertamos, na ocasião, para o Ministério das Minas e Energia, duas medidas básicas se impunham, para que não houvesse o desabastecimento, na época do fim de janeiro, fevereiro e março do ano de 90, que é a época em que há a coincidência das duas entressafras, tanto da região Nordeste como da região Centro-Sul. Porque, duas são as regiões produtoras de álcool no Brasil: a Centro-Sul que engloba aqui também o Centro-Oeste, e o Nordeste, que engloba o Norte.

Esses períodos de safra são diferentes. Mas, nesta época, começo de ano, elas coincidem. Então, prevíamos que em 90 nesse período de entressafra comum das duas áreas, haveria falta de álcool. Essas medidas foram todas tomadas. Mas o CNP e os órgãos da Cenal dissemos que duas medidas básicas seriam necessárias, para evitar esse desabastecimento.

Quais são elas? Primeiro, que a Petrobrás adquirisse todo o álcool produzido na medida da velocidade da sua produção, para renovar

seus estoques que estavam a zero. E a segunda, que não se permitisse exportação de açúcar, enquanto o mercado nacional não fosse abastecido de álcool.

Infelizmente, nenhuma dessas medidas foram tomadas. A Petrobrás alegou, e com razão, que ela não tinha recursos para imobilizar essa quantidade de álcool necessária para recompor seus estoques — a Petrobrás está numa situação econômico-financeira muito difícil, e todos sabemos disso — e o IAA e o Ministério de Desenvolvimento e Comércio disseram que, devido a compromissos internacionais, tinham de fornecer açúcar para o mercado internacional.

Essas medidas básicas recomendadas, repito, não foram tomadas. Essas outras medidas que citei foram medidas que seriam complementares. Acresce-se, ainda, que apesar de termos feito uma estimativa de produção de 13 milhões de metros cúbicos de álcool, o que aconteceu? Tanto na região Centro-Sul como na região Nordeste houve quebra de safra.

A estimativa de produção que é fornecida pelos próprios produtores ao IAA, repito isso, a estimativa de produção de álcool que é fornecida pelos próprios produtores de álcool ao IAA, não foi cumprida. No Centro-Sul houve uma queda de 10%, que corresponde quase a 1 milhão de metros cúbicos. Em consequência, o desabastecimento foi agravado já no meio da safra agora no fim do ano. A importação do metanol — que é onde desejávamos chegar, isso é apenas uma repassada, — foi uma das últimas medidas a serem consideradas. Em duas reuniões em que participaram representantes de todos esses setores de que falei, repetindo, Ministério das Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda que, inclusive, nos facilitou com um capital de giro de 40 milhões de dólares para começar as exportações. A Anfavea, CNP, Petrobrás, produtores de álcool de todo o Brasil, Cetesb aprovaram essa medida. Essa medida não foi tomada de afogadilho por um só órgão. Foi tomada por uma reunião em que estavam, no mínimo, 3 ministros presentes e uns 40 representantes. E não foi feita só uma reunião. Foram 4 reuniões a respeito.

Por que se deixou para último caso a importação do metanol? Porque era um produto que não existia e não existe em quantidade suficiente no mercado internacional. Realmente, esse uso do metanol, que é uma tendência mundial, em todos os países do hemisfério Norte há estudos, programas em andamento para uso do metanol, como um combustível limpo e oxigenado, que será misturado à gasolina para despoluir cidades com alto grau de poluição.

O metanol na mistura, ao contrário do que se pensa, ele não é um agente poluidor, assim como álcool. O Governo americano do Presidente Bush fez o clean-eat. Ele propôs ao Congresso americano um programa de 5 anos

para despoluir as cidades usando combustível metanol como o grande agente despoluidor.

Então, em razão de não existir álcool no Brasil, decidiu-se por um substituto semelhante. O metanol, na mistura com a gasolina, se comporta como o nosso etanol, como o nosso álcool produzido de cana-de-açúcar. Agora, outros aspectos do metanol — não quero entrar muito nessa área técnica porque aqui tem representantes da Cetesb e outros técnicos que podem dar esse testemunho. Mas, queria lembrar que o metanol tem outros aspectos que talvez sejam desfavoráveis. Realmente, o manuseio é tóxico, mas não tão mais tóxico do que a gasolina. Dizem que beber um copo de metanol morre. E alguém já experimentou tomar um copo de gasolina para ver o que acontece? O metanol não será feito para beber, será feito para queimar no tanque do combustível, misturado a outros combustíveis.

O metanol, também em contato com a pele, ele é absorvido pelo corpo, ele tem esse efeito. Mas, quando contaminado, se for lavado com água, imediatamente esse efeito desaparece. Os vapores do metanol fazem mal à saúde, assim como os vapores da gasolina. Nós estamos acostumados a trabalhar com gasolina. O perigo que vejo — e reconheço isso devido a nossa cultura — é que os usuários, aqueles que trabalharão diretamente com esse produto, façam confusão com o nosso etanol álcool. Aí, realmente, há perigo. Mas, se esse produto for tratado com os mesmos cuidados com que é tratada a gasolina e feita uma campanha esclarecedora para esses usuários, acreditamos que esse produto possa perfeitamente ser usado.

Esclareço que essa campanha estava sendo preparada, sendo elaborada pela Petrobrás em conjunto com o CNP, com o Ministério da Saúde e com outros órgãos e orientará aqueles que terão contato direto com o produto, com a mistura. Essa mistura, no máximo, terá 33% de etanol. Nos Estados Unidos estão trabalhando com uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina.

Quero esclarecer, também, que os proprietários, no caso os usuários, não terão o mínimo problema quanto a esse uso. As emissões do metanol e da mistura são muito menos poluentes que o da gasolina. O grande problema ambiental é o monóxido de carbono, e o metanol diminui as emissões de monóxido de carbono.

Temos no Brasil, há mais de 15 anos, fábricas de metanol. Visitei sexta-feira passada uma fábrica de metanol no pólo petroquímico da Bahia. Nessas fábricas nunca houve acidentes, porque o metanol há muito tempo é empregado como produto para a petroquímica. A fábrica lá é uma fábrica comum, assim como as outras do pólo petroquímico. Nós não vimos diferença nenhuma nas precauções de outras fábricas.

Ora, acho que há uma falta de informação a respeito. A nossa posição é muito clara. Temos um déficit de aproximadamente 40 dias de falta de álcool a partir de fevereiro.

A sociedade vai optar: falta de álcool ou usar metanol. Nós estamos, agora, indo à Justiça, que já deu em ações cíveis, cautelares, a proibição, expor o nosso ponto de vista. Se a Justiça se manifestar a nosso favor ou contra nós acataremos e deixaremos à sociedade a escolha. Se uma determinada organização de meio ambiente de um estado achar que nesse estado não se pode usar o metanol, muito bem, nesse Estado não será empregado o metanol. Agora, faltará álcool. É um problema de custo-benefício. A própria sociedade decidirá isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Quería registrar aqui a presença do Senador Carlos Patrocínio, do Deputado Raimundo Resende e também as presenças do Engenheiro Milton Freitas, do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde dos Ambientes de Trabalho. Dr. Henrique Silva Porto, Departamento Comercial, Superintendente Adjunto de Suprimento da Petrobrás, aqui representando o Presidente da Petrobrás. A representante da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, engenheira Marri Calia de Almeida Rosa.

Há uma série de autoridades que deverá dar o seu depoimento acerca da matéria. E como disse no início desta reunião, o General anteriormente tinha assumido um compromisso junto ao Conselho Nacional de Petróleo, uma reunião deste Conselho, e por uma deferência especial a esta Casa ele nos honrou aqui com a sua presença, nesta oportunidade, mas, terá que se retirar antes do término desta reunião para se deslocar para o Conselho Nacional de Petróleo.

Então, antes de dar a palavra aos demais debatedores, convidados, abriria para alguns esclarecimentos que eventualmente os Senhores desejem com relação ao General, que em seguida se retirará.

Solicito a quem fizer uso da palavra que se identifique, de tal maneira que conste na fita de gravação, além de mencionar o órgão a que pertence.

Concedo a palavra ao Vereador Roberto Tripoli, da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. ROBERTO TRIPOLI — Câmara Municipal de São Paulo, Vice-Presidente, Partido Verde.

Gostaria de dizer que infelizmente o Deputado Estadual Carlos Mink não pôde comparecer por motivo de pane nos equipamentos dos computadores das aerolíneas.

Então, gostaria de aproveitar já que o Deputado Carlos Mink não se encontra, dirigir uma pergunta ao General França.

Já há cinco anos, o Governo já sabia que faltaria álcool no Brasil.

Em relação ao Pró-álcool, uma questão que me desculpe, o Senhor já se pronunciou a respeito, mas estou chegando agora e não sei se já respondeu a esta questão.

Todos nós sabemos que os usineiros receberão todos os incentivos para desenvolver o projeto Pró-álcool, financiamentos, em-

préstimos, sem juros e sem correção monetária, que ao meu ver, no meu entendimento são doações do Governo aos empresários.

E sem garantir que esses empresários fornecessem o álcool. Quer dizer, o Governo não teria garantia nenhuma do fornecimento de álcool, transformar a cana-de-açúcar em álcool. De repente, o açúcar cresceu muito no mercado externo, valorizando muito, então, os usineiros estão transformando a cana em açúcar, em melado, e exportando.

Quer dizer, o que eu pergunto, na verdade, qual é a política energética nacional clara e transparente, para poder assegurar à população o abastecimento.

Eu mesmo tenho um carro a álcool, e não sei o que vou fazer. Quer dizer, esta é uma questão.

Em relação à cidade que eu trabalho, a Cidade de São Paulo.

O SR. GENERAL FRANÇA — O Senhor não gostaria de separar as questões, para não misturá-las?

O SR. ROBERTO TRIPOLI — Pois não. Uma questão é por que o Governo já sabia que há 56 anos atrás ia faltar álcool, e só agora fez esta importação do metanol? Esta a primeira pergunta.

Segunda, qual a garantia que nós temos, com todos esses subsídios que o Governo deu aos usineiros garantir que ele transformasse a cana-de-açúcar em álcool. Quer dizer EU gostaria de ouvir do Senhor em relação a isto.

O SR. GENERAL FRANÇA — O Senhor sabe que este problema do álcool e do açúcar, porque o açúcar não é problema do CNP, o CNP trata do álcool para fins de utilização como carburante. Mas, só para se ter uma idéia, este problema álcool-açúcar tem três setores bem distintos que tratam deles.

O setor de produção é do Ministério de Desenvolvimento e Indústria e Comércio e do IAA, quem produz, quem dá estímulos, quem controla, quem faz a política é o IAA. É ligado ao Ministério de Desenvolvimento e Indústria e Comércio.

Quem controla preços particularmente de 5 anos para cá, e ferreamente diz que não abre um milímetro de brecha é o Ministério da Fazenda. E quem controla o abastecimento é o Ministério de Minas e Energia, através do CNP com a Petrobrás.

De maneira que, este problema de preços e financiamento realmente escapa a minha competência.

Posso tentar dar uma explicação do que aconteceu.

Realmente, como o Senhor diz, e esta sempre foi a nossa posição, os usineiros de todo o Brasil, receberam financiamentos substanciais, em condições favoráveis, para aumentar a produção do álcool e abastecer o mercado nacional.

E com o aumento do açúcar, no mercado internacional, que passou de 180 dólares para 500, eles preferiram dar prioridades ao açúcar. É uma questão comercial.

Aí é que entra a minha divergência com o IAA, acho que como este financiamento foi concedido, nós teremos que dar prioridade ao abastecimento de álcool para depois fazer exportação de açúcar.

Sempre disse isso. Não é a primeira vez que repito: concordo com esta posição.

Agora, realmente, o Ministério da Fazenda procurou conter durante todos este tempo os preços dos produtos dos derivados e do álcool, fazendo com que não houvesse estímulos para a plantação, para a expansão da área cultivada de cana, para aumentar a produção de álcool, que favorecido por uma relação muito baixa de 65% ao preço da gasolina, fez com que crescesse no desejo do consumidor ser proprietários do carro a álcool, porque era muito mais barato rodar com álcool do que com gasolina.

Houve esta relação de 65% muito tempo conservada, o que aconteceu? Fez com que não se remunerasse adequadamente os produtos. A comercialização deste álcool se fizesse com déficit, tinha que ter subsídio, subsídios esses que não eram pagos pelo Governo e sim pela Petrobrás, levando a Petrobrás a ter prejuízos na comercialização do álcool. E estimulando brutalmente o consumo.

Os estoques se acabaram e chegamos a esta posição, em que não há estoque e consumo, temos de alimentar esse Frankstein que criamos, que é uma frota de 4 milhões e 500 mil carros a álcool.

Este é a explicação que no meu entender é o que aconteceu.

O SR. ROBERTO TRIPOLI — Gostaria de colocar, também, e o General colocou que estão representados está aí a Laura Perti, da Cetesb, e outros representantes de órgãos ambientais. Foi aprovado por esse órgãos ambientais. O Ibama se colocou contrário à importação do metanol, e a Cetesb, pelo primeiro levantamento que tenho aqui em mãos, diz o seguinte: "Que tal prática é recomendável apenas emergencial e temporariamente, pelo menor período possível, evitando-se a sua aplicação nos grandes centros urbanos, até que sejam obtidos os resultados mais conclusivos a respeito."

Quer dizer, entre centros urbanos o caso a cidade de São Paulo. Não existe um relatório de impacto ambiental, para este produto se trabalhar como combustível. O manuseio que o Senhor Tocou, quer dizer, é claro que toda pessoa se beber gasolina ou álcool vai morrer.

No meu entendimento está que em São Paulo são 18 mil frentistas, que não têm conhecimento nenhum, informação nenhuma, a respeito do metanol, todo dia eles vão respirar, e isto vai cair na mão deles, é aquele "paninho" que eles enxugam e isto também tende a prejudicar a saúde.

Então, mesmo uma entidade científica e os órgãos ambientais estão se posicionando contra. Como o Senhor vê isto?

O SR. GENERAL FRANÇA — Primeiro que tudo, queria explicar que essa campanha preventiva está sendo feita e será despen-

deada muito antes da mistura a ser distribuída. Para essa campanha, a Petrobrás já contratou uma empresa, já tivemos várias reuniões a respeito, e ela vai ser feita. Essa vai ser feita.

Sobre essa questão da inalação da mistura de metanol, tivemos, na segunda-feira, em São Paulo, na Cetesb, uma informação interessante: as inalações do metanol equivalem às da gasolina. Foi dito por um físico da Universidade — a Dr^a Odete estava presente lá quando ele disse isso. Para mim é surpresa.

O Senhor poderia repetir o restante da pergunta?

O SR. — Se não existe um relatório de impacto ambiental em relação a esse produto e se, pelos pareceres da Cetesb, se ele não deve ser utilizado em grandes centros, como o senhor pretende colocar o metanol no mercado?

Há uma outra informação que eu gostaria de ouvir do senhor. Fui informado — não posso afirmar, porque a fonte não é oficial — de que o déficit de álcool no Brasil é de 400 mil metros cúbicos por mês, e a Petrobrás só tem condições de misturar esses três produtos em 150 mil metros cúbicos/mês; então, faltará álcool do mesmo jeito. Nos jornais de hoje, o Ministro das Minas e Energia diz a mesma coisa.

O SR. GENERAL FRANÇA — Não acredito que o Ministro das Minas e Energia tenha dito isso, porque ele não tem esse dado. O que ele diz é informado pelo CNP e pela Petrobrás. Os órgãos técnicos dele somos nós.

Relativamente ao problema do meio ambiente, realmente a Conama exigiu esse relatório de impacto ambiental. Esperamos, porém, reunir dados para fornecer isso em tempo hábil. Essas medidas já foram tomadas no exterior há muito tempo. Denver, no Colorado, e Los Angeles são os dois lugares em que a poluição é muito grande. Exatamente nesses grandes centros, os Estados Unidos estão usando o metanol para diminuir a poluição.

Está havendo um engano: o metanol é despoluidor. Ele é tóxico, mas não se deve confundir toxidez com poluição.

O SR. — General, gostaria de deixar bem claro que a oposição dos ecologistas não é só em relação ao metanol. O metanol despertou, na sociedade como um todo, o problema da política nacional de energia. Como eu disse, há cinco anos, vocês já sabiam da falta de álcool e só agora tomaram providências no sentido de importar o metanol.

Passo a palavra a outros que queiram também fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Registro a presença do Dr. Carlos Antônio Assaurudi Gouvêa, que é do Sindicato dos Engenheiros Químicos do Rio de Janeiro, e do Engenheiro Diomedes Cesário da Silva, que é da Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Aliás, dou a palavra ao Diomedes, que queria fazer uma pergunta.

O SR. DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA — A nossa preocupação, em termos das duas entidades que estão aqui e que, inclusive, colocaram essa posição publicamente — a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, o Sindicato dos Petroleiros e o Sindicato dos Engenheiros Químicos — era basicamente a seguinte: a questão do metanol tem todas essas considerações preliminares que foram feitas. Hoje, está-se chegando à situação para a qual a Petrobrás já vinha alertando desde 1986 e 1987, que era de conhecimento público e para a qual não se tomaram providências maiores.

Então, colocamos claramente que para nós essa responsabilidade está caracterizada como sendo dos usineiros, já que eles tinham compromisso assinado com o Governo e com a Anfavea de colocar esse produto à disposição do mercado; senão, os veículos não teriam sido colocados no mercado. Hoje, esse compromisso não é honrado, fruto do preço do açúcar no mercado internacional. Este é um registro que consideramos bastante importante.

Para nós, já que existe um acordo assinado, a solução seria honrá-lo e proibir-se ou taxar-se a exportação de açúcar de maneira a não permitir que falte combustível internamente. Caso contrário, deveriam ser tomadas certas medidas. Então, todas as outras medidas que foram analisadas ao longo de pelo menos um ano não são paliativas. É bom que se diga que o metanol, que tem a série de problemas levantados, não vai resolver o problema. Isto é de conhecimento público também. Outras alternativas, como conversão de motor a álcool para gasolina, foram sugeridas também e poderiam ter sido utilizadas pelo Governo há algum tempo. Então, medidas poderiam ter sido tomadas e não de emergência, como as que estão sendo tomadas agora.

Consideramos que o estudo da questão do metanol está em aberto. Não nos posicionamos afirmando que o metanol é tecnicamente inviável. O que reivindicamos é que isso seja analisado mais longamente e que sejam feitos estudos de impacto ambiental. Todos os testes — da Cetesb, do CIPS e da Anfavea — ainda são preliminares. Citou-se que os Estados Unidos usam a mistura de 85 de metanol e 15% de gasolina. É importante que se diga que essa mistura está sendo testada para ser utilizada daqui a cinco anos pelo menos. Ninguém está fazendo isso para ser usado daqui a pouco.

Diante desse quadro, acreditamos, primeiro, que se deva estudar o problema mais longamente; segundo, se ainda vai haver problema de poluição, isto pode ser claramente provado — pode ser feito vários testes e estudos de impacto ambiental, e colocado para a sociedade perfeitamente, o que seria feito com todos esses trâmites.

Previam-se começar a comercializar o produto quinze dias após a chegada do metanol. Sinceramente, não acredito que, em quinze dias, consigamos esclarecer a população sobre os riscos. Alega-se que só há um perigo

de morte se se tomar um copo ou meio copo de metanol. É claro que ninguém vai ser maluco de fazer isso; mas sabemos do hábito de muitos frentistas — e há vários alcoólatras entre eles — de, à noite, com o frio, fazerem uma batidinha, espremendo limão no álcool do posto e tomando. Vai ser muito difícil convencer alguém de que há metanol misturado e que ele pode morrer. Isso pode acontecer.

Como técnico e engenheiro da Petrobrás e, acima de tudo, como cidadão, prefiro ficar com o meu carro parado e debitar isso aos usineiros e ao Governo, do que ter sobre mim a responsabilidade de ver as pessoas morrerem. Sem dúvida alguma, isso vai recair sobre alguém. Esse é um ônus que o governo, o CNP e demais entidades devem assumir. As medidas foram discutidas, mas, por várias razões, não foram adotadas. Pelo que sei, a responsabilidade dessa campanha ficou com o CNP.

O SR. GENERAL FRANÇA — Não, Senhor. Todos os órgãos deram aprovação: o Ministério da Saúde, o Ministério das Minas e Energia, Ministério da Indústria e do Comércio, Petrobrás e CNP.

O SR. DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA — A informação que eu tinha era essa; mas, não sendo, isso não modifica absolutamente o quadro. Seja de quem for a responsabilidade, afirmo peremptoriamente que, em quinze dias, não dá para esclarecer a população de jeito nenhum, e que isto é um grave risco. Teria que se fazer um estudo muito mais longo, vencidas todas as etapas e com uma grande campanha de esclarecimento da população. Af, sim, talvez possamos adotar isso. Caso contrário, alguém vai ter que ser responsável. A pergunta é quem ficaria responsável pelas mortes que adviriam com isso.

O SR. — Essas premissas é o Senhor quem as está estabelecendo. Ninguém falou em quinze dias.

O SR. DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA — Qual é o tempo?

O SR. — O tempo necessário até a distribuição, que não sabemos quando vai começar. Na nossa opinião, a Justiça vai demorar muito mais do que isso para decidir. Essa campanha só poderá ser desencadeada quando o pessoal que vai manusear estiver ilustrado, educado, esclarecido. E já estamos em ligação com o sindicato dessas classes para isso.

Além disso, a mistura vai ter um corante bem característico — vermelho — para mostrar visualmente que esse produto é tóxico. Quem for fazer a sua caipirinha com o álcool vai ter caipirinha vermelha, vai ser diferente.

Não nos esqueçamos de que qualquer medida tem risco. Os Senhores sabem que o trânsito mata 50 mil pessoas por ano no Brasil. Os Senhores sabem que a poluição pelo mercúrio nos rios dos garimpos intoxica cidades inteiras.

Toda medida tem o seu custo e benefício. Não vamos dizer que não vai acontecer ne-

nhum acidente. Pode ser que aconteça, mas os riscos não são tão graves como se quer dizer.

E nós teremos de fazer uma opção muito simples: ou paramos grande parte da frota a álcool ou teremos alguns problemas desse tipo que o Sr. levantou.

Estamos nós, no CNP — foi o último a se convencer da importação do metanol. Foi o último.

A Petrobrás, muito antes que o CNP — o Sr. é da Petrobrás...

O SR. — Eu lamento isso, acho lamentável.

O SR. — É lamentável mas o Sr. fez.

O SR. — Não, eu não fiz.

O SR. — A Petrobrás apresentou essa proposta junto com os outros todos.

O SR. — Os técnicos da Petrobrás não avalisaram isso.

O SR. — Nós, aqui, estamos defendendo uma posição tomada unanimemente.

O SR. — Bom, só complementando, eu queria dizer duas coisas.

Primeiro, está colocando como posição da Petrobrás; então, eu entendo que isso seja uma posição da direção da Petrobrás.

Segundo, os técnicos estão representados, aqui, pelas suas entidades.

Eu represento uma entidade que é da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que representa mais de cinco mil associados, num universo de sete mil. Então, praticamente representamos a quase totalidade dos técnicos, que são associados.

Quero colocar, primeiro: me passaram uma cópia do documento, da pesquisa de combustíveis do Cetesb, no primeiro relatório preliminar, assinado pelo engenheiro Gabriel, da Divisão de Coordenação de Programa de Veículos, em que ele diz que a versão final dos testes e programas a serem divulgados deverá ser submetida e aprovada previamente pelo Ibama/Cetesb.

Eu acredito que isso seja uma preliminar para qualquer divulgação e, por fim, apenas repisando essa questão, admitamos que, hoje, a Justiça libere a utilização do metanol e ele possa ser misturado ao álcool. O Sr. acredita que o tempo necessário, e o Sr. estima em quanto para poder colocá-lo nos postos, após a campanha?

O SR. — Vamos ter que examinar. Vamos ter que examinar e ninguém vai tomar medida precipitada.

O Sr. está sempre partindo de hipóteses e pedindo conclusões. Fica difícil de chegar a uma conclusão, não é?

O SR. — Não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Eu gostaria que cada um se identificasse e à entidade que representa e gostaria de salientar que, com relação à questão da

Petrobrás, está aqui, representando a Presidência da Petrobrás, o Dr. Henrique Silva Porto, que é Superintendente Adjunto de Suprimentos, e que, depois, terá oportunidade de se manifestar a respeito.

O SR. — Eu queria só acrescentar que o metanol, se for utilizado, o será na proporção de 60% de etanol, quer dizer, do nosso álcool, 33% de metanol, isto é, o importado, e 7% de gasolina.

Vai ficar muito difícil o frentista fazer uma batidinha para tomar com esse coquetel.

O SR. TRAJANO — Meu nome é Trajano, sou diretor da CNTC em São Paulo, e represento, aqui, a Prefeitura de São Paulo. General, eu queria colocar uma questão, que acho que é importante.

O álcool veio para livrar o País de um estado de refém, em que nós estávamos na época dos árabes, com relação ao problema do petróleo. E, num instante, se pareceu, realmente, como uma grande saída, como uma saída estratégica de independência.

Durante esse tempo todo, nós chegamos, agora, numa situação onde, talvez, nós sejamos reféns, novamente, não dos árabes, mas do comércio europeu que está comprando nosso açúcar e criando dificuldades.

Aliado isso à propalada iniciativa privada, que, muitas vezes, não nos garante aquela situação de segurança, principalmente em setores estratégicos, como é a questão da energia, no caso dos usineiros, nós estamos nessa situação.

Foi colocado pelo Sr. mesmo que nós não tínhamos todo o metanol do mundo à disposição e, emendando um pouco a pergunta do companheiro Tripoli, é preciso que fique claro que essa medida, pela própria velocidade com que foram tomadas essas decisões todas, é emergencial, é uma medida que vai pela visão, talvez, da Petrobrás e do CNP, é uma postura que, momentaneamente, vai solucionar o problema, mas não cura a doença.

O SR. — E ela é temporária, é temporária, ela não é para ficar definitivamente, é para resolver uma crise que nós teremos, agora, nessas entressafas do ano de 90.

O SR. TRAJANO — Certo, então temos uma situação em que vai ter toda uma campanha, vai se preparando e, momentaneamente, vamos adotar esse produto, que depois vai ser retirado.

É importante que seja colocado, acho que a nível de política, a longo e médio prazo — infelizmente, nós estamos neste País, em políticas emergenciais sistematicamente — que isso vai ser feito agora e vai ser retirado, ou seja, em quanto tempo nós vamos solucionar isso, ou daqui a um ano vamos ter que fazer nova campanha, voltar o metanol novamente e essa questão é complicada.

Eu gostaria de saber, também, nós já temos alguns investimentos na área do metanol, se não me engano, na época da Codelibra em que foi importada uma tecnologia sovié-

tica, de (inaudível), e esse projeto não foi para a frente.

Eu gostaria de saber se, na ocasião, a questão foi realmente ambiental, ou se foi econômica; por que a política de metanol que foi implantada à época não se desenvolveu?

E uma última questão referindo-se a essas mudanças todas, com relação a combustíveis, de gasolina para álcool e, agora, para metanol, como fica a questão do consumo, a adaptação dos motores?

A população será que está avisada com relação às alterações de consumo que vai ter, a questão dos custos represados que venham a pressionar novamente, ou seja, quanto é que custa isso para o bolso do cidadão, se está bem claro a nível de consumo? A adaptação de motores, será preciso o ataque aos motores, quer dizer, a população realmente vai ser informada da possibilidade de ela inserir um novo combustível na grande maioria dos carros e nós podemos ter problemas, sem contar, é claro, que vamos discutir muito mais sobre a questão da toxicidade e do impacto ambiental.

O SR. — Eu vou começar pelo fim, por essa pergunta.

Essa mistura de 60% de álcool nosso, etanol, 33% de etanol e 7% de gasolina foi recomendada pela Anfavea como a ideal.

Ela diz que não é preciso alterar nada, nem regular motores. Nada.

A Anfavea foi amplamente consultada.

A respeito do problema do álcool, eu quero, aqui, lembrar alguns antecedentes sobre quando ele foi criado, o Proálcool, qual era a situação na época e como ela evoluiu.

Na época do segundo choque do petróleo, no fim da década de 70, o petróleo estava quase a 40 dólares, o barril chegou a 39 dólares e não havia ninguém que o quisesse vender. Nós tínhamos que implorar para conseguir comprar petróleo a esse preço.

O Iraque foi o único país que nos vendeu as quantidades de que necessitávamos, assim à troca de barganhas e negócios.

Criou-se o Proálcool exatamente para livrar-se dessa dependência e sempre pensando que o petróleo se manteria nesses níveis. Não aconteceu.

Primeiro, o nível, a produção, o preço caíram, caíram muito.

Os Srs., se deflacionarem o preço de um barril de petróleo, que, hoje, está na ordem de 18 dólares, e colocarem a inflação no dólar, verão que o preço do barril de petróleo está menos que 10 dólares, naquela época anterior, descontando a inflação do dólar, também.

O Brasil, que produzia 160 a 180 mil barris, está produzindo 650 mil, e, hoje, uma verdade incontestável: um barril de gasolina refinado custa 20 dólares. Um barril de álcool custa, no mínimo, 45 dólares.

O álcool, nós achamos que deve ser preservado.

Então, é um recurso nosso, que não precisamos importar, expender divisas, que dá empregos, que dá uma série de vantagens

ao Brasil, mas ele é caro, muito mais caro.

Não há substituto para o petróleo barato. Nenhum combustível substitui o petróleo barato, muito menos o álcool.

Agora, o álcool é despoluidor; o álcool não leva divisas nossas, o álcool dá empregos, mas é preciso manter em certos níveis, caso contrário teremos subsídios monstruosos para manter a frota enorme de carros a álcool que temos no Brasil.

Se isto é política governamental, manter esse consumo brutal de álcool, o Governo é quem deve fazê-lo e não a Petrobrás, porque esses subsídios são sempre sustentados pela Petrobrás, mudemos a relação álcool/gasolina que no momento está baixa, tomemos essas providências e o álcool é necessário. Consultem os técnicos em meio ambiente e constatarão que o álcool é despoluidor, como o metanol também o é pois é uma espécie de álcool, daí não entender a confusão que se está fazendo hoje.

Dizem que a cidade mais poluída do mundo, que é Denver, no momento está usando metanol intensivamente, quer dizer, fazendo testes para uso intensivo no sentido de despoluí-la. Há uma tendência mundial para o emprego do metanol, inclusive pelo preço, porque o metanol é tirado do gás natural que hoje é o produto existente em maior quantidade no mundo.

Espero, desta forma, ter respondido a pergunta.

Gostaria de dizer que estou respondendo as perguntas de todos os que vão aqui fazer explicações. Preferiria que as perguntas fossem feitas aos outros explanadores.

O SR. — Só uma questão que entendo ser importante. Dentro desse espírito despoluidor que, claro, deve estar movendo toda a população, inclusive o CNP, relativo a questão do gás natural como um grande combustível despoluidor e em grandes reservas no Brasil. Parece-me que o CNP tem tido problemas ou algumas entidades tem tido problemas para se fazer um programa de larga escala em investimentos ou liberalização do gás que seria realmente uma saída e que poderia ter uma solução de longo prazo.

O SR. — Há um engano fundamental pelos que tratam do problema do gás. Todos pensam que o gás natural existe em quantidade mas somos extremamente escassos em gás. O Brasil tem muito pouco gás natural; temos consumidores interessados no consumo de gás natural em todos os estados mas não o temos. Se formos dar gás natural para ônibus, para carros, para táxi e outros teremos de importá-lo e isso seria muito oneroso pois requer navios e terminais especializados. O dia em que a meta da Petrobrás passar de 17 milhões de metros cúbicos por dia para 70 milhões, pode ser que tenhamos gás, mas no momento não o temos e para tê-lo precisaremos de dinheiro para investimento.

O SR. — Essa informação é importante porque, de uma maneira ou de ou-

tra, o setor de transporte público está fazendo um esforço muito grande para investir seriamente na questão do gás. Essa informação é importante porque a Petrobrás tem alegado que essa situação de oferta ilimitada de gás não existe.

O SR. — Para ônibus em transportes urbanos despoluidores o CNP dá todas as prioridades e facilidades de preço. Existem portarias e políticas a respeito; para ônibus em cidades como São Paulo, V. S.ª terá todo o apoio do CNP.

O SR. — O General manifestou aqui a sua impossibilidade de continuar. Existem algumas pessoas inscritas para fazer perguntas e não sei se o General cederia.

A SRA. LAURA PETRO — No caso não seria nem uma pergunta. Sou Laura Petro da Cetesb e sem dúvida nenhuma vamos conversar muito a respeito dessa questão, a Cetesb como já está sendo insistentemente citada deseja esclarecer que esse relatório técnico, que é o relatório que na verdade existe e no qual estamos nos amparando, realmente, aborda que não estamos fazendo estudos do metanol, contemplando a possibilidade dele fazer parte da nossa matriz energética, isso não está sendo colocado, que ele pode ser uma saída emergencial; precisamos continuar estudando o problema mas desaconselhamos que isso seja feito sem que mais resultados objetivos sejam alcançados mas na sequência desse mesmo relatório se anuncia que sendo absolutamente necessário, recomenda-se, que seria melhor não usar nas grandes cidades, não ter o problema, não ter a falta, não termos a quantidade de monóxido de carbono que temos na cidade de São Paulo, termos mais transportes coletivos enfim seria melhor um monte de coisas.

Agora, dentro de um fato concreto, a Cetesb estudou uma questão eminentemente do ponto de vista técnico. Se for imprescindível o seu uso então que se faça com as seguintes condicionantes que já são relativamente conhecidas e explanarei mais devagar quando fizer uso da palavra.

Uma outra questão só para, pelo menos, não ficar com urticária, quando se ouve falar em conversão de motores de álcool para gasolina me dá arrepio. A cidade de São Paulo não suporta isso. Essa crise que espelha uma melancólica falta de planejamento, um grande retrato dos problemas nacionais, que ela pelo menos sirva para sairmos daqui com um passo adiante e definirmos alguma coisa em termos de matriz energética saudável ambientalmente e economicamente sem contemplar medidas como essas que são aparentemente levadas no calor da emoção das discussões e que são verdadeiramente desastrosas do ponto de vista ambiental.

A Cetesb inclusive coloca isso em vários documentos que já foram distribuídos no sentido de não pensar em compensar a falta de álcool com mais diminuição de anidro na gasolina, conversão de carro a álcool para gasolina e todas essas medidas que decidida-

mente, em termos objetivos, temos repetido isso, a cidade de São Paulo simplesmente não comporta mais, não aguenta. Entraremos em alerta de emergência; não é mais uma questão de "se", é um fato objetivo: a cidade de São Paulo já chegou no seu limite.

O SR. — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. — Gostaria de manifestar a minha grande preocupação. Cheguei atrasado, mas participando das informações e dos esclarecimentos que foram dados relativos às perguntas que foram aqui feitas percebi que, praticamente, as perguntas que desejaria fazer já foram feitas mas, quero manifestar a minha extrema preocupação, como médico, em um assunto que vem oferecendo muita discussão polêmica na Imprensa.

Não sei o que foi afirmado da experiência que precisa ser feita, o tempo, quando será aplicado, quando o General afirma que em janeiro, fevereiro ou março não teremos mais álcool para o consumo e o metanol deverá estar em uso, quer dizer, prematuramente é uma experiência porque nos países onde o metanol está sendo usado em caráter experimental ainda não se chegou a uma conclusão do ponto de vista do consumo em massa. Então, limito-me apenas a dizer ao General da minha grande preocupação como médico, nessa posição pois o que falta no nosso País, o que observamos — pois ele atravessa dificuldades imensas — é a credibilidade que existe no povo e que existe de uma maneira geral nos setores e nas instituições. Essa credibilidade compromete a confiança que o povo possa ter para entrar em uma experiência dessas.

Foram feitas aqui afirmações pelo General que esse é um processo que deve passar por uma reversão posteriormente, seria então uma aplicação temporária. Isso já nos acalenta um pouco, porque os efeitos afirmados do ponto de vista de danos à saúde são até irreversíveis porque atinge o sistema nervoso, atinge o parênquima hepático, o coração. Então, sobretudo na área do sistema nervoso, isso nos preocupa de uma maneira tremenda. E se esse é o País, se esse povo evita poluição do meio ambiente mas jogam em cima do povo uma ameaça com lesões a sua saúde e lesões irreversíveis, eu lamento profundamente que isso possa vir a ocorrer, eu desejaria até esses veículos ficassem parados e houvesse uma outra medida mais coerente com a gravidade da situação e que fosse até drasticamente adotada, para que esses malefícios não pudessem ocorrer, porque o indivíduo atingido, e nós sabemos que o nosso povo é muito atrasado, está muito atrasado para deixar de aspirar, através de uma mangueira, esse grande perigo, que vão fazer, nós vamos ter elementos no posto ou em casa ou no meio rural, sobretudo, tirar de um reservatório na base da mangueira, aspirada

pela boca. Então, a minha preocupação maior seria do ponto de vista de saúde.

As outras perguntas foram feitas aqui, questão de custo do consumidor, questão de importação do metanol, se haveria realmente, em face dessas possíveis agressões do futuro se seria mais conveniente ao País aumentar a sua importação do petróleo ainda que o meio ambiente tivesse um pouco mais de ser atingido, mas não gostaria que nenhum brasileiro, nenhum irmão tivesse ou sofresse uma consequência fatal pelo uso de um produto que já vai ser aplicado com bastante preocupação e já com a preocupação também da sua reversão. E isso vem demonstrar, mais uma vez, que nós todos temos que dar uma certa justificativa na questão da credibilidade que o povo vem apresentando com relação a tudo nesse País, tudo é na base da improvisação, tudo na base do atraso, é isso que nós sentimos aqui. Então eu quero felicitar o General pela oportunidade de ter vindo aqui e de ter dado as suas explicações, mas fica aqui o meu protesto, fica aqui sobretudo a minha grande preocupação com relação à saúde. Somente isso e muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Para efeito de registro, quem usou da palavra nesse instante foi o Deputado Raimundo Resende.

O SR. — Deputado, eu compreendo a sua preocupação como médico. Essa preocupação que V. Ex^a manifestou em várias reuniões antes da tomada da decisão da importação do metanol foi levantada pelo CNP, foi por nós levantadas, particularmente porque são segmentos que estão estreitamente ligados ao CNP, que são os operadores de postos. Mas eu não sei se o Sr. estava aqui quando eu tive a oportunidade de dizer, eu tive o cuidado de ver, de visitar uma fábrica que faz o metanol do Pólo Petroquímico de Camaçari, na sexta-feira passada, e lá fui informado que em três fábricas, do meu conhecimento, no Brasil, e nunca tivemos acidentes, nem intoxicações nem problemas. Há 15 anos se fabrica aqui, ouço uma celeuma misturando-se inclusive tóxico com poluição ambiental. Em cima da fábrica de metanol no pólo petroquímico de Camaçari estavam bandos de pombos pousados em cima. Como é que o pombo pode viver num ambiente tóxico, poluído? Os Srs. sabem que quando desembarcaram o metanol em São Sebastião, o pessoal da Petrobrás estava de escafandro de astronauta, de luvas, desembarcando e os tripulantes do navio estavam de bermudas e sandálias havaianas rindo do nosso pessoal? Então, criou-se uma celeuma proveniente da desinformação. Eu quero lembrar um fato que aconteceu, quando nós, a pedido dos próprios produtores de açúcar, reduzimos a mistura de 22% do álcool anidro na gasolina, a Anfavea, os jornais fizeram um alarme tremendo: vai estragar motor, vai desregular motor, vai bater pino, o carro não vai pegar, foi uma coisa. Os Srs. sabem há quanto tempo essa medida foi tomada? Há

quase quatro meses e não houve uma reclamação, uma concessionária, um protesto nos jornais contra a redução. Mas, o que se fez de escândalo naquela época, é só consultar os jornais.

Nada aconteceu, meus amigos, não vamos querer exagerar os fatos, há problemas mais não são esses que estão alardeando por aí, vamos tomar precauções. Agora, repito, a sociedade, a Justiça vai decidir: não quer metanol, não se usa metanol. Agora, grande parte da frota nossa de álcool vai ficar parada dois ou três meses.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Nós agradecemos a presença do general. Ele realmente, anteriormente, já havia comunicado a impossibilidade de permanecer por mais tempo nessa oportunidade. Mas eu tenho a impressão que as pessoas que continuarão presentes aqui no debate, inclusive o representante do Conselho Nacional de Petróleo terá a oportunidade de dar os esclarecimentos que serão levantados pelas pessoas aqui presentes.

Eu agradeço a presença do General, acho que as explicações e o depoimento foram extremamente elucidativos, e que permitirá que a população e o Senado Federal, o Congresso e as autoridades aqui presentes tenham um melhor conhecimento das razões que levaram a essa política ao uso desse combustível no País.

O SR. — Em relação à política energética que o CNP tenha elevado e a falta de credibilidade não só com ameaça que nós vamos resolver o problema da política energética no País.

O SR. — É uma pergunta dirigida especialmente ao General ou o Sr. poderia fazer essa pergunta ao...

A SRA. MARIE CALIVA — Na verdade não se tratava bem de pergunta, cabia um esclarecimento, com relação como representante do Rio de Janeiro.

O SR. — O Sr. poderia fazer e o representante do CNP, que aqui ficou presente poderia responder, o Sr. poderia se identificar antes para o efeito de registro?

A SRA. MARIE CALIVA — Eu sou Marie Caliva, estou aqui representando a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. É o seguinte: o General, ele logo no início da exposição, falou que a decisão do uso do metanol tinha sido respaldado em estudo e através de vários organismos. E me cabe aqui esclarecer o seguinte: o entender da equipe técnica da Feema que teve acesso à documentação que subsidiou essa decisão é extremamente importante colocar esses estudos que foram feito de que fato foram fundamentais mas eles são insuficientes na verdade para uso efetivo a partir da ideia para a prática do uso do metanol, particularmente nos grandes centros urbanos e principalmente no Rio de Janeiro com as características que tem.

Então, um dos aspectos que eu gostaria de ressaltar que no caso seria um complemento necessário a esses estudos não se sabe ainda da quantidade de emissão de formaldeídos nos gases de combustão. Não se sabe igualmente a quantidade de metanol não queimado nos gases de escape; não se sabe ainda qual o comportamento do veículo do ano modelo que seja representativo de uma frota circulante nos centros urbanos, pelo menos os três quatro grandes centros, porque os estudos parecem que foram feitos com veículos muito recentes, e eles não seriam representativos da frota circulante. Estes seriam os três a quatro pontos principais nos quais nós diríamos que os estudos ainda não foram esgotados, e são fundamentais para uma retomada de posição, isso basicamente.

As outras perguntas, que não são propriamente perguntas mas que os colegas já levantaram, que foi a questão da utilização do metanol em larga escala em outras localidades. Só um lembrete, há países, os Estados Unidos por exemplo, com programa de controle de poluição de veículos automotores, que há cerca de quase 30 anos, vêm-se preocupados com o problema da poluição do ar provenientes dos veículos.

A idéia da alternativa da busca de combustíveis alternativos não é recente. Agora, a utilização dos combustíveis não convencionais, até provarem em contrário, ainda está em caráter de pesquisa, não em utilização na escala que nós pretendemos utilizar.

Era só isso que eu gostaria de comentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Perfeito, o Sr. poderia responder.

O SR. PERICLES ANDRADA DA SILVA — Eu coordeno área técnica do álcool do Conselho Nacional do Petróleo e represento a diretoria de planejamento.

Eu queria colocar inicialmente o seguinte, falou-se aqui que o CNP eventualmente seria responsável pela política energética do País. O CNP é um mero executor da política energética emanada pelo Ministério das Minas e Energia, cabe ao Ministério das Minas e Energia traçar essa política energética.

Com relação às afirmações da representante da Feema, eu quero lembrar que já foi colocada inclusive pelo Presidente do CNP, que a mistura da fórmula como está posta 60% etanol, 33% metanol e 7% gasolina, foi recomendada pela própria indústria automobilística do Brasil com base em testes realizados em vários modelos de marcas e anos diferentes. Inclusive a Anfavea testou que esse nível de mistura, em termos de consumo e dirigibilidade, haveria idêntica semelhança com um veículo movido exclusivamente a álcool hidratado. Com relação à poluição, a redução de emissões também seria significativa.

Em relação aos outros aspectos técnicos, que a representante da FEEMA colocou que seriam aspectos que estão sendo tratados ainda de forma preliminar, a colocação que eu faço é a mesma já fundamentada pela Dr. Laura Têti da Cetesb, inclusive nós estamos

nos baseando nesse próprio relatório da Cetesb para adotar essa medida.

Então é uma situação emergencial, sabemos que existem problemas e procuramos inclusive, estamos abertos a colher todos os subsídios além daqueles que nós já dispomos para examinar o problema. E isso foi colocado para o Ministério da Saúde, inclusive nós fornecemos exaustivo material para também ele, na reunião em que se decidiu pela utilização metanol, também concordar com a medida em caráter emergencial. Foi fornecido farto material, literatura inclusive estrangeira de vários países, pesquisas não só com relação à utilização do metanol, manuseio, toxidez e todos os aspectos relativos aos problemas de saúde.

Era isso que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Bem nós temos uma série de pessoas que foram convidadas para dar aqui o seu depoimento, o seu esclarecimento, e ocorreu que as atenções ficaram extremamente concentradas na pessoa do General e o tempo correu. Eu vou pedir então às pessoas que sejam mais breves nesses depoimentos, para que cada um possa fazer uso da palavra e dar o seu esclarecimento.

Dando seqüência, eu vou pedir que faça uso da palavra a Dr.ª Laura da Cetesb de São Paulo.

DR.ª LAURA PETRO — Vou tentar ser o mais breve possível no histórico, até porque acredito que vai ser na nossa troca de idéias que a discussão, efetivamente, pode ser mais fértil.

Vamos esclarecer apenas algumas posições, historiar alguma coisa até para ficar clara a participação, o porquê da elaboração desse relatório da Cetesb. Como todos sabem, há um Programa Nacional de Controle de Poluição de Veículos, o Proconve, onde estão envolvidos vários órgãos federais, a Petrobrás, o Ibama, o Ministério de Desenvolvimento Industrial e de Comércio e efetivamente, o Ministério de Minas e Energia, a ANFAVEA. A Cetesb participa como órgão técnico desse programa, ou seja, os carros têm uma programação para que cada vez emitam menos poluição na nossa atmosfera, esses carros têm que ir cumprindo; cada montadora deve lançar os seus modelos a cada ano com padrões mais rígidos. E a Cetesb é o órgão técnico da execução desse programa, ou seja os veículos só estão colocados para comercialização se receberem um certificado, se forem certificados pela Cetesb que estão em conformidade com as normas do Proconve. Por conta disso, enfim a Cetesb participa de reuniões que definem padrões de combustíveis, porque, como os Srs. também sabem, os equipamentos antipoluição têm uma relação direta com a questão do padrão do combustível. Enfim, é preciso fazer um carro sabendo para qual combustível ele vai trabalhar e, em cima disso, desenvolver a tecnologia que a garanta um nível menor de emissão a cada ano.

E, fundamentalmente, em função da gravidade que o problema de poluição do ar vem sendo expresso na cidade de São Paulo, isso não é uma coisa desses últimos anos, é uma coisa, pelo o menos, dos últimos cinco anos, mas, efetivamente, nos 2 (dois) últimos anos, a área do meio ambiente do Estado de São Paulo resolveu assumir com muita clareza que era preciso pôr um basta na situação. A cidade de São Paulo está vivendo uma questão de qualidade de ar absolutamente insuportável a cada inverno, há um dano à saúde da população absolutamente incalculável, inclusive do ponto de vista econômico, sem entrarmos no óbvio mérito moral que essa questão efetivamente representa.

E, em cima de todas essas posições, efetivamente fizemos algumas ações muito fortes, e em cima disso, acabamos reivindicando que o meio ambiente do Estado de São Paulo, pela gravidade do problema na região metropolitana e em especial na cidade de São Paulo, tivesse acento nessas decisões. Isso foi uma reivindicação que, na verdade, não foi uma vitória da Secretária do Meio Ambiente de São Paulo, foi uma vitória da população de São Paulo, por que quando se começou a se mexer no padrão da gasolina, já em função da falta de álcool, e isso se traduziu como redução da quantidade de álcool anidro adicionado à gasolina, talvez os Srs. têm acompanhado, houve inicialmente a redução de 22 para 18%, o impacto dessa medida, na qualidade do ar da cidade de São Paulo, foi realmente contundente. Para dar um exemplo de passagem, chegamos a ter estado de atenção, que é um estado realmente lamentável em termos de saúde pública, inclusive aos domingos nesse inverno de 1988, tal a gravidade que essa medida significou para a cidade de São Paulo. Fizemos uma mobilização muito grande da população. A partir da bem sucedida mobilização da cidade de São Paulo, conseguimos o retorno para 22% na cidade de São Paulo durante o período do inverno pelo menos, e que tivéssemos acento nessas decisões, na medida em que a cidade de São Paulo não suporta um grama a mais de monóxido de carbono no inverno.

Este é o real problema que temos que enfrentar, e, em cima disso, ainda nesse rápido histórico, quando se configurou efetivamente o problema da falta de álcool e tudo mais, e se começou a cogitar a nível de Conselho Nacional de Energia a substituição de um percentual dessa demanda de álcool por metanol, foi feita uma reunião técnica preliminar, e foi com esse sentido que nos começamos a fazer os nossos estudos, dessa reunião participaram representantes da Petrobrás, participaram representantes da Anfavea, participaram representantes da Cetesb com a seguinte lição de Casa, vamos pensar no metanol como alternativa. Primeiro, o metanol e essa era a tarefa de casa se eu estou bem informada da Petrobrás, ele é misturável? Ele é distribuível? Em que proporção? Porque, de repente, nem dá para misturar e nem dá para trazer; então, nem se coloca

a possibilidade do uso. A Anfavea foi passada a seguinte lição de casa: em que proporção o carro funciona sem danos, a durabilidade e a dirigibilidade do veículo? E a Cetesb foi passada a seguinte pauta e estudo: é possível usar o metanol sem aumentar o nível de emissão de poluentes dos veículos? Isso foi estudado durante um mês, pela Petrobrás, pela Anfavea, pela Cetesb. A partir de agora, falo exclusivamente pelo resultado da Cetesb, a Cetesb fez trinta ensaios, com dois automóveis, um a gasolina, outro a álcool, testou todas as misturas, evidentemente as que funcionam, aquelas que o bom senso e a literatura indicam que fazem com que o carro tenha um desempenho semelhante ao original... E testamos a emissão, em marcha lenta, em primeira, segunda, terceira, quarta marcha, subindo serra, baixando, serra enfim, testes bastante amplos, verificando emissão cuidadosamente. Esses testes nos levaram a um resultado, que dia o seguinte: nos carros exclusivamente a álcool, com duas possibilidades de mistura, ou seja, ou 80% de etanol e 20% de metanol, ou, 60% de — número cabalístico, inclusive — etanol, 33% de metanol e 7% de gasolina, não há alteração na emissão dos veículos, ou seja, em carros exclusivamente a álcool, se o metanol for utilizado nessa proporção, a emissão de poluição desses veículos não se altera. Então, esse é um dado a partir do teste.

Completamos o nosso relatório apresentando todos os testes que foram feitos, inclusive testes não computados, não dos trinta, porque se perdeu algum dado — por qualquer motivo, faltou energia, ou aconteceu algum problema com o equipamento — mas, em função desses testes, redigimos um relatório, quando aproveitamos a oportunidade e contemplamos aquilo que efetivamente é a nossa preocupação. Então, esse relatório apresenta que é possível o uso do metanol, desde que seja em carros a álcool e nessa proporção aqui já enunciada. Segundo, que a questão do uso do metanol deve ser encarada, se for utilizada; é preciso continuar fazendo esses testes, evidentemente, inclusive está escrito no nosso relatório, que é preliminar, o que não quer dizer que não haja firmeza no resultado dessa proporção que nós estudamos, mas é possível que haja proporções até melhores, misturas melhores, misturas piores — há um conjunto de estudos que deve continuar sendo feito, em termos de emissão, e que a nível de Cetesb, pelo menos, continuam sendo feitos, intensivamente.

Segunda observação, essa questão do metanol deve ser encarada como uma alternativa emergencial, porque a Cetesb entende que, definitivamente, é fundamental estabelecer uma matriz energética de combustíveis para o nosso País, que contemple a necessidade inadiável das nossas grandes cidades de ter um combustível e veículos o menos poluentes possível.

Diante dessa característica, a Cetesb, no seu relatório, sugere que se for feito o uso do metanol, que ele seja feito em caráter

emergencial, contemplando a necessidade de, no bojo dessa discussão, se estabelecer já uma matriz energética que contemple o Programa Nacional de Controle de Veículos, o Proconv, que contemple a necessidade das nossas grandes cidades, e que contemple a preocupação que nos une, aqui, nesta reunião, neste momento.

Uma terceira recomendação que a Cetesb embutiu nas suas conclusões técnicas: que é fundamental que se retorne para os 22% de álcool anidro à gasolina — eu gostaria de lembrar aos senhores que hoje nós estamos com um percentual de 12% de álcool anidro na gasolina, e que cada veículo a gasolina está emitindo 50% a mais de poluição do que deveria emitir. Hoje, só na cidade de São Paulo, estão sendo jogados na atmosfera mil toneladas a mais, por dia, de monóxido de carbono, numa cidade que já está saturada com a ordem de quatro mil e quinhentas toneladas/dia de emissão de monóxido de carbono. Então, é impensável imaginarmos a hipótese com o metanol, sem metanol, com racionamento, sem racionamento, entrar nos meses de inverno nas grandes cidades brasileiras e em São Paulo, em especial, com esse volume de monóxido de carbono. Isso seria uma irresponsabilidade e, realmente, não há outro termo que possa ser empregado num contexto como esse. E, finalmente, dadas as características de toxicidade que o metanol, efetivamente, apresenta em relação ao álcool e dado, inclusive, o fato da nossa formação cultural que, também, já foi um assunto já contemplado, enfim, é um País colonizado com base na cana-de-açúcar onde se usa, realmente, o álcool com uma falta de cerimônia bastante grande — o álcool-etílico ou o álcool hidratado e tudo o mais — na medida em que esse álcool é adicionado ao metanol, ele, realmente, passa a apresentar um nível de toxicidade maior e é fundamental fazer uma ampla campanha educativa, esclarecendo à população que por tal prazo, por tanto prazo — inclusive a Cetesb sugeriu no seu relatório — estou tentando ser breve — que seja 6 meses. Em seis meses, o relatório é de novembro e queria dizer com isto que no inverno que é onde a coisa, realmente, fica enroscada, nós estaríamos com a questão equacionada mas, enfim, que se usasse por 6 meses e esclarecesse à população durante os próximos 6 meses que o álcool combustível vai ser um álcool que vai apresentar um nível de toxicidade maior a nível de manuseio e que, enfim, se tome as precauções — não se mantenha as mãos sujas, não se respire e uma atenção especial ao trabalho dos frentistas. Enfim, todos esses assuntos que, também, aqui, estão fazendo parte de todas as nossas preocupações porque, realmente, é fundamental que se faça uma campanha muito grande e esclarecedora a esse respeito.

De maneira muito sintética, este é o relatório da Cetesb. Algumas outras observações que, aí, nós gostaríamos de fazer dentro de toda essa crise, até porque esse relatório da Cetesb está, efetivamente, sendo muito citado, talvez até porque seja o único conjunto

de 30 ensaios efetivamente feitos em veículos e onde se verificou com dados, com todos os números. Enfim, o relatório, inclusive, está aqui — temos algumas cópias, se alguém, ainda, não tiver um conhecimento mais direto dele.

A primeira coisa para esclarecer: se a Cetesb não está defendendo o uso do metanol. Ela está defendendo qualquer alternativa que resolva ou que não resolva o problema, e que se faça um racionamento — tudo bem. Nós queremos qualquer coisa que não aumente o nível de poluição. Volto a repetir: esse é um dado limite que, enfim, é inadiável. Não dá para entrar no próximo inverno na cidade de São Paulo e como área ambiental responsável pela qualidade ambiental da região metropolitana de São Paulo — a Cetesb fala isto com muita clareza — não é possível entrar no próximo inverno, na cidade de São Paulo, com um grama a mais de monóxido de carbono da nossa atmosfera. Nós não podemos entrar no próximo inverno com a situação inaceitável que nós, hoje, estamos vivendo. Hoje, nós já estamos trocando falta de álcool por veneno a mais na atmosfera que é o monóxido de carbono. Em linguagem crua, é esse o negócio que nós já estamos fazendo. Então, diante dessa realidade, a Cetesb, até diz que dá para usar o metanol se aumentar a poluição. O fundamental é nós não aumentarmos a poluição no CO. Eu, inclusive, aqui, gostaria, com relação a toda a polêmica que se gerou com relação ao metanol, para completar a frase anterior, a Cetesb, também, não está defendendo o racionamento, a Cetesb não está defendendo nem o metanol nem o racionamento. O racionamento seria uma alternativa bem-vinda, o uso do metanol, nessas condições, também, seria uma alternativa bem-vinda.

Dada toda a polêmica que foi criada com relação ao uso do metanol, nós, agora, enquanto Cetesb, estamos, realmente, muito receosos. Receosos, primeiro, dessa polêmica toda estar fazendo uso, já, de uma frase que eu acho exatamente direta, usada pelo Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, na última reunião do Conama, que nós corremos o risco de monopolizar todas as atenções da opinião pública para minhoca com a jaraca enroscada na nossa orelha. Então, a polêmica do metanol está desviando o real foco do problema.

Nós estamos discutindo o fato da gasolina estar a 12%, nós estamos discutindo que nós não temos uma matriz energética — isto não é brincadeira. Se não se definir, rapidamente, uma matriz energética, nós não vamos ter carro com pouca poluição nem em 1997 — que é a meta prevista, já é uma meta de uma gentileza e de uma elasticidade enorme, porque a indústria automobilística não pode fazer o carro com os equipamentos e a tecnologia devida sem o combustível definido. E se nós, ainda, nesse quadro conturbado, onde nós vamos ter uma transição bastante radical de Governo federal, inevitavelmente, onde nós estamos, com toda essa indefinição com

relação ao que vai acontecer nas próximas duas semanas e nós monopolizarmos a nossa atenção a essa discussão, que nos está aparecendo, até, já, dada a gravidade do problema, estéril, nós, realmente, vamos entrar numa situação decididamente caótica e, em termos da qualidade do ar da saúde pública das nossas grandes cidades, criminosas.

Veja, hoje, os túneis do Rio de Janeiro, com 50% a mais de emissão de monóxido de carbono, eles estão matando pessoas, hoje, no verão. Isto, no inverno, vai se agravar. Então, parece-me que nós precisaríamos colocar essa discussão do uso de uma alternativa ou não-uso de uma alternativa, para resolver o problema da falta de álcool, a serviço de uma saída realmente madura e adulta para essa questão ambiental.

Parece-nos, que podemos historiar, escrevermos alguns artigos a respeito; temos, também, a posição da Cetesb a respeito de uma análise um pouquinho mais ampla sobre a falta de álcool. Todos nós sabemos que a Petrobrás não nutre grande simpatia pelo Programa do álcool, sabemos, também, que os usineiros não fazem, lá, nenhum jogo economicamente muito saudável, dentro do quadro econômico brasileiro, sabemos que o Governo federal — e isso é uma demonstração surrealista — não tem grande competência gerencial para administrar esses conflitos que são conflitos de gigantes — são lobbies poderosíssimos que estão atuando no cenário nacional e o fato é que o nosso receio é que, realmente, no bojo de toda essa discussão sobre a questão da toxidade do metanol que, realmente, existe — ela realmente existe, a Cetesb não está negando isso, ela está apenas dizendo que é preciso dar a essa toxidade a real dimensão que ela tem. Se uma campanha educativa não resolver a questão de toxidade, ótimo — racional-se, mas alternativas como as que foram, inclusive, enunciadas nos jornais, eu tinha a esperança de que, realmente, fosse confusão da imprensa. Mas, hoje, ela foi aqui repetida. Fazer um programa de conversão de carro a álcool para carro a gasolina, isso é uma doideira. O carro a álcool, convertido para gasolina é um carro vagabundo, ele é um assassino, a nível de emissão de monóxido de carbono. De jeito nenhum. E nós não podemos, hoje, imaginar outras propostas que, também, estão aproveitando o ensejo e sendo, assim, algumas vezes enunciadas até com uma boa imagem de opinião pública.

O Presidente da Petrobrás, há questão de 10 a 15 dias — em todos os jornais saiu uma longa entrevista do Presidente da Petrobrás — onde S. Ex.^a sugeria resolver o problema da falta de álcool com a gasolina azul. A Petrobrás sugere a volta da gasolina azul e isso significa 100% a mais de poluição em cada carro movido a gasolina. Isso significa 2 mil toneladas a mais de poluição por dia na atmosfera da cidade de São Paulo. Nós não podemos entrar nessas vertentes de propostas, porque essas são, reconhecidamente, inaceitáveis. Temos alguns dados interessan-

tes em termos de literatura, não é o Relatório de Emissões, não é competência da Cetesb, eu acho que o pessoal de Saúde pode até fazer algumas considerações mais precisas com relação a isso mas, enfim, aconselhado pela Organização Mundial de Saúde, o nível máximo de tolerância de concentração de poluição atmosférica é de 40 ppm por monóxido de carbono; para metanol e de 200 ppm — estamos falando em metanol puro — não é metanol misturado.

Um outro dado de literatura que, também, é reconhecido é a intoxicação de metanol. Quando alguém bebe metanol, o tratamento é dar uma injeção de etanol, de álcool etílico na veia porque a enzima do fígado que metaboliza o aldeído tem mais atração pelo aldeído etílico do que pelo aldeído fórmico. Portanto, se você satura essa enzima com aldeído etílico, o aldeído fórmico é eliminado do organismo com mais facilidade. Precisamos estudar isso mais profundamente, aqui vai ser misturado o metanol com o etanol. É nesse sentido, inclusive, que os testes são preliminares. São necessários outros testes a nível de laboratório da área de saúde. Isso não é competência da Cetesb fazer mas são todos dados de literatura que são conhecidos. Então, veja: diante desse fato, estamos bastante receosos de que um eventual — não o uso do metanol, por exemplo, não confiamos de que vamos ter uma solução do Governo dizendo: respeitável público possuidor de carro a álcool, nós erramos e vamos fazer um racionamento. Correndo o risco de uma conturbação social em postos de abastecimento; todos sabemos que vai ser realmente uma coisa bastante difícil de se imaginar num momento como este. Estamos, muito realisticamente, enquanto órgão governamental de São Paulo, percebendo que toda essa polêmica leva a um protelamento que vai levar a que volte gasolina azul, que se promova conversão de carro a álcool para gasolina. Todos que, ambientalmente, somos responsáveis, devemos falar, reiteradas vezes, pela imprensa para a população não levar o seu carro a álcool para a retífica. Quer dizer, se temos alguma responsabilidade, devemos falar isso aos quatro ventos, não façam isso! Pelo bem do meio ambiente e do seu bolso, inclusive. Precisamos até esclarecer ao cidadão que ele vai ficar realmente com uma mercadoria de segunda e o fato objetivo é que o meio ambiente de São Paulo não aguenta.

Ainda, voltando à questão do metanol, um outro receio nosso é que a questão jurídica, evidentemente, precisa ser resolvida. Agora, esses estudos da toxidade ou não do metanol podem empanar o verdadeiro sentido de um estudo de impacto ambiental a respeito do problema, até a nível da competência do gerenciamento desse produto.

Vou relatar aqui um exemplo que realmente é assustador. Quando a gasolina em São Paulo baixou de 22 para 18%, e o resultado disso se refletiu diretamente na qualidade do ar da cidade, nas emissões e na nossa rede telemétrica, que de repente saltou de pata-

mar, para um patamar e evidentemente muito mais perigoso, a Cetesb teve a curiosidade científica — vamos dizer assim — de fazer uma pesquisa sobre como estava sendo distribuída realmente essa gasolina. Fizemos essa pesquisa numa amostra absolutamente privilegiada, exclusivamente, em alguns postos de gasolina do bairro de Pinheiros, pegamos essas amostras, levamos para o laboratório para analisar. Não tinha nenhuma com 18, tinha com tudo: tinha com 25, com 12, com 7, qualquer coisa, porque é claro, cada vez que se mexe no padrão, vamos gerencialmente fazer essa mistura de maneira correta, não é fácil, distribuir essa mistura de maneira correta não é fácil, e toda essa discussão a respeito do metanol está tirando o foco real do problema. É possível usar o metanol sem risco, desde que seja usado corretamente. Agora, vamos usá-lo corretamente? Quem vai fazer essa fiscalização? Quem vai ter o controle de qualidade dessa mistura? Estamos falando de uma mistura sofisticada, não estamos falando meio a meio, metade/metade ou 2/3 ou 1/3. Estamos falando 60, 33 e 7. É preciso que isso seja feito com rigor. É preciso que isso seja distribuído de maneira correta. É preciso que alguém tenha o controle de qualidade e que faça o acompanhamento se essa mistura está sendo distribuída corretamente. Ambientalmente, isto é muito mais sério do que a questão do uso, a questão do atacado, do uso ou do não — uso, quer dizer, é possível que o uso não seja viável porque não teremos competência para garantir essas condições de contorno. Se não tivermos as condições que garantam a margem de segurança do seu uso, não se coloca a questão do uso. E estamos com essa discussão retirando o foco questão central, que é básica, inclusive, para se tomar a decisão. É preciso que nós, inclusive enquanto órgãos ambientais, e a Cetesb tem essa preocupação, exigir do órgão responsável garantias e as sanções previstas para quando essas normas não forem cumpridas.

Com a atual situação desse debate, exigiremos isso de quem? Quem vai assumir essa responsabilidade? Enfim, a questão se colocou num patamar de outra ordem e, me parece, corre o sério risco de empanar, inclusive junto à opinião pública, a essa altura dos acontecimentos o nosso receio é esse. Se não usarmos o metanol e enfrentarmos um racionamento — é uma alternativa traumática do ponto de vista social, mas tudo bem. Mas se realmente — e a nossa sensação é essa — não se sustenta um mandado de segurança proibindo o metanol, até porque já existe muito conhecimento científico a esse respeito. A Justiça libera o uso do metanol, e vai usar, e usar como? Quem vai fiscalizar? Quem vai distribuir? Quem vai fazer a mistura? Com que controle de qualidade se faz essa mistura? Tudo isso vai ser tomado de roldão em função do que liberou, tem a crise, e rapidamente precisa ser colocado em abastecimento. O nosso receio — e aqui não só expresso o receio, como até pediria que todos meditássemos e atuássemos muito diretamente nesse sentido, até porque são coisas

difíceis de se passar para a opinião pública. É muito mais fácil a população se assustar com uma coisa que se diz que é veneno, o metanol, do que falar para ela, num país de 40% de inflação ao mês, que quando reduz de 22 para 18, que é uma bobagem percentual, ela respira 50% a mais de veneno. É difícil realmente assimilar essa idéia a nível da cultura, do senso comum, da cultura geral da nossa população; são idéias muito mais difíceis de serem passadas e são muito mais graves. Essa questão do manuseio, do controle de qualidade, dos cuidados que devem ser tomados com o uso, acho que também devem ser contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Temos uma série de expositores, daí a Mesa só poder conceder a palavra para consideração, e não para que a Dr^a Laura responda.

O SR. — Sr. Presidente, gostaria de usar a palavra exatamente para fazer algumas considerações.

Com relação à redução do teor de álcool na gasolina, queremos esclarecer o seguinte: desde 82, o CNP defende a manutenção de 20 a 22% de álcool na gasolina, e essa mistura se manteve uniforme desde então. Ela só foi reduzida agora, em função dessa crise. Essa intenção visava principalmente proporcionar à indústria automobilística condições de adaptar seus motores para uma melhoria de tecnologia, inclusive se adequando ao Procon, futuramente. Quando nem se falava em termo de emissões, já tínhamos essa preocupação com relação ao problema. Então mantínhamos uma octanagem da gasolina em 82 octanas, substituindo totalmente a gasolina azul, tirando o chumbo da gasolina, e manteríamos também condições de reduzir emissões a nível de país.

Agora, está se falando sobre uma crise e não está se atacando o problema principal dessa crise, a raiz de tudo isso. Estamos com uma crise dentro do setor agrícola, isto é, a produção de cana-de-açúcar, que transforma a cana em açúcar e álcool. Esse problema é que tem que ser atacado, e qualquer medida no setor agrícola tem efeito só depois de dois anos, o retorno, a resposta, vem dois anos depois.

Então estamos preocupados — nós, que digo, é o CNP, o Ministério das Minas e Energia, a Petrobrás — é com uma crise muito maior que vem por aí, porque continuamos a não atacar o problema principal, a origem de tudo, a cana-de-açúcar. Há quatro anos estamos tendo uma redução de área agrícola para cana-de-açúcar no País da ordem de 4% ao ano. Este é o problema principal que tem que ser atacado, do contrário não vamos ter álcool para misturar à gasolina, não vamos ter álcool para abastecer os veículos, vai faltar álcool para tudo. Inclusive para o ano que vem está previsto pela Copersucar que o Brasil vai estar fora inclusive do mercado internacional de açúcar, porque até açúcar vai faltar para exportar, mal atendendo ao mercado interno.

O SR. MARCOS MENDONÇA (Presidente) — Peço que as pessoas se identifiquem. Quem fez o uso da palavra foi o representante do CNP, neste instante.

O SR. HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA PORTO — Representante do Presidente da Petrobrás, Superintendente. Adjunto do Suprimento do Departamento Comercial.

Queria pedir o testemunho da Dr^a Laura e do Dr. Félix para dois aspectos.

Primeiro: numa reunião havida em 30/11, e em todas as outras de que não participei, mas nessa estive presente, na Comissão Nacional de Energia, no Ministério das Minas e Energia, em que se discutiu todas as medidas que estavam sendo tomadas para reduzir a crise do álcool. Nesta reunião e nas outras tenho a certeza que o mesmo foi dito pelos meus colegas e pelos Diretores da Petrobrás, que é necessário para que se mantenha uma garantia para o suprimento de álcool anidro até o fim da crise, caso contrário, não será possível ser mantida a gasolina. Então teremos a crise nos dois combustíveis. Com isso não quero dizer que vai faltar gasolina. A gasolina estará disponível e, se possível, em melhor qualidade. Dentro da Petrobrás, estamos fazendo um esforço de pesquisar o que se pode fazer, dentro das condições que temos hoje. O compromisso com o consumidor de gasolina deverá ser mantido, mas ele não depende só de mim; é necessário que aqueles que produzem o álcool mantenham e garantam o suprimento de álcool anidro. A proporção que será adotada na mistura não cabe a mim dizer, é uma orientação do CNP e dos órgãos envolvidos nessa decisão. Se teremos no início de maio, no inverno do ano que vem, 10, 12 ou 22% é uma condição de decisão da população junto a esses órgãos que tomam essa decisão.

A SRA. LAURA PETRO — Decisão que é do Governo Federal.

O SR. HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA PORTO — Sim e não, porque a Senhora é de São Paulo, representa o meio ambiente em São Paulo e tem representatividade nesta Comissão.

A SRA. LAURA PETRO — Esta Comissão não é decisória, ela levanta o quadro, faz a análise técnica, e, depois, a nível de Ministros, toma-se a decisão de como vai ser o padrão de combustível.

O SR. HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA PORTO — Gostaria que a Senhora testemunhasse o que foi dito pelos usineiros. Não gostaria nem de dizer, para não achar que estou puxando a crise e a inimizade deles para mim, mas gostaria que a Senhora repetisse as palavras que foram usadas por alguns usineiros. É possível?

A SRA. LAURA PETRO — É até possível, desde que as coloquemos dentro do contexto. Houve uma reunião, reivindicada pelo General França Domingues, da Catesb, para tomar conhecimento desse relatório. E ele

convidou para essa reunião que ele achava que também devia tomar conhecimento do relatório, dos resultados que a Catesb chegou e a posição que ela estava tendo a respeito do assunto. Essa reunião foi realizada na segunda-feira, às 10 horas da manhã, e depois de um certo diálogo não muito amistoso, os usineiros, os representantes da área de produção de açúcar e álcool, em geral, manifestaram um profundo desacordo com aquilo que reputaram como a origem de uma polêmica que tirou a discussão do seu real foco. Foi, inclusive, anúncio de um release distribuído pela — se não me engano — Associação dos Engenheiros da Petrobrás sobre os riscos do metanol, foi o primeiro material que saiu, advertindo sobre os perigos que poderiam trazer o metanol e, em cima disso, a discussão sobre se vai ou não faltar, também se faltar álcool hidratado não forneceremos mais álcool anidro e aí faltarão as duas coisas, porque não vai faltar só álcool nos postos, porque o que a Petrobrás quer comprometer é a credibilidade do álcool; enfim, aquela discussão que os Senhores têm condições de acompanhar pela imprensa. As relações não são amistosas entre a Petrobrás e os usineiros, disso sou testemunha.

O SR. HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA PORTO — Permito-me falar sobre a relação Petrobrás/Proálcool e Petrobrás/Consumidor, quando tiver oportunidade de falar mais longamente. Aproveitando a oportunidade da sua presença, queria saber se a Catesb e a Anfavea também testou? A Senhora poderia testemunhar isso provavelmente, uma vez que é subordinado à Senhora, o Dr. Manuel Branco, meu amigo pessoal há muitos anos, já trabalhamos juntos em 1978, tentando reduzir a poluição dos ônibus, com emissões de má manutenção de motores diesel. Em conversa com ele, fiquei sabendo que a Catesb ou a Anfavea teriam testado combustíveis próximo à linha 60/33/7, por exemplo, 65/30/5, com resultados bastante satisfatórios e semelhantes.

A SRA. LAURA PETRO — Exatamente. Continuamos testando, como já disse aqui, no começo, para chegar a uma mistura menos perigosa de execução, ou seja, mais prática em termos de execução. Diante dos 30 testes — é isso que justifica termos um relatório preliminar — temos duas misturas que, a nível de emissão de poluentes, garantem uma emissão absolutamente equivalente a que hoje os carros a álcool têm funcionado 100% com álcool hidratado. Os resultados da Anfavea — é bom que se esclareça isso, porque esse número sempre vai coincidir, até porque o que é bom para emissão de poluentes é o ótimo para a Anfavea. Quer dizer, o carro para ter nível bom de emissão, tem que ter, inevitavelmente, uma durabilidade e uma dirigibilidade impecável. Se o carro funciona mal, vai poluir. A Anfavea, inclusive, tem uma posição confortável, sempre deixa a Catesb fazer o teste primeiro, porque sabe que a Catesb vai ser mais realista porque o nosso número vai acabar beneficiando mais o carro,

porque estaremos preocupados com emissão e esta tem que garantir um funcionamento correto do veículo.

O SR. HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA PORTO — Queria só aduzir o seguinte: a mistura não precisa ser 60/33/7. Esta estequiometria será muito difícil de ser mantida. Então, ela deverá originar-se numa proporção de 2 para 1, metanol/etanol e uma faixa de 5 a 7% de gasolina.

Só para complementar, a Petrobrás, a pedido do Ministério das Minas e Energia e do CNP, se propôs a ser, e analisou como poderia fazer essa mistura em diversas áreas, isso eu me permitiria esplanar, futuramente, o que estamos pensando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Peço às pessoas que fizerem uso da palavra que se limitem ao menor espaço de tempo possível. Lastimo ter que solicitar isso, mas é em função do tempo e do adiantado da hora.

Concedo a palavra ao engenheiro Diomendes Cesário da Silva que é da Associação dos Engenheiros da Petrobrás.

O SR. DIOMENDES CESÁRIO — Sou Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás.

A nossa posição, colocada junto com outras entidades, o Sindicato dos Químicos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Petroleiros, divulgamos isso amplamente numa coletiva dada à imprensa, e a nossa preocupação já disse anteriormente, vou tentar ser breve, inclusive fico muito satisfeito de ver a questão colocada pela Cetesb, porque neste País todas as coisas são feitas paliativamente, e, realmente, quando se atacar o problema isso tem que ser feito dentro de uma política preocupada com o todo. Basicamente nessa questão ambiental, na associação, temos toda a preocupação com isso também. Dentro dessa questão, antes de chegar e dizer quais eram as soluções, estávamos preocupados em localizar aonde é que estava o problema, e procuramos levantar uma série de dados e verificamos que essa questão, como já disse, já vinha sendo alertada longamente. Há, inclusive, alegação de que o Banco do Brasil, ultimamente, não estava dando recursos suficientes, portanto, estava havendo uma quebra de safra. Essa questão, se ela existiu, realmente era uma questão menor. Quero lembrar, aqui, que tem um documento da segunda reunião da avaliação das medidas de curto prazo para eliminar o déficit do álcool na safra 89/90 e 90/91, da qual participaram vários Ministérios e entidades, na qual, no item 14 da Ata está colocado: "produção de açúcar Norte-Nordeste e sua exportação. Foi questionando pelo CNP a exportação de açúcar em vez de matéria-prima.

Haverá, de acordo com as projeções atuais, um excedente de açúcar de 1,3 milhão de toneladas, dos quais 650 mil deverão ser transferidos para a região Centro-Sul. E, devido às dificuldades da produção de matéria-prima o restante deveria ser exportado, porém, reservado para melhorar a situação do

mercado interno. A matéria-prima da região Centro-Sul seria usada para a Produção do Alcool" e sai fazendo outras considerações.

O próprio CNP já nessa reunião alertava que os problemas centrais estavam colocados no desvio da produção do álcool para exportação de açúcar. É bom lembrar que quando nasceu a produção do programa do álcool, ele foi feito, exatamente, no momento, além da crise do petróleo, também para criar um programa alternativo, no qual a sociedade investiu recursos como todo o mundo conhece. Evidentemente o mínimo que se esperava era que esse compromisso fosse honrado. Acho que essa questão tem que ficar clara para identificarmos como se resolver os problemas. Além disso, outras questões colocadas também, é que pelo relato que tinha, é que eram reuniões longas, onde todo o mundo conversava longamente e, depois, no fim da reunião a questão não era debatida, não evoluía, não existia uma colocação clara para resolver o problema. E a questão foi empurrada com a barriga desde 86, chegando à situação atual. Então é importante que isso seja dito.

A questão do metanol quanto aos aspectos operacionais, acredito que isso foi longamente explanado, sobre a questão da toxidez, etc. não vou me delongar nisso.

Quero lembrar, apenas, que quando o General coloca a questão do metanol que não existe nenhum problema de manuseio, é bom lembrar que isso é em termos. A Petrobrás manuseia com produtos muito mais tóxicos do que o metanol. Agora, existe todo um cuidado, toda uma educação e existe, inclusive, nessa item: metanol — Instrução de Segurança, onde é relatado quais são os problemas, quais os equipamentos a serem usados. Uso: antes de manusear o metanol tem que ter protetor facial, luva de PVC, avental de PVC, bota de PVC. Em caso de maior concentração usar máscara, etc., etc., então, tem toda uma série de cuidados. Isso é preciso que se diga. Então, queremos perguntar, quando isso é feito na Petrobrás esses cuidados são tomados e evidentemente, então, se fizermos isso na Metanol, na fábrica lá do Copene, onde isso foi colocado, não tem grande registro de acidentes. Claro, são uma série de cuidados tomados. Agora, a pergunta é: num posto de gasolina vai se dotar o indivíduo, a 40%, com todos esse cuidados? Evidentemente que não! E se colocar ele vai tirar, porque ele não vai ficar sufocado.

A SRA. — Desculpe-me, mas precisamos dar a devida dimensão que a coisa tem. Esse tipo de colocação, quando é registrado, é que estabelece o mal-entendido. Não é como Cetesb que estou falando e sim como cidadã, que não é metanol puro, a partir do momento que se coloca que a emissão de gasolina, não do veículo, o gás da gasolina causa ao frentista, também, muito mal, então, vamos, realmente, fazer uma campanha educativa. É fundamental. Até por que com a gasolina já está todo o mundo manuseando errado, e ela é tóxica igual. Quem está esque-

cendo o carro na garagem de manhã, juntando um monte de vapor na garagem, não deve fazer isso nem com o metanol, nem com gasolina nem com o álcool. Não deve fazer. Então, vamos aproveitar a oportunidade de falar isso, mas não que esses cuidados todos devem ser tomados em cima do metanol, porque confundimos a opinião pública e não prestamos serviço nenhum ao meio ambiente.

O SR. — Só para concluir, concordo inteiramente, como disse, inclusive fiz um elogio a Cetesb, que a questão seja analisada de uma forma mais ampla. Quero deixar claro também, está certo, que, por exemplo, o uso de experiência com gasolina é largamente conhecido, conhece-se inclusive os danos, os prejuízos e as preocupações. No caso do metanol, também é bom deixar claro que não existe a experiência e a Cetesb, inclusive, prestou essas questões. São preliminares, temos que fazer um estudo maior, é preciso fazer um estudo de impacto ambiental etc. etc. Então, essas coisas são importantes ficarem bem claras para que não se analise a questão com emoção. Não estamos querendo analisar a questão com emoção, tanto assim que coloquei na preliminar que não temos posição emocional contra o metanol, contra o álcool nem coisa parecida, mas que a nossa preocupação é, exatamente, que se siga todos os trâmites, inclusive, constitucionais como tem colocado o Partido Verde e os países ambientalistas para que então, se possa dizer à população: "olha, foram obedecidos todos os rituais e o risco é esse; sabemos qual é o risco". Nesse momento podemos dizer que nem sabe qual a extensão desse risco.

Quero lembrar também, já que foi tocada na questão do gás natural, que a Petrobrás tem uma previsão de produção, em 1989, de 16 milhões de m³/dia de gás natural. É importante dizer isso também, que neste momento, hoje, às 10 horas, estava prestando depoimentos na CPI da Petrobrás o Ministro Mafson, ou pelo menos deveria estar, e que nesses cortes de investimento, onde a Petrobrás deveria estar investindo 3,2 bilhões de dólares para poder produzir no ano de 1993, 44 milhões de m³ de gás, isso poderia tornar viável, utilizar esse produto em táxi etc., para despoluir os grandes centros urbanos. Nesse momento, também, por falta de uma política maior ou até por falta desses cortes, em torno de uma política de preço de combustível, estamos investindo este ano 1,7 bilhão de dólares, conseqüentemente isso dentro do plano geral do País, não vai deixar que tenhamos 44 milhões de m³ de gás. Então essas questões são todas interligadas e mostram, apenas, um completo desencontro do setor, tanto na questão ambientalista quanto na matriz energética do País.

Acredito que as outras pessoas tenham também uma série de outros detalhes a colocar e queria, pelo menos, ficar, por hora, nisso aí repetindo apenas aquela questão de que a mistura de etanol, 85% de metanol e 15% de gasolina, utilizado, pelo dados que temos, nos Estados Unidos, de estar sendo

pesquisada e não usada amplamente. Então, esse dado de Denver aí, estão fazendo testes, é bom ressaltar, "testes", e não usado intensivamente.

Obrigado.

O SR. NEWTON FREITAS — Meu nome é Newton Freitas, engenheiro de segurança do Diesat — Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador.

Queria reforçar determinados aspectos que o companheiro da Petrobrás colocou naquilo que diz respeito ao meio ambiente do trabalho, porque inclusive a Constituição atual iguala, para fins de atenção à saúde, o meio ambiente geral com o meio ambiente do trabalho e, que no nosso entender não está sendo dada uma atenção devida pelos órgãos governamentais para essa questão, porque, inclusive, entendemos que o Ministério do Trabalho, através de seus órgãos técnicos, também deveria estar sendo mobilizado para estudar, com as possibilidades de que dispõe, a nível técnico, dos males que essa mistura, que está sendo pretendida, pode trazer às pessoas que a vão manusear, particularmente, os frentistas.

Há uma questão que precisa ser ressaltada, em nosso entender, que o uso do metanol não é algo assim tão parecido, a nível de toxicidade, como a gasolina, porque o metanol também tem a característica de penetração pela pele e é comum no trabalho dos frentistas sujar a pele com o álcool que está vazando dos veículos, com o "paninho" tradicional que fica ali, ele fica segurando com a mão, para evitar que o excesso de combustível escorra pela pintura; esse paninho úmido que acompanha o frentista durante toda sua jornada, carregado no pescoço, no bolso, inclusive, ressaltando, que a jornada de trabalho dos frentista, em muitos postos de gasolina, chega a ser até de 14 horas por dia, como constatamos junto ao Sindicato dos Frentistas em São Paulo. É uma categoria significativa que vai ter um potencial de exposição muito grande com relação ao produto e que não é assim tão simples como uma simples exposição à gasolina. Há um diferencial muito grande, inclusive estudos da própria Petrobrás com relação a essa mistura o M-85, que está sendo utilizada em outros países, coloca, alerta para a gravidade da mistura no aspecto da penetração pela pele, uma vez que a gasolina tem o poder de ressecar a pele, facilitando, portanto, a penetração do metanol e, consequentemente, a contaminação do trabalhador.

Também há a questão dos limites de tolerância que são estabelecidos para níveis de inalação dos vapores do metanol são trazidos da legislação americana, feitas para o homem médio americano, estabelecidos em 200 miligramas/metro cúbico, sendo que, no Brasil, além da própria diferenciação física entre o trabalhador brasileiro e o americano, trabalha-se em grande número com menores de idade e com mulheres nos postos de abastecimentos, sendo que não há nenhum estudo específico para esse tipo de população que estará exposta ao metanol. Foi por isso que o Diesat reuniu em 6 de dezembro sindicatos

de frentistas, Federação de Frentistas, petroleiros, a Coordenação Nacional dos Petroleiros e da CUT, também participou e tiramos a posição contrária ao uso dessa mistura a nível de comercialização até que fossem feitos estudos aprofundados com relação à toxicidade para as pessoas que vão trabalhar com ela e, também, a nível de população, porque é sabido que é coisa mais comum, a nível de população, por mais que se esclareça o uso indevido de álcool dos veículos, seja em casa para limpeza, seja nas oficinas mecânicas para limpeza de peças ou na própria manutenção dos motores, seja a nível de sucção dos tanques dos veículos, onde ocorre o risco da ingestão do produto e sabendo-se que a pequenas doses ele é letal ou se não é letal causa danos irreversíveis, como o próprio Deputado que estava aqui já acrescentou. Então, há todos esses agravantes que, necessariamente, precisariam ser colocados às claras para a população trabalhadora, antes de ser implementado o uso puro e simplesmente, insabibilidade, se pessoas adoecerem irreversivelmente e morrerem, trabalhadores, menores de idade, mulheres, enfim, a nível de população? De quem é a responsabilidade? Esta a questão que queria colocar.

A SRA. LAURA PETRO — Concorde em gênero, número e grau com o que o companheiro está falando a respeito dos problemas fundamentalmente vinculados à questão da saúde ocupacional do trabalhador, só que, mais uma vez, digo que é preciso muito cuidado nessas colocações, porque vejamos: o posto de gasolina que teve infiltração e que estourou em Petrópolis, é manuseio inadequado de produto químico. Qualquer produto químico manuseado inadequadamente é uma fonte de grandes problemas para a saúde. O vapor da gasolina é cancerígeno e mutagênico, não aparece na hora, mas provoca mutações genéticas e os nossos frentistas, com o hábito que têm, mesmo tendo bomba automática no posto, quando desliga a bomba ainda encosta o rosto perto do buraco de abastecimento e fica esperando para completar o tanque, ele está respirando, quando abastece com gasolina um vapor que é cancerígeno e mutagênico. Alguém está dizendo isso para o nosso trabalhador de posto de gasolina? Não. Percebem? Então, o que precisamos é contemplar essa preocupação. Veja: estamos concordando, é preciso contemplar essa preocupação, mas colocá-la no foco certo, isto é não adianta colocarmos que toda a questão é ligada ao metanol só porque conhecemos os efeitos tóxicos do metanol. Vamos falar, também com muita clareza, que não se estudam efeitos de aldeídos em nosso País. Por quê? Porque é só em nosso País que se usa um volume de frota a álcool desse tamanho com esse volume de emissão de frota a álcool. Não existe sequer padrão internacional da Organização Mundial de Saúde para aldeído concentrado. Aldeído é cancerígeno. Sabe-se em experiência de laboratório, experiência de recintos acadêmicos que o aldeído é cancerígeno; agora, não temos pa-

drão, quer dizer, não sabemos que prego de saúde ocupacional já do trabalhador vamos pagar por trabalhar com álcool. Não vamos confundir as coisas. Com o metanol estamos sabendo do prego de saúde que pagamos com ele e podemos tomar as precauções, com a gasolina também se sabe e não tomamos a precaução porque podemos debitar isso às mazelas do nosso País. Agora, com o metanol ou eventualmente o não uso do metanol, acho que esse seria o foco da discussão, num terreno fértil. É uma excelente oportunidade para esclarecermos todas essas coisas. A bomba automática foi inventada justamente para não pôr nem uma gota a mais, para não espirrar para fora, para não ficar com paninho, para não ficar com paninho molhado nem de gasolina, nem com vapor de gasolina que é, reconhecidamente, cancerígeno e mutagênico também.

A minha observação só se restringe ao fato de colocarmos todas essas preocupações centradas no problema metanol e confundirmos a opinião pública com isso. Esse é o meu único receio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Concedo a palavra ao Diretor da Seção de Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Dr. João Batista Pires.

O SR. JOÃO BATISTA PIRES — Muito obrigado. Vou falar daqui mesmo e serei bastante breve, mesmo porque não tenho praticamente nada a acrescentar ao que a Dr^a Laura falou sobre o assunto.

Queria apenas esclarecer a posição do Ministério da Saúde sobre esse episódio. Evidentemente, do ponto de vista da saúde pública, seria muito bom que não estivéssemos na contingência de estar examinando essa possibilidade de utilizar metanol, que, a nosso ver, só faz acrescentar alguns riscos adicionais a uma população que já está com tantos problemas.

Evidentemente, estamos diante de uma situação em que o Ministério da Saúde teve que se posicionar, posicionamento este que, é claro, não pode ser emocional, nem muito restrito, no sentido de, pelo fato de o metanol ser, como se sabe perfeitamente, substancialmente tóxico, seria uma condição para o Ministério posicionar-se contra o seu uso. Isso tem que ser examinado num contexto muito mais amplo que envolve inúmeros fatores.

O que aconteceu, há um mês, aproximadamente: o Ministério da Saúde foi solicitado pelos Ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio a apresentar um parecer do ponto de vista de saúde pública, o que representaria em termos de saúde pública, a utilização do metanol como combustível. O que se fez, diante de uma situação que já foi amplamente discutida aqui, emergencial; o Ministério submeteu esse assunto a uma Comissão científica de especialistas em toxicologia, que é a Comissão Nacional de Assessoramento em Toxicologia que opina, dá parecer ao Ministério da Saúde sobre assuntos diversos que envolvem essa área. Essa Comissão é integrada de especialistas de reno-

me nacional, internacional e que compõem o quadro de diversas universidades aqui do País. Num prazo — dentro da urgência com que foi solicitado — essa Comissão debruçou-se sobre toda a literatura internacional e nacional que existe sobre o assunto, grande parte dela fornecida pelo Ministério das Minas e Energia, além de outras que buscamos diretamente através de organismos internacionais e a Comissão conversou também com diversos especialistas que vinham nessa área aqui no País, inclusive da Cetesb e do Ibama.

A primeira coisa que se verifica nessa análise ampla, com relação às tendências internacionais, que já foram também amplamente discutidas aqui, quer dizer, a preocupação crescente com a poluição ambiental decorrente da combustão da gasolina e a busca de alternativas entre as quais se destacam não só o etanol, mas o metanol e talvez principalmente este em função de ser uma alternativa tecnológica aparentemente mais adequada a países do hemisfério norte. E, embora em escala limitada, o uso do metanol já vem sendo feito em várias partes e ainda, embora em escala limitada, ele já está legalmente autorizado a diversos países.

Neste aspecto de redução da poluição ambiental, o Brasil estava numa situação de vanguarda, porque já tinha passado por essa fase e desenvolvido um amplo programa de utilização de álcool como combustível aqui no País. Evidentemente, essa crise do álcool, que já vem se arrastando, já vem gerando alguns problemas que já foram destacados como a própria redução do percentual de álcool na gasolina, que já está vigente em função da crise. E quanto a situação do Brasil o que existe é proposta de uma mistura já, que é resultado deste estudo que já vem sendo realizado pela Cetesb e pela Anfavea e que é o dado, praticamente o relatório da Cetesb é a única informação que se tem para analisar esta questão. E muito embora as conclusões sejam, como já foi apresentado, de caráter preliminar, que precisam de mais estudos e da conclusão desses estudos, em termos de emissões evaporativas, de testes com diferentes tipos de motores etc., os dados até agora mostram que isso não implica riscos significativos, do ponto de vista ambiental. É claro que restam as questões ligadas ao manuseio do produto, tratando-se de uma substância tóxica, que também pode ser manejada através dos cuidados especiais que deverão ser tomados.

De forma que a posição do Ministério, neste assunto, foi de considerar, nos termos em que foi colocado, quer dizer, como uma situação emergencial, única alternativa, e por curto prazo, de ser uma solução aceitável, tolerável, desde que acompanhada de todas essas medidas de esclarecimento à população, de orientação aos grupos mais expostos a risco, e de certo seriam objeto de uma ampla campanha, como já foi explicado, de esclarecimento e que o Ministério da Saúde, assim como todas as demais organizações desen-

volvidas neste assunto, iriam opinar e dar o parecer final de aprovação desta campanha.

Esta é a posição que nós adotamos, e acompanhando a posição que a cetesb vem seguindo e para terminar, manifestando a nossa preocupação realmente, com a continuidade deste programa. Quer dizer, que isto realmente caso venha a ser usado, se restringe a uma situação emergencial de curto prazo que ela não se estenda mais e que é a questão do suprimento da produção do álcool etílico venha a ser regularizada para o bem de todos nós.

O SR. CARLOS ANTONIO GOUVEIA — Eu gostaria de fazer uma colocação. O meu nome é Carlos Antonio Gouveia e eu sou Diretor do Sindicato dos Químicos.

O nosso sindicato que congrega químicos e engenheiros químicos, do Rio de Janeiro, pessoas que são por natureza profissional muitas vezes obrigadas a conviver com substâncias problemáticas, como é o caso do metanol. Nós gostaríamos de fazer algumas colocações com relação a esse problema de manuseio de metanol, contato, os problemas de quais os efeitos ambientais de se colocar o metanol amplamente em um país como o Brasil.

E uma coisa que a gente gostaria de colocar é que temos ouvido falar de emissão de poluentes como CO, monóxido de carbono. E este é o único poluente, o único problema que nós temos. O problema que a Dr^a Laura colocou do aldeído acético que a gente tem por produção, quando a gente queima o etanol, que seria agravado quando a gente tiver a produção de formal aldeído, e que não se tem, no mundo, estudos sobre exposições crônicas a formal aldeído, nem o aldeído acético, infelizmente temos uma experiência prática de alguns anos, e isso daí um erro não justifica o outro. Eu acho que a senhora concorda que a adoção do etanol sem que se tivesse este conhecimento, foi uma atitude, no mínimo, vamos dizer assim, agendada. E com relação ao formal aldeído, ele é conhecido como uma substância que pode ter graves riscos quando se tiver exposição prolongada a aldeídos.

Nós gostaríamos de colocar que se falar em manipulação correta, quer dizer, que o metanol manipulado corretamente não é perigoso, isso é redundância. Manipulado corretamente, nenhum produto é perigoso; nós manipulamos cianetos, nós manipulamos uma série de produtos e nem por isso se tem notícias de químicos mortos todo dia no País e no mundo. Por exemplo, se se colocar que a manipulação correta não traz problemas, o cério 137, manipulado extensamente por pessoas treinadas, salvando vidas; colocado nas mãos de pessoas destreinadas, ele causa tragédias, como a que aconteceu em Goiânia; então, a nossa colocação, de dizer "manipulado corretamente" é pouco, tem que se dizer como é manipulado corretamente. Isso é muito claro.

O Sindicato dos Químicos — não sou médico para ficar discutindo mecanismos de to-

xidez ou não — mas se sabe que não existem estudos sobre os efeitos de exposição crônica a metanol mesmo. Sabe-se, tem se reportado que estão disponíveis gases, por exemplo, mistura de CO, malfadado de CO com metanol, tem se reportado que podem provocar arteriosclerose cerebral. Essa atmosfera de metanol mais CO, qualquer engarrafamento numa garagem de um shopping center, num dia de calor, numa cidade como o Rio de Janeiro, teremos metanol CO à vontade dentro dessa garagem, dentro dos túneis engarrafados do Rio de Janeiro também. Não se tem informações sobre exposição crônica a esses tipos de mistura.

Existem, realmente, vários países estudando alternativas do metanol e nós não somos contra que se faça esse estudo no Brasil. Agora, gostaríamos de destacar que o Canadá, que tem um excedente de gás natural tremendo, tem privilegiado estudos para álcool superiores, não para metanol, curiosamente eles usam gás natural na sua frota, na sua matriz energética e a maior parte dos esforços tem sido no sentido de produção de álcool superiores, enquanto que qualquer químico sabe que fazer metanol a partir de gás natural é muito mais fácil, muito mais barato, é um processo tecnológico completamente dominado. O Sindicato dos Químicos, a nossa colocação, nós nos sentimos na obrigação de trazer para a sociedade essa discussão. A Dr^a Laura fez uma colocação de que nós estamos, parece, querendo substituir um problema colocando um veneno. É preciso colocar o seguinte: o metanol não é um produto tóxico, o metanol é um veneno. Tenho aqui, posso deixar, é uma sugestão de rótulo feito pela Manufacturing Químics Association, dos Estados Unidos, está aqui escrito: Metanol — Poison, diz: perigo. Inflamável. Perigoso se inalado. Agora, ouvi dizer que a inalação dele não tem problema, pode ser fatal ou causar cegueira, não pode ser tornado não venenoso. Está aqui escrito, com letras grandes, disponível, posso deixar aqui com o Senador. Isso aqui é uma sugestão de fabricantes de produtos químicos. Ninguém gosta de botar no seu produto o rótulo dizendo que ele é veneno. Então, a nossa preocupação é de nós estarmos substituindo um problema, ou colocando CO, que é um veneno, ou colocando metanol que, potencialmente, é venenoso. Não existem estudos sobre se essa mistura proposta é inócua ou não; qual o seu grau de toxidez e qual os efeitos de uma exposição prolongada a essa mistura. Existe muito de "achometria". Nós não sabemos, nós não somos contra, nós queremos discutido, nós achamos que o riam é fundamental, é constitucional e é fundamental. Sem o riam, parece-nos irresponsável a colocação do metanol na matriz energética brasileira. Achamos, concordamos com a Dr^a Laura que isso deveria ter sido feito quando da adoção do etanol; que se faça agora, ainda que tardiamente, para evitar que nós possamos ter problemas maiores no futuro.

A SR^a LAURA PETRO — Só para esclarecer a posição, para marcar bem claramente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Laura, vou pedir para que você faça considerações no final, porque há pessoas ainda para fazer exposições, gostaria que você registrasse para, no final, termos essas considerações.

Gostaria de dar a palavra ao Superintendente-Geral do Centro de Pesquisa da Petrobrás, Dr. Guilherme Estevão.

O SR. GUILHERME ESTEVÃO — Já foi dito praticamente tudo. O ponto de vista do CENPS, do nosso centro de pesquisa, a que a Dr^a Laura se referiu e que definiu essa mistura sob o ponto de vista de dirigibilidade da Anfavea, sob o ponto de vista de emissões pela Cetesb e de emissibilidade em termos industriais, pela Petrobrás.

Minha posição — essa é a opinião que todos nós aqui nesta sala temos externado — é que esse produto não se coloque no mercado, efetivamente, sem um pronunciamento dos órgãos do Ministério do Trabalho, do Ministério da Saúde, dos órgãos da comunidade em geral, da sociedade organizada, que vão permitir a elaboração de normas, de documentos, de instrumentos que embasarão a utilização desse produto pela sociedade. Isso o General França colocou muito bem; nós estamos agora com problema para toda a sociedade, naqueles segmentos que ela já possui dos órgãos federais, estaduais e municipais, ela se pronuncia e define se, efetivamente, nós vamos resolver, como sociedade, a utilizar o metanol na nossa matriz energética ou não. Agora, o problema — só algumas palavras de cunho geral — que nós estamos enfrentando é o resultado, realmente, de uma série de desacertos na condução da política energética brasileira, quer dizer, o Proálcool teve um início efetivamente válido com respeito à crise do petróleo e que elevou os preços dos barris de petróleo a níveis muito elevados, o álcool vem para substituir a gasolina, o álcool não vem para substituir o petróleo — isso é uma coisa muito importante a ser dita que, muitas vezes, a opinião pública acha que o álcool veio para substituir o petróleo importado e não veio, ele veio para substituir a gasolina e somente ela.

O álcool, hoje em dia, incide no mercado de automóveis novos ou quase isso, nesses últimos anos ele é utilizado por uma faixa da população que, efetivamente, pertence à classe média e classe média elevada, foi citado aqui que a Petrobrás não gosta dos usineiros, ou tem um relacionamento não muito cordial com os usineiros, a Dr^a Laura citou isso. Efetivamente, a Petrobrás tem uma conta-álcool acumulada de várias centenas de milhões de dólares que a empresa foi obrigada a absorver; esse dinheiro não é pago pela Petrobrás, esses recursos foram transferidos aos usineiros pela sociedade brasileira, através da Petrobrás, que foi apenas um veículo de transferência de riquezas da nossa sociedade como um todo, e pagamos todos nós.

Não foram somente os proprietários dos veículos o álcool da classe média alta; foi toda a população brasileira. Muito bem. E, no final das contas, nós chegamos à conclusão de que esse grupo de pessoas, ao qual a sociedade foi forçada a entregar uma parcela significativa de responsabilidade do abastecimento do mercado do nacional de combustíveis não é confiável. Na hora que pintaram, no mercado internacional, preços mais convidativos para o açúcar, simplesmente eles mudaram, objetivando somente o lucro, que aliás também é uma coisa razoável de se pensar, são empresários privados, então esqueceram a responsabilidade, o compromisso de abastecimento nacional e se transferiram para a exportação de açúcar. Então, aí está uma das raízes dessa questão toda. Muito bem.

Voltando ao metanol, acho que, para finalizar e ser bastante rápido, essa questão deve passar, acho que a sociedade como um todo foi salva por uma medida cautelar, judicial, efetivamente, deu tempo para dar uma parada para pensar, isso foi muito importante e, agora, vamos discutir os órgãos que têm a responsabilidade de suportar, de fornecer os instrumentos legais. Se sentirem que suportam a utilização desse produto, se pronunciam e decidam.

Agora, para finalizar mesmo, quero me congratular conosco, com todos nós, porque, há dez anos, essa discussão não estaria sendo dada. Essa reunião é uma prova de maturidade política e democrática que a sociedade brasileira está tendo. Quero me congratular com o Senador, particularmente, que convocou, porque efetivamente é a sociedade se pronunciando no âmbito desde município até a União representada pelo Senado Federal. Então, congratulo-me conosco, com a sociedade brasileira, por termos chegado a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Vou dar a palavra ao Dr. Henrique Porto, que é um representante da Presidência da Petrobrás.

O SR. HENRIQUE PORTO — Henrique Porto, representante da Petrobrás e Superintendente Adjunto do Departamento Comercial.

Eu gostaria de destacar inicialmente a responsabilidade que a Petrobrás teve e vem mantendo e pretende e que está envolvida nessa situação com a sociedade brasileira, com o consumidor brasileiro. Desde 1973, fazemos esforços sobremaneira para manter o suprimento deste País regular e razoável a preços os mais baratos possíveis, raciocinando exclusivamente em termos de economia de divisas. A companhia tem como meta a economia de divisas para o País, quer dizer, o nosso raciocínio não é um raciocínio do ponto de vista da empresa e do lucro. Certamente que, em segundo grau, penso nessa situação. Mas, em primeiro grau, penso no País. E por esse motivo nos vimos envolvidos no Proálcool. Os Srs. podem notar, e sobre isso tem registro, as primeiras frota que foram preparadas para operar exclusivamente

com álcool hidratado foram as frota da Petrobrás. Os nossos dutos não conhecemos direito os riscos que mereciam os nossos navios, etc., passamos a usá-los com álcool e isso ocasionou sérios danos à companhia. A manutenção desses dutos teve que ser muito maior, com muito mais despesas. E isso talvez nunca tenha sido dito esclarecido devidamente, mas os técnicos que estão aqui presentes do Cempes sabem certamente, e representam aqui a associação de engenheiros, que a tropa de hidrocarboneto do petróleo por um outro óleo duto do álcool traz uma limpeza do fio de corrosão no duto e que se acelera a corrosão tremendamente. Isso traz riscos para a empresa com custos muito maiores. Eu diria também que isso é uma tentativa da empresa de ter o álcool distribuído equitativamente para todo o Brasil. Manaus recebe álcool regularmente, a gente procura evitar, apesar da conturbada situação de greves em portos, navios, etc., a gente tem procurado manter regularmente o abastecimento no norte e no sul. Os acontecimentos recentes ocasionados no Rio de Janeiro de falta de álcool têm sido motivados por esse tipo de problema. É de conhecimento de todos vocês greves nos portos do Nordeste. E o CNP dá como cota do abastecimento do Rio de Janeiro álcool no Nordeste. Deficiências terceiras de produção naqueles Estados estão inclusive trazendo incapacidade de colocar o álcool a tempo e a hora e sou obrigado a ter navios com transporte em baixa capacidade, isto é, com praça morta. São mais custos para a Petrobrás. Uso a minha ineficiência para tentar atender o consumidor da melhor forma possível. Não sei se os companheiros sabem, temos hoje na empresa uma refinaria parada há quarenta dias, mais de quarenta dias em greve por motivos terceiros. Eu me permitiria dizer que não temos previsão de falta de combustível na área, apesar desse fato. Então, eu repetia que o compromisso da Petrobrás é com o consumidor. E desta forma quando a Comissão Nacional de Energia decidiu que se deveria fazer uma tentativa e analisar e implementar o uso do metanol, a Petrobrás se colocou como movimentadora de grandes volumes, analisar o problema e operacionalizar a mistura metanol/etanol. Já havia definições tóricas das Minas e Energia e Comissão Nacional de Energia que a mistura gasolina/etanol seria feita pelas distribuidoras ou pelos usineiros. Verificamos que isso não seria compatível com o sistema metanol e voltamos a analisar o problema e nos incluímos para fazer a mistura ternária com os três produtos. As nossas conclusões são as de que isso seria possível em determinadas áreas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e em alguns Estados do Nordeste a partir dos pontos de suprimento de Maceió e em Pernambuco.

Estudamos e estamos fazendo modificações em algumas áreas para que tal ocorra, estudamos o manuseio do produto no nosso sistema, apesar de não termos praticamente experiência de uso, vamos dizer, nos nossos

duto, mas o metanol tem características bastante parecidas com a do etanol, e verificamos que isso seria exequível.

Essa mistura nunca a Petrobrás colocando como executora da mistura, tenho certeza que ela nunca seria colocada no mercado de forma arriscada e com risco para a população, porque esse é o nosso maior compromisso. Posso dizer também aos Srs., e é bom que se registre, que a campanha que está sendo preparada para a divulgação do assunto vem sendo tocada no âmbito dos nossos serviços de comunicações e de pessoal especializado.

Para complementar e ser breve, eu diria que a partida que foi importada está colocada nos nossos tanques com perfeita segurança e deverá, se possível, ser colocada em tanques de áreas mais afastadas de população, porque, no momento, se encontra em São Sebastião, que é um terminal, vamos dizer, colocado no meio de uma cidade. Infelizmente não tenho outro recurso para movimentar esse produto, não vemos até o momento nenhum problema de o produto estar armazenado, as emissões e os controles que temos mantido sobre o produto em si têm nos levado a garantir que ele tem tanto risco quanto tem um tanque de gasolina hoje.

Estudamos a mistura ternária com a colocação de um aditivo corante, estudamos aditivos da linha de gosto ou de cheiro, mas concluímos, talvez, pela não recomendação, em face aos resultados negativos que se poderia trazer. Em termos de cheiro, eu poderia dizer que as emanções que seriam advindas dos tanques e dos carros poderiam afetar profundamente o ambiente se as mais danosas que a solução que estávamos querendo encontrar. A mistura, nós a temos preparada no centro de pesquisas; todos aqueles que têm tido oportunidade de conviver no departamento têm mostrado e trazido ao conhecimento. É uma mistura de cor vermelha e que traz, digamos, cheiro acentuado de gasolina. Então, aquele que, de propósito, tomar, imediatamente sentirá que não é álcool e gasolina ou motivado pela cor e pelo desnaturante gasolina.

Nos Estados Unidos, o produto metanol e o próprio etanol têm exigências de uso, que é um desnaturante e é normalmente usado a gasolina. Mesmo a mistura metanol 100% será usada como um desnaturante para ter cheiro e não ter risco de vida.

Já foi dito aqui uma condição mundial de ter o uso de metanol em todos esses países. A Petrobrás enviou pessoal especializado a percorrer aqueles que têm o maior volume de uso e estudos, Estados Unidos e vários países da Europa, para coletar informações de segurança e de uso do produto. E todas as informações que temos até o momento não nos levam a indicar uma proibição total, mas nos levam a trazer idéia de que o produto terá um uso e uma adequação semelhante a que se faz com a gasolina. Nessa base gostaria de citar e depois deixar uma cópia de estudos feitos por um técnico, não da Petrobrás, mas da refinaria de mangueiras, que faz uma comparação diversa com inalação,

com a toxidez dos três produtos: gasolina, etanol e metanol, inalação, ingestão, etc, e que isso poderá acrescentar alguma coisa aos estudos desta Comissão.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Indagaria se alguém mais quer fazer alguma exposição alguma explanação.

Alguns esclarecimento das pessoas em função das questões que forem colocadas. Por gentileza, o Trajano é da Prefeitura de São Paulo.

O SR. TRAJANO — Perguntaria à Dr.ª Laura. Parece-me que foram feitos — só uma questão para me lembrar — ensaios, como o Sr. chamou de dever de casa — parece-me que distribuíram, aí, trinta dias para cada um para fazer toda essa questão. A Cetesb usou dois veículos, como amostra, para testar a mistura. Só queria confirmar isso, ou seja, diante da gravidade da situação, acho que com trinta dias isso pode ser até um dever de casa, mas um dever primário.

A SRA. LAURA PETRO — Não. devemos esclarecer.

A primeira reunião foi em 15 de setembro. Houve esse prazo de trinta dias, depois, chegou-se a um conjunto de testes, a partir daí os testes continuaram. Temos o primeiro e o segundo relatórios preliminares são esses que, inclusive, já estão aqui, deve haver um terceiro e um quarto relatórios preliminares e, assim, vamos continuar estudando.

Digo, inclusive, só para esclarecer tecnicamente como foi o procedimento. Usamos veículos a álcool e a gasolina. Testamos misturas variadas em veículos a álcool e a gasolina em várias circunstâncias. No entanto, em momento algum estamos achando que isso...

O SR. TRAJANO — A questão que colocaria, para os institutos envolvidos nesses ensaios, que se posicionem, ou que, pelo menos, tenham noção de que o tempo e a emergência que fosse colocada se existe segurança sobre isso aí. Quer dizer, são trinta dias. Eles têm que conhecer outros lugares que estão testando há muito mais tempo. São trinta dias, ou seja, até quando vamos colocar isso. Porque uma série de fatores vão ser colocados. Quer queira quer não, acho que esse teste final vai ser feito mesmo na pele do povo, de uma maneira ou de outra. Porque o tempo que se tem para se tomar uma decisão de implantar-se, em nível nacional, uma situação como essa, acho muito pouco tempo por mais competência — admiro até o esforço que vocês devem ter feito em todos os setores — de colocar isso perante a população brasileira como um todo.

Concordo com toda a questão até de se colocar que o grande benefício vai ser a redução do nosso trabalhador, vamos dizer, com relação a isso. Entretanto, na realidade, estamos partindo de uma situação que, hoje, já é problemática. Em curto espaço de tempo, vamos mudar toda a cultura brasileira, ou seja, o teste vai ser feito na pele do povo.

A SRA. LAURA PETRO — Inclusive, naquele momento eu já queria fazer esse comentário para esclarecer mais uma vez.

A Cetesb fez um conjunto de trinta ensaios — isso num universo de trabalho não é desprezível. Tecnicamente, posso lhe assegurar, no entanto, de qualquer maneira, esclarecendo, a Cetesb não está defendendo o uso do metanol, não está defendendo o uso do racionamento, está se posicionando apenas, claramente, contra qualquer medida que aumente as emissões de monóxido de carbono. Temos até uma preocupação ambiental com o conjunto das cidades brasileiras, mas temos o dever de ofício, é o órgão ambiental do Estado de São Paulo responsável pela cidade de São Paulo, que não suporta nem uma grama a mais de monóxido de carbono.

Então, qualquer solução que seja adotada esta é a variável que a Cetesb faz questão de enfatizar com muita clareza que seja contemplada — a Cetesb fez os testes e chegou a um resultado em que, numa determinada condição de uso, o carro emite e se comporta igual a um carro, funcionando exclusivamente a álcool hidratado. Isso está sendo bastante repetido. Outras misturas, inclusive, estão sendo avaliadas, como foi esclarecido pelo representante da Petrobrás estamos fazendo um conjunto grande de pesquisas ainda. Chegamos a duas, onde essa, não há dúvida, se funcionar em carros a álcool, nessas duas proporções, isso não é preliminar, isso é um fato. O preliminar é o conjunto dos testes, o conjunto das alternativas que podem ser alcançadas em função das propostas variadas que devem surgir.

Gostaríamos de deixar isso muito claro, porque a partir do momento em que o relatório efetivo realizado chega a um resultado "positivo", em função do uso metanol, então, realmente não jogar na postura da Cetesb alguma coisa que claramente estamos dizendo que não é o caso. Não estamos defendendo nada, só estamos verificando que, funcionando nessas condições, não há um dano ao meio ambiente. Nessas condições significa exclusivamente em carros a álcool, com a mistura, com o padrão de qualidade e tomando, evidentemente, os cuidados com a saúde ocupacional e com a campanha de esclarecimento, dada a toxicidade efetiva que o produto tem.

O SR. — Dr.ª Laura, gostaria de aduzir o seguinte aspecto: quanto mais tarde o metanol foi utilizado para essa situação emergencial, menor volume poderá ser utilizado, porque ele necessita do etanol para ser misturado; e menor proporção terá de ser disponível de etanol. Porque o estamos usando puro.

Então, tem que existir um compromisso de tempo entre os estudos e a utilização. Caso contrário não adianta nada a solução metanol.

Por exemplo, se começar a usar, hoje, consigo misturar até o dia da falta, quinhentos milhões de litros, já que é uma unidade mais acessível aos Srs. Se for começar a usar a partir de fevereiro, o volume deverá ser cem,

duzentos, ou menos. Porque a quantidade daquele etanol que deve dissolver o metanol não é mais existente, já foi queimada pelos automóveis. Então, existe um compromisso de prazo.

A SRA MARIE CALIVA — Gostaria de saber o seguinte: qual é o prazo real para uso das misturas do metanol?

O SR. DENIS (CNP) — Na verdade, o metanol já deveria estar sendo misturado.

A Petrobrás colocou um prazo de ter o produto em condições de atender ao mercado, a partir de 15 de dezembro. Com base nesse prazo, estabelecemos que o volume adequado para ser misturado em condições de receber, seria da ordem de quinhentos milhões de litros, cerca de cento e trinta milhões de litros/mês, na região Centro-Sul e, quarenta ou cinquenta mil, na região Norte/Nordeste.

Então, já estamos trabalhando com um prazo exíguo. Esse prazo, na medida em que protelamos essa decisão, e esta for demorada, vamos ter problemas, porque, talvez, não haja álcool mais suficiente para misturar ao metanol.

A SRA. MARIE CALIVA — Acho que não me expressei muito bem.

Quería saber quanto tempo, a partir desse prazo, isso vai seis meses, um ano, quatro meses?

O SR. DENIS — O tempo de utilização?

A SRA. MARIE CALIVA — O tempo de utilização prevista no caso.

O SR. DENIS — O tempo de utilização, dado, inclusive, pelo próprio Ministério da Saúde, em função da situação emergencial, seria num prazo máximo de seis meses. Quer dizer, é o prazo que aproveitaríamos a mistura até o período de entressafra. Seria, mais ou menos, entre dezembro e maio.

O SR. CLÁUDIO MANESCO (Cetesb) — Gostaria de perguntar ao representante da Petrobrás se há alguma outra alternativa sendo estudada, no caso de vir a ser inviabilizada essa solução do metanol? Uma alternativa que não seja a de colocar gasolina no mercado, como disse o Presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna.

O SR. DENIS — Quería retificar, talvez, ou ajustar o entendimento do que foi dito pelo Presidente da Petrobrás. Porque aí há uma interpretação jornalística, no meio, em que leva a muitas deturpações.

A SRA. LAURA PETRO — Falaram-me que converteu o carro dele de álcool para gasolina também.

O SR. DENIS — Muita gente está fazendo isso.

A SRA. LAURA PETRO — No entanto, não pode. É fundamental que se diga claramente: isto não! Isto é terrível!

O SR. HENRIQUE MONTEIRO — O que quero dizer é o seguinte: a Petrobrás está com estudos para melhorar a qualidade da gasolina, em termos de dirigibilidade e utilização sem o álcool. Como vocês sabem, hoje, a gasolina tem um nível normal de oitenta octanas, ao qual é adicionado o álcool ou, em alguns casos, com a adição de álcool, ela chega a esse nível.

O que temos feito é verificar as condições em que as nossas refinarias podem produzir uma gasolina melhor. Não vou jogar no mercado uma gasolina pura sem ter uma autorização do Governo. O meu compromisso é com o consumidor. O meu compromisso é com o desejo da sociedade. Se ela não quer andar de automóvel ou não pode, ela não andar. Se a toxidez é maior do que podemos aguentar, com um carro simplesmente à gasolina, não vamos andar, paramos todos os carros. É a solução que temos. Tudo gira em termos de uma melhoria de qualidade para dar utilização aos veículos que estão sendo projetados para ter gasolina com 12% de álcool ou 22%. É simplesmente um estudo de melhoria da qualidade para uma situação emergencial. Se os órgãos governamentais de poluição, de saúde não aprovam a mistura, naturalmente que não vou colocar em mercado. O meu consumidor será o primeiro a não querer comprar o produto.

O SR. — Dr. Henrique Monteiro, gostaria de um esclarecimento dentro dessa pergunta. Se, eventualmente, a justiça ou o relatório de impacto ambiental, que deve ser feito em função de medida judicial, desaconselhar a utilização do metanol no País, qual é o tipo de solução que os órgãos responsáveis pela política de energia no País poderiam dar, nesse instante?

O SR. HENRIQUE MONTEIRO — De acordo com o que foi dito aqui pelos órgãos de meio ambiente e de poluição, não vejo solução, porque não tenho garantia do anidro para colocar os carros com gasolina em circulação e não terei o hidratado para fornecer aos carros. Então, não há solução. É um dilema bastante sério. Esse problema está sendo previsto há muito tempo pela Petrobrás.

Endosso inteiramente o que o General França disse aqui que esse problema vem sendo previsto desde 1985. No primeiro semestre de 1985 eu era o Superintendente-adjunto de Derivados — havia uma diferença na estrutura mas o cargo era semelhante ao que tenho hoje —, e eu já previa esta situação. No período de lá para cá, até o início deste ano, eu não tinha participação ativa, era apenas um assistente do Diretor, mas os órgãos executivos já previam essa falta. Há inúmeros documentos escritos por nós ao CNP, aos Ministérios em que tudo isso está dito. Em encontros com os usineiros, fomos sempre chamados de inimigos do Pró-Álcool e o que defendíamos era o mercado de álcool. Apenas não fomos entendidos. Eu não tenho culpa.

O SR. — Não sei se do Sr. Félix ou do próprio representante da Petrobrás,

gostaria de saber se o racionamento está sendo estudado como alternativa ou não?

O SR. HENRIQUE MONTEIRO — Sr. Félix V. S. me permite fazer uma interrupção. Racionamento neste País é interessante. Já foi tentado no Governo em que o Sr. Mário Henrique Simonsen era Ministro do Planejamento, com as simonetas, e foi um fracasso completo. Gostaria de lembrar que oracionamento não é simples. Eu mesmo estive dando, em 1975, assessoramento ao CNP sobre redução de consumo e não encontramos nenhuma solução plausível para fazer o racionamento. O que se pode fazer é um plano de contingência, mas racionamento mesmo penso que seja muito precário.

O SR. — Não estou defendendo aqui o racionamento, mas o que os órgãos de meio ambiente querem saber, o que a Ceteb quer saber e sobre o que, inclusive, estamos bastante preocupados é se, não havendo a solução do metanol, qual a solução que vai ser colocada. Se for a alternativa da gasolina, é bom que os ambientalistas tenham bem claro isso, para saber qual a opção que se vai escolher. O órgão ambiental de São Paulo vai cobrar e vai apontar quem é o responsável, e por quê.

O SR. FÉLIX (CNP) — É importante colocar o seguinte. O racionamento pode ser feito de maneiras diferentes. O CNP está fazendo uma espécie de racionamento. Já estamos reduzindo as quotas atribuídas às companhias distribuidoras. Então, no momento em que eles solicitam um volume X de álcool, nós já fazemos uma redução, digamos, eles recebem 80% do que pediram. Isso está sendo feito há alguns meses. Estamos tentando administrar melhor essa escassez, sacrificando integralmente em dois ou três meses, mas procurando descentralizar esta crise ao longo desse período todo. Isso o CNP já está fazendo.

Nós estamos agora preparando um programa — e a Diretoria de Abastecimento do CNP está envolvida nisso agora — no sentido de priorizar o atendimento de álcool, proporcionando uma distribuição racional de forma a atender de maneira mais amplamente social o problema. Então a idéia é a seguinte. Teríamos de priorizar alguns setores para serem atendidos no caso de escassez do produto, como hospitais, instituições e organismos de segurança, policiais, ambulância, bombeiros. Isso está sendo examinado.

Voltamos a frisar. É importante que ataquemos a raiz do problema. Estamos com um problema seriíssimo que tende a crescer nos próximos anos, que não está sendo atacado, que é o problema agrícola. Queremos ou não manter o programa do álcool no País. Se quisermos, com todos esses custos que foram colocados: 40 dólares o barril do álcool. Em função da região produtora, esse custo varia de 40 a 71 dólares, conforme estudo do IPEA recente sobre isso, enquanto a nossa gasolina está sendo produzida a um custo de aproximadamente 20 dólares.

A SRA. LAURA PETRO — Um compilômetro ambiental para essa questão: a esta altura não temos muitas escolhas com relação ao programa do álcool, porque todo o nosso programa de melhoria de emissão de veículos está pautado com a existência do álcool e com gasolina a 22. Só vamos ter, por exemplo, conversor catalítico, que é onde teremos uma redução substantiva da emissão de poluentes dos nossos automóveis, a partir de 1992. Só vamos ter uma paridade em termos de emissão de poluentes carro a álcool e carro à gasolina, por volta de 1997. Em 1977, passa a ser indiferente em termos de qualidade de ar, em termos de poluição atmosférica o carro a álcool e o carro à gasolina. Mas, até lá, precisamos sentar e conversar tudo, porque se vamos remexer nessa proposta de matriz energética, que está evidentemente mal desenhada e mal alinhavada, precisamos repensar também o calendário do Procon, senão fica igualmente insuportável. Se mantivermos o carro não poluente só em 1997 com um combustível que é mais poluidor, com a distribuição dos carros poluidores e não poluidores desequilibrada, tendendo ao poluidor, vamos, realmente, inviabilizar as nossas grandes cidades. O problema que temos pela frente é para pensar grande.

O SR. — Gostaria de aduzir, aos Anais da Comissão, duas coisas. Primeiro, é essencial que haja álcool anidro para se tentar passar uma crise sem problema. Isso a Petrobrás tem dito há muito tempo e tem tentado comprar as maiores quantidades possíveis de anidro que lhe são postas à disposição. Na realidade, os usineiros estão retraindo esse anidro. Nessa posição, já teríamos comprado toda a produção de anidro. Ela não está sendo vendida. Então, não tenho qualquer garantia de que isso possa ocorrer. Isso está sendo feito com todo o sacrifício dos problemas econômicos e financeiros que a empresa está enfrentando.

Um outro aspecto. Gostaria de citar aqui alguns valores são o metanol, o valor do etanol desembaraçado e importado em dólares por metro cúbico: 110 dólares. Gasolina: valor de realização média para a Petrobrás: 108 dólares por metro cúbico; Etanol hidratado: em São Paulo valor pago aos usineiros: 313 dólares por metro cúbico. Etanol anidro: 338

dólares por metro cúbico. Isso a câmbio de 8,783, sem impostos, porque isso dá uma distorção.

O SR. — Importado? O custo do metanol que pagamos neste carregamento, que foi colocado em São Sebastião, é da ordem de 116 dólares por tonelada. Esse preço que estou lhe dando agora é desembaraçado, o preço que saiu em dólar do meu bolso e entrou no do vendedor.

O SR. — Ficaria quanto por barril, mais ou menos?

O SR. — Eu teria que fazer alguns cálculos. Posso fazer em seguida e lhe colocar em mãos esses dados.

O SR. — Muito obrigado. Parece-me claro que o que resultou das informações aqui prestadas foi que os órgãos que cuidam da política de energia no País precisam rapidamente desenvolver um processo para evitarmos uma crise sem precedentes, nos mais diversos aspectos, quer dizer, desde o aspecto do usuário, como usuário do combustível, ao aspecto da saúde pública e ao aspecto do meio ambiente. Na realidade, o que se notou, aqui — parece-me — é a atribuição de responsabilidades a alguns setores do Governo, que não tomaram algumas medidas — correto? — e que a sociedade como um todo, vai arcar com essas consequências. Fico temeroso, quando eu vejo, por exemplo, se dizer que essa é uma questão que é emergencial. Mas que, na realidade, quando eu vejo um depoimento do CNP, dizendo que esta é uma crise que vai se arrastar. Ou seja, nós estamos, na realidade, dizendo que é possível usar — segundo os relatórios aí — seria possível usar, com uma série de riscos, durante um período escasso, pequeno. E, no entanto, os depoimentos das pessoas responsáveis e estudiosas da questão da energia, do combustível, no País, dizendo que essa crise é uma crise que vai se aprofundar nos próximos meses. Então, evidentemente, que isso não vai ser usado por um lapso de tempo muito curto. Mas, parece-me, que a recomendação do Ministério da Saúde é uma recomendação que vai ser letra morta.

Quer dizer, parece-me, que diante das perspectivas que são trançadas aqui, essa recomendação de que seja utilizado por um prazo de seis meses, não vai poder ser cumprida, na prática. Daqui a três, quatro meses, estará havendo uma nova reunião dizendo olha há necessidade de se importar não sei quanto de metanol, porque não houve o suprimento. O que hoje o representante do CNP coloca, aqui, que há necessidade de um prazo de dois anos prévio, para se examinar, para se cultivar cana. E, nós, estamos diante de um processo, então, que me parece, colocado pela Petrobrás, como até irreversível, e acho que deve ser dado um alerta às autoridades neste setor, para que, rapidamente, encontrem algum tipo de encaminhamento para essa questão. Essa questão não pode ser tratada com a levandade como vem sendo tratada até este instante, de tal maneira que toda a sociedade pague esse preço.

O Senador Carlos Patrocínio não queria fazer uso da palavra?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — (Fora do microfone)

O SR. HENRIQUE MONTEIRO — Quatorze e setenta e cinco dólares, por barril, é o valor pago pela importação do metanol.

Eu pediria que isso não constasse em nada da imprensa, porque sei que aqui há jornalistas, porque qualquer dado econômico ou de negócios feitos, têm valor quando vai para o exterior. E, amanhã, um vendedor vai querer que eu pague mais e, isso, é só prejuízo para o País.

Tenho dito isso em todas as entrevistas que tenho com jornalistas, mas parece que não gostam, eles gostam é de botar o prejuízo do País no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Mendonça) — Bem, eu queria agradecer a presença de todos, entendo que é uma contribuição efetiva, para que a população se esclareça a respeito dessa questão, eu acho que é um passo grande que o Senado dá, com a contribuição dos Srs., no sentido de que esta questão seja debatida, aprofundada e, espero, eu, que as autoridades neste setor encontrem uma solução que não permita que a gente passe por esta crise que foi antevista aqui, pelos Senhores.

Muito obrigado.